

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**

NELSÂNIA BATISTA DA SILVA

**SUBJETIVIDADE E EDUCAÇÃO:
um olhar a partir dos sujeitos das feiras agroecológicas solidárias populares**

**JOÃO PESSOA
2012**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**

NELSÂNIA BATISTA DA SILVA

**SUBJETIVIDADE E EDUCAÇÃO:
um olhar a partir dos sujeitos das feiras agroecológicas solidárias populares**

Trabalho de qualificação de tese de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba na área de concentração Fundamentos e Processos da Educação Popular.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Augusto Amorim Cardoso.

**JOÃO PESSOA
2012**

Nelsânia Batista da Silva

**SUBJETIVIDADE E EDUCAÇÃO:
um olhar a partir dos sujeitos das feiras agroecológicas solidárias populares**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, sob orientação do professor Dr. Carlos Augusto Amorim Cardoso.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Augusto Amorim Cardoso (UFPB)
Orientador

Prof. Dr. José Francisco de Melo Neto (UFPB)
Examinador

Prof.^a Dr.^a. Maria do Socorro Xavier Batista (UFPB)
Examinadora

Prof.^a Dr.^a. Maria de Fátima Ferreira Rodrigues (UFPB)
Examinadora

Prof. Dr. Milton Raimundo Cidreira de Athayde (UERJ)
Examinador Externo

Prof. Dr. Wojciech Andrzej Kulesza (UFPB)
Suplente Interno

Prof.^a Dr.^a Denize de Sousa Elias (UECE)
Suplente Externo

Às mulheres e aos homens que realizam estas experiências com coragem de transformar suas vidas, singulares e coletivas, dando sua contribuição para uma humanidade mais solidária e emancipada.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Carlos Augusto Amorim Cardoso, e à banca de examinadores que contribuíram para realização deste trabalho.

Um agradecimento especial ao professor Milton Athayde por compartilhar comigo a sua generosidade e sabedoria.

Ao meu orientador da graduação, Genaro Ieno.

Ao grupo de pesquisa EXTELAR, coordenado pelo professor José Francisco de Melo Neto, e a todos os participantes.

Ao meu querido Ugo, e a Lourdes e Edna, que cuidaram dele nas minhas ausências.

A César, por ter acolhido Ugo com toda dedicação e carinho.

À minha mãe, Marina, a meu pai, Nelson, e aos meus irmãos Melchior, Marenilson, Marenildo, Marinésio e Nelciana.

À minha tia, Maria Batista, que colocou o estudo como uma necessidade, e a tia Val, pelo cuidado e amorosidade.

A Luciéllo, meu amigo, que esteve presente nos momentos mais difíceis desta trajetória.

Às minhas amigas queridas: Kelli, Glória, Nova, Leidacy, Gorete, Clécia, Ana Claudia, Rossana, Patrícia, Roseana, Eula, Luciclécia e, em especial, Eunice Tavares.

E a todas as pessoas que contribuíram para realização deste trabalho.

SILVA, Nelsânia Batista da. **Subjetividade e educação**: um olhar a partir dos sujeitos das feiras agroecológicas solidárias populares. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2012. 204 fls.

RESUMO

A presente tese analisa a constituição de subjetividades presente na organização das feiras agroecológicas solidárias populares no estado da Paraíba. A subjetividade é entendida como produção humana intersubjetiva constituída nas relações entre sujeitos e o mundo. Utilizamos procedimentos metodológicos baseados na concepção dialética, tendo como técnicas de investigação: observações, conversas informais e entrevistas semiestruturadas. A pesquisa buscou fundamentos teóricos epistemológicos nas concepções de Vygotsky, Kosik, Rey, Duarte, Athayde, Clot, Molon, Bock, Freire, Brandão. A pesquisa demonstra pistas referentes à constituição da subjetividade humana na organização social de camponeses e camponesas que realizam um trabalho que envolve compromisso ético da produção sem produtos contaminados com venenos, pesticidas ou outros tipos de agrotóxicos. Além da relação de cuidado com o meio ambiente e com as relações estabelecidas no curso das experiências, relações essas que promovem subjetividades no percurso de transformação de suas realidades. Para tanto, defendemos a seguinte proposição: na organização social das feiras agroecológicas, através da prática de educação popular, encontra-se em curso a produção de subjetividades que promovem relações de emancipação entre os sujeitos envolvidos. Visto que, ao se relacionarem com os outros, na perspectiva de transformação de suas vidas, permeados pelos princípios educativos da educação popular produzem subjetividades que contribuem para os processos desencadeadores de autonomia. São demonstradas as relações que se constituem ao longo das experiências, seja pela relevância social do trabalho, pela relação de cooperação com o outro ou pelo reconhecimento da experiência em termos de possibilidades de ampliação do potencial de elevação do sujeito.

Palavras-chaves: Educação. Emancipação. Subjetividade. Trabalho.

ABSTRACT

This thesis analyzes the constitution of subjectivities present in the organization of the Popular Solidarity Agroecological Fairs in the State of Paraíba. The subjectivity is understood as an intersubjective human production constituted in the relations between the individuals and the world. We used methodological procedures based on the dialectic conception, and having as techniques of investigation: observations, informal conversations and semi-structured interviews. Our research was based on epistemological theories such as the conceptions of Vygotsky, Kosik, Rey, Duarte, Athayde, Clot, Molon, Bock, Freire, Brandão. The research shows clues regarding the constitution of human subjectivity in the social organization of female and male peasants who perform a work that involves ethical commitment, concerning the production without the use of products contaminated with poisons, pesticides or other types of agrochemical products. Besides the caring relation with the environment and with the relations that are established in the course of the experiments. Such relations being responsible for the promotion of these subjectivities in the transforming processes of their realities and, to do so, we advocate the following proposition: in the social organization of the Agroecological Fairs, through the practice of Popular Education, it is ongoing the production of subjectivities that promote relations of emancipation among the subjects involved. Once when relating to others, in the perspective of transforming their lives, and based by the educational principles of Popular Education, these individuals produce subjectivities that contribute to the triggering processes of autonomy. Stated in the relations that constitute themselves throughout the experiments, either because of the social relevance of the work, the cooperative relationship with each other or the recognition of the experience in terms of possibilities for expanding the potential concerns the emancipation of the subject.

Keywords: Subjectivity. Work. Education. Emancipation.

RÉSUMÉ

Cette thèse analyse la constitution des subjectivités présentes dans l'organisation des Foires Agro-écologiques Solidarités Populaires de l'État de Paraíba. La subjectivité est comprise comme une production humaine intersubjective constituée dans les relations entre les individus et le monde. On a utilisé les procédures méthodologiques fondées sur la conception dialectique, en ayant comme des techniques de recherche: observations, conversations informelles et entretiens semi-structurés. Notre recherche est basée sur les conceptions théoriques épistémologiques de Vygotsky, Kosik, Rey, Duarte, Athayde, Clot, Molon, Bock, Freire, Brandão. La recherche montre des indices concernant la constitution de la subjectivité humaine, dans l'organisation sociale des paysans et paysannes qui effectuent un travail qui implique l'engagement éthique de la production sans l'utilisation de produits contaminés par des poisons, des pesticides ou d'autres produits agrochimiques. En plus que prend en compte la relation de soins avec l'environnement et les relations qui sont établies au cours des expériences. Ces relations favorisent des subjectivités dans la voie de la transformation de leurs réalités, et à cause de cela, nous préconisons la proposition suivante: dans l'organisation sociale des Foires Agro-écologiques, à travers la pratique de l'Éducation Populaire, il est en cours la production de subjectivités qui promeuvent des relations d'émancipation parmi les sujets impliqués. Depuis qu'ils se rapportent à d'autres, dans la perspective de transformer leur vie, imprégnés par les principes pédagogiques de l'Éducation Populaire, ces individus produisent des subjectivités qui contribuent à déclencher les processus d'autonomie. Démonstrés dans les relations qui se constituent à travers les expériences, soit par la pertinence sociale du travail, ou par la relation de coopération avec l'autre ou par la reconnaissance de l'expérience en termes de possibilités pour accroître le potentiel d'élevation du sujet.

Mots-clés: La subjectivité. Le travail. L'éducation. L'émancipation.

LISTA DE SIGLAS

ASA – Articulação do Semiárido Paraibano

ASPTA – Assessoria e Serviços a projetos em Agricultura Alternativa

CPT – Comissão Pastoral da Terra

ECOVARZEA – Associação dos agricultores e agricultoras da Várzea Paraibana

ECOBORBOREMA - Associação Agroecológica do Compartimento da Borborema

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MDA – Ministério do Desenvolvimento agrário

LISTA DE FIGURAS

Figura 01. Feira Agroecológica de Campina Grande, realizada na Estação Velha	20
Figura 02. Feira Agroecológica de Campina Grande	21
Figura 03. Feira Agroecológica de Patos	22
Figura 04. Feira Agroecológica na UFPB	23
Figura 05. Barraca da Feira Agroecológica na UFPB	27
Figura 06. Números da agricultura familiar	144
Figura 07. Participantes da feira em Patos/PB	149

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 OBJETO, SUJEITO DA PESQUISA E QUESTÕES METODOLÓGICAS	18
1.2 FEIRAS AGROECOLÓGICAS	20
1.3 QUESTÕES METODOLÓGICAS	32
1.4 METODOLOGIA	37
2 A SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA E AS PERSPECTIVAS HUMANAS	47
2.1 FORMAS DE ORGANIZAÇÃO: OUTRAS ECONOMIAS COMO ALTERNATIVAS EM CONSTRUÇÃO	52
2.2 PISTAS PARA OUTRA ECONOMIA EM BASES SOLIDÁRIAS	58
2.3 DESENVOLVIMENTO HUMANO	61
2.4 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA PERSPECTIVA AGROECOLÓGICA	67
3 CONSTITUIÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO E AS CONSTRUÇÕES DE SUBJETIVIDADES	79
3.1 EDUCAÇÃO POPULAR: SUJEITO E SUBJETIVIDADE	87
3.2 A SUBJETIVIDADE HUMANA E A EDUCAÇÃO	93
3.3 DIMENSÕES PSICOLÓGICAS DA CONSTITUIÇÃO DOS SUJEITOS	95
3.4 EM BUSCA DE PISTAS SOBRE A CONSTRUÇÃO SUBJETIVA	99
3.4.1 Produção de subjetividade	103
3.4.2 Concepções de subjetividade	110
3.5 EDUCAÇÃO POPULAR	116
3.5.1 A permanente busca da autonomia	125
3.5.2 Perspectivas de uma educação crítica	127
3.5.3 A constituição do sujeito na realidade social	131
4 REALIDADE EM ANÁLISE: SUBJETIVIDADE E EMANCIPAÇÃO NO ÂMBITO DAS FEIRAS AGROECOLÓGICAS	134
4.1 INDÍCIOS DE SUBJETIVIDADES	134
4.2 REALIDADES EM CONSTRUÇÃO	136

4.3 INDÍCIOS DE SUPERAÇÃO DA SUBMISSÃO	138
4.4 A NEGAÇÃO DO USO DE AGROTÓXICOS: ENTRE A ALIENAÇÃO E A CONSCIÊNCIA	147
4.5 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	150
4.6 EMANCIPAÇÃO	160
4.7 EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA	166
 5 DISCUSSÃO ENTRE EDUCAÇÃO E SUBJETIVIDADE	168
 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	178
 REFERÊNCIAS.....	182
 APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA	188
APÊNDICE B – FEIRAS AGROECOLÓGICAS	189
 ANEXO I – DIVULGAÇÕES DA FEIRA AGROECOLÓGICA.....	199
ANEXO II – MAPA DAS FEIRAS EM TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICAS DA PARAÍBA	204

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objeto a produção de subjetividades no curso do trabalho e de agenciamento de movimentos sociais, tendo como campo empírico os sujeitos das feiras agroecológicas solidárias populares na Paraíba. Decorre de trabalhos profissionais e investigações realizadas anteriormente nas áreas de assentamento durante a chamada reforma agrária, entre os quais, a pesquisa sobre educação popular, economia solidária e subjetividade realizada durante o mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). O propósito, neste momento, é aprofundar esse trabalho na perspectiva de compreender como homens e mulheres envolvidos nessas experiências transformam a realidade e, ao fazê-lo, transformam a si mesmos.

A pesquisa parte da ideia de que existem dificuldades de organização dos trabalhadores e trabalhadoras em torno da construção de alternativas econômicas viáveis que atendam suas necessidades. Entretanto, algumas experiências têm demonstrado avanço na construção de perspectivas de sobrevivência e melhoria de vida no espaço da reforma agrária e da agricultura familiar. Podemos citar o movimento agroecológico como perspectiva que vem se contrapondo ao modelo dominante de desenvolvimento do campesinato. Este estudo busca elucidar a construção de subjetividades no campo das relações que se constroem nessas estratégias organizativas.

A escolha desta temática decorre de um processo constituído a partir de experiências vivenciadas em uma história que aponta três momentos significativos. Primeiro, a participação em grupo jovem, desenvolvendo trabalhos comunitários e de reflexão da realidade social, que tinha como influência teórica e metodológica a teologia da libertação inspiradas em Leonardo Boff e Frei Betto. O segundo momento se deu na UFPB, com as discussões sob a orientação dos professores Milton Athayde (orientador de monografia e projeto de extensão) e Genaro Ieno Neto (orientador de estágio final do curso) que proporcionaram uma análise crítica das teorias que explicavam a realidade. Destacam-se ainda os trabalhos desenvolvidos nesse percurso, como a participação na pesquisa sobre qualidade de vida nas áreas de assentamentos de reforma agrária na Paraíba, bem como a vivência do trabalho de estágio curricular realizado nesse campo, assim como a participação no setor de educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

(MST), após o término do estágio universitário. Em terceiro, a posterior prática profissional em equipes interdisciplinares como profissional de educação popular e psicóloga social em áreas de assentamento de reforma agrária e agricultura familiar. Esse movimento gerou uma demanda de pesquisa sobre as possíveis alternativas econômicas ditas solidárias para as classes populares, sinalizadas a partir da organização dos trabalhadores e trabalhadoras das áreas de reforma agrária e de agricultura familiar.

Decorrente deste processo, desenvolvemos uma pesquisa de mestrado que teve como tema *Educação Popular e Subjetividade na Feira Agroecológica*. Este processo indicava a construção histórica e cultural desenvolvida por um movimento que desencadeou esta pesquisa como um aprofundamento da pesquisa anteriormente citada.

A partir dessa dissertação consideramos que as atividades de construção da Feira agroecológica desencadearam um processo de transformação da realidade dos sujeitos na constituição de subjetividades. A presença de um processo de educação popular esteve presente no percurso de mobilização, organização e realização da experiência. Ela desencadeou outros processos de mobilização de alternativas de economia solidária em outros grupos de trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Considerando as dificuldades de organização de alternativas que propiciem qualidade de vida às classes populares e, no caso específico, no campo, a experiência das feiras em transição agroecológica tem demonstrado algumas sinalizações significativas no sentido de construção do desenvolvimento de alternativas possíveis diferentes da lógica de desenvolvimento econômico dominante na sociedade capitalista contemporânea.

Nosso intuito é aprofundar um trabalho de pesquisa a respeito da educação, da produção de subjetividade e de outras formas de organização econômica possível a partir das feiras agroecológicas. O campo empírico de pesquisa é o das feiras agroecológicas solidárias populares que vêm se constituindo no estado da Paraíba. Esse movimento se dá através da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Articulação do Semiárido da Paraíba (ASA-PB) e serve como elo para construção de uma proposta de fortalecimento das relações entre camponeses que estão na busca gerar construir alternativas de trabalho baseadas numa proposta de organização que envolve pessoas com propósitos de transformação de suas realidades com base na cooperação entre parceiros, tendo como base a perspectiva agroecológica.

As feiras em transição agroecológicas solidárias se constituem como espaços de construção de possibilidades econômicas viáveis, cujos desdobramentos apresentam significações para além de tal dimensão. Visto que contemplam questões como: a organização de grupos de trabalhadores e trabalhadoras, a cooperação entre parceiros, um processo de aprendizagens que se dão num processo de sociabilidade, a questão ambiental e, em especial, a transformação de realidades e formas de relações de trabalho.

Aspectos esses inerentes a uma realidade que favorece princípios e valores que são alimentados pelas experiências em curso. No entanto, contraditoriamente, hoje se apresenta como um dos desafios a serem enfrentados, visto que ao mesmo tempo em que aparecem as transformações da agricultura em uma perspectiva agroecológica, convivem as persistências de um modelo convencional pautado na chamada revolução verde que trouxe consigo o modelo tecnológico com utilização de venenos e pesticidas.

A primeira feira dessa natureza no estado da Paraíba foi a da UFPB, que teve início no dia 10 de maio de 2002. Depois, organizaram-se outras, localizadas nas regiões do litoral, agreste, cariri, sertão, brejo, em cidades como João Pessoa, Campina Grande, Massaranduba, Lagoa Seca, Lagoa Nova, Remígio, Esperança, Patos, Aparecida, Cajazeiras. Este trabalho de pesquisa se configura num aprofundamento da compreensão da complexidade das relações subjetivas construídas durante o percurso de organização dessas experiências, em seu processo autoeducativo.

O trabalho objetiva analisar a dimensão subjetiva presente nas experiências de feiras em transição agroecológica solidárias populares na Paraíba, e destaca a produção de subjetividades no curso das práticas educativas das feiras agroecológicas. Busca compreender as dimensões subjetivas que mobilizaram e mobilizam a realização de dessas feiras.

Temos como questão central a busca por desvendar: como os humanos produzem subjetividades no percurso de transformação de suas realidades? Para tanto defendemos a seguinte tese: na organização social das feiras agroecológicas, através da prática de educação popular, encontra-se em curso a produção de subjetividades que promovem relações de emancipação entre os sujeitos envolvidos. Uma vez que, ao se relacionarem com os outros, na perspectiva de transformação de suas vidas pela necessidade de sobrevivência, permeados pelos princípios educativos da educação popular, produzem subjetividades que contribuem para os processos desencadeadores de autonomia.

No percurso deste trabalho buscamos pistas no intuito compreender como os sujeitos vão se transformando ao transformarem sua história. Para tanto, partimos da ideia de que homens e mulheres movidos no plano da necessidade, ao envolverem-se na transformação de suas histórias até então estabelecidas, podem transformar suas vidas na relação com a natureza, o mundo e os outros, num percurso de aprendizagens coletivas desencadeadoras de subjetividades. Subjetividades a nosso ver promotoras de autonomia e emancipação.

Analizamos tal fenômeno numa perspectiva dialética que concebe o sujeito em seu movimento de constituição histórica. Para tanto, nosso trabalho de pesquisa envolve presença do investigador no processo em estudo, com técnicas como observação participante, analisando o fenômeno estudado em seu percurso de desenvolvimento sócio-histórico construído por homens e mulheres entre si, na relação com o ambiente circundante e consigo.

Nosso foco está nas dimensões qualitativas do fenômeno, em seu movimento dialético. Entretanto, não descarta os dados quantitativos que possam dimensionar questões que fortaleçam a compreensão e a argumentação da tese.

Desenvolvemos um percurso metodológico em processo, pois entendemos este trabalho como um desencadeamento que se aprofunda à medida que adentramos na complexidade da realidade em estudo, nas dimensões teórico-metodológicas que permeiam seu desenvolvimento.

Nessa perspectiva, destacamos a geração de uma pesquisa de cunho qualitativo, colocando em análise a própria implicação da pesquisadora, ao largo de qualquer pretensão de neutralidade, mas de uma relação de aproximação dialógica promotora de conhecimento mútuo.

A profunda definição teórica que implica a compreensão da psique humana como sistema subjetivo comprometido com o curso da vida concreta dos sujeitos em seus cenários sociais e culturais diferenciados, implica novas necessidades para o processo de produção do conhecimento, que produz uma profunda transformação epistemológica em relação aos padrões epistemológicos dominantes na psicologia. (REY, 2003, p.265)

A pesquisa contempla um movimento teórico-metodológico que congrega triplo movimento que tem como ponto inicial as abstrações a partir de uma anterioridade do

mundo concreto. Esse concreto inicial é a realidade tal qual se apresenta inicialmente ao pesquisador. O primeiro movimento considera a descrição da realidade em estudo em seu contexto sócio-histórico. Para tanto, analisa o modelo dominante que se constitui na sociedade capitalista contemporânea.

O segundo movimento contempla uma dinâmica de abstração, de análise da realidade. Nesse momento de abstrações buscamos subsídios teóricos em autores cuja produção contempla dimensões que envolvem a constituição das subjetividades, bem como a dimensão educativa que permeia essa constituição, envolvendo a análise da realidade.

Um terceiro movimento congrega a constituição de uma nova síntese decorrente do embate entre as contradições entre a síntese inicial, a evidência das contradições existentes no fenômeno estudado, constituindo-se assim na análise ou no concreto pensado. Assim, o trabalho vai da síntese da contextualização da realidade concreta, contempla uma análise crítica da realidade e constrói uma nova síntese. Um processo que interliga os diversos momentos gerando novas proposições.

Realizamos uma análise dos materiais emergentes das entrevistas semiestruturadas e do material conjunto do empírico, a partir da realidade estudada, através de dados coletados junto aos sujeitos que constroem a realidade em estudo. Para tanto, contamos com uma aproximação e formação de vínculos necessários à construção do diálogo que possibilita a compreensão da realidade em estudo. Essa perspectiva se realizou através da aproximação entre as dimensões teóricas e os materiais gerados no curso da pesquisa, no intuito de verificar nossas afirmações de tese (ou negá-las, se for o caso). Em se tratando de afirmação, buscaremos nas teorias e na realidade uma reflexão argumentativa necessária.

Nas pesquisas dialéticas, o homem é concebido como um ser social e histórico, que, embora determinado por contextos econômicos, políticos e culturais, é seu criador e transformador. De acordo com enfoque crítico-dialético, o conhecimento da realidade, do mundo, das dinâmicas sociais e a ação transformadora dos homens se orienta para obtenção de maiores níveis de liberdade, adquiridos através de permanentes lutas e de superação das contradições sociais. A história dos homens assim os demonstra. O interesse cognitivo predominante neste tipo de enfoque é o crítico-emancipador. (GAMBOA, 2007, p.177)

A partir desse processo apresentaremos nossas argumentações teóricas traçando uma crítica da realidade estudada, bem como as contribuições que possam ampliar a

compreensão e atuação na realidade em curso. Nesse momento teceremos em forma de síntese nossas argumentações, colocando em confrontação teoria e realidade.

Analizamos como vem ocorrendo o desenvolvimento dessas experiências, tendo como foco as suas dimensões subjetivas, considerando o processo educativo popular que permeia suas realidades. “A dialética não é um método da redução: é o método da reprodução espiritual e intelectual da realidade é o método do desenvolvimento e da explicitação dos fenômenos culturais partindo da atividade prática objetiva do homem histórico”. (KOSIK, p.32)

Nossa investigação parte da necessidade de compreender as dificuldades e as possibilidades de construção de alternativas que contribuam para se pensar uma sustentabilidade da vida daqueles que sofrem em decorrência das desigualdades e injustiças sociais.

As feiras agroecológicas, em seus princípios, mostram-se como espaços de produção que sinalizam para organizações socioeconômicas de cooperação significativas na construção de uma lógica de desenvolvimento que contempla, para além do econômico, algo a ser observado na realidade concreta.

A tese tem o intuito de visualizar alternativas, nas quais sujeitos historicamente produzidos desafiam os condicionamentos históricos, criam possibilidades de romper com um determinismo historicamente construído e transformam suas realidades concretas compartilhadas com outros.

O presente trabalho está organizado em cinco capítulos distribuídos num movimento que contempla a realidade, os aspectos teóricos que sustentam nossas argumentações, a verificação através da análise dos dados encontrados na realidade empírica, a partir das teorias e nossas proposições. Apesar da separação em capítulos existe uma relação intrínseca que conduz a lógica interna do trabalho de investigação científica realizado.

Na parte introdutória temos uma apresentação do trabalho de pesquisa em andamento e o seu percurso metodológico. No primeiro capítulo, traçamos um panorama do contexto em que se insere a problemática, situando como a lógica dominante na sociedade vem se constituindo, além de sinalizações de outras possibilidades que apontam como estratégias voltadas às classes populares. O segundo capítulo aborda o sujeito da pesquisa, bem como os aspectos metodológicos que permeiam o trabalho. No terceiro

capítulo, tratamos de uma discussão teórica em torno da educação e a constituição de subjetividades. O quarto capítulo apresenta os dados produzidos sobre a realidade pesquisada e a análise à luz das teorias que servem de referenciais para nossas argumentações. O último capítulo faz uma síntese que constata ou não a comprovação da tese inicial e levanta novas proposições teóricas no campo da subjetividade.

1.1 OBJETO, SUJEITO DA PESQUISA E QUESTÕES METODOLÓGICAS

A problematização dessa temática parte da complexidade com que esses sujeitos se organizam em torno de possibilidades de desenvolverem formas de trabalhar e de viver melhor. Tais dificuldades e possibilidades são objetos de nossas observações. O intuito é evidenciar essas experiências no sentido de elucidar pistas significativas refletidas na realidade empírica e teórica desses sujeitos. Dificuldades e alternativas econômicas, culturais, subjetivas e produção de possibilidades construídas na relação com os outros sujeitos.

A perspectiva de constituição de alternativas que promovam uma vida digna nesse campo leva à busca da compreensão da experiência das feiras em transição agroecológica na intenção de pensar alternativas possíveis de desenvolvimento que contemplem valores fundamentados na preservação da vida, em detrimento da lógica que domina a economia de mercado em sua atualidade.

A partir da constatação de que as pessoas se transformam ao transformar sua realidade, buscaremos presentificar não apenas que as transformações ocorrem durante a organização, mas como se dão essas transformações. Nosso intuito é aprofundar um trabalho de pesquisa a respeito da educação popular e subjetividade na organização das feiras agroecológicas.

O universo das feiras agroecológicas solidárias na Paraíba envolve experiências concretas nas regiões do litoral, sertão, cariri e borborema. No litoral, situadas em João Pessoa (UFPB; bairros Bessa e Valentina). Na região da Borborema, em Campina Grande (Estação Velha e Bairro do Catolé), em Lagoa Seca, Lagoa de Roça, Massaramduba, Esperança, Remígio, Casserengue e Solânea. No sertão, estão localizadas nos municípios de Cajazeiras, Aparecida e Patos.

Entretanto, esta pesquisa envolve os sujeitos das feiras realizadas em Campina Grande (Estação Velha e Catolé), João Pessoa (UFPB) e Patos. A organização das feiras tem o apoio da CPT, ASA-PB, ASPTA, Polo Sindical da Borborema, ECOVARZEA, ECOBORBOREMA, ECOSSUL, CAAASP; e também com apoio de projetos financiados pelo poder público através do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Trata-se da construção de alternativas entre agricultores e agricultoras que buscam produzir possibilidades de sobrevivência numa proposta de organização com propósitos e princípios de transformação de suas realidades com base na cooperação entre parceiros.

Porque a gente produzia e não tinha a quem vender, vendia ao atravessador que levava todo nosso lucro e a gente ficava sem poder sobreviver, por esse motivo a gente teve a iniciativa de criar esse espaço. Com a feira agroecológica temos uma segurança da nossa renda, uma condição de vida para nós, nossa família, para o solo e para os clientes que consomem nossos produtos.¹

Tal comentário mostra a presença de termos prioritários/empregados nos empreendimentos eminentemente capitalistas, como é o caso de lucro e renda, o que sinaliza que as alternativas dentro de uma sociedade dessa natureza sempre vai prevalecer dimensões que se reportam ao sistema dominante. Entretanto, vale ressaltar que a forma de poder sobre o produto do seu trabalho mudou, por que através da relação construída com os outros camponeses associados foi possível realizar um processo de comercialização direto entre aquele que produz e aquele que consome.

A pesquisa de campo se deu através de participação em reuniões, eventos, entrevistas, visitas aos locais de realização das feiras e através de conversas informais. Foram realizadas 15 entrevistas semiestruturadas envolvendo pessoas de três grupos que realizam as feiras: quatro entrevistas em Campina Grande, quatro em João Pessoa e sete em Patos. Além das entrevistas semiestruturadas realizadas, quando necessário voltamos ao sujeito pesquisado para um possível aprofundamento ou esclarecimento referente à pesquisa.

¹ Fala de um dos participantes pertencentes ao Assentamento de Reforma Agrária Dona Helena, localizado no município de Cruz do Espírito Santo.

1.2 FEIRAS AGROECOLÓGICAS

As feiras agroecológicas da região da borborema surgiram no contexto de um movimento que envolve reuniões, encontros, visitas de intercâmbios promovido pela organização sindical e assessorias. Surgiram no percurso de organização dos participantes envolvidos com a ASA, ASPTA e Polo Sindical da Borborema, que congrega sindicatos daquela região.

As feiras agroecológicas da região da Borborema ocorrem nos municípios de Campina Grande (no museu do algodão e no Catolé), Lagoa Seca, Lagoa Nova, Massaranduba, Remígio, Esperança e Solânea.

Esta organização é decorrente de pequenos agricultores e agricultoras da agricultura familiar que estão organizados numa associação denominada Associação Agroecológica do compartimento da Borborema (ECOBORBOREMA), que congrega os participantes das feiras, além de outros camponeses que não participam destas. Existe uma organização com coordenadores, secretário e fiscais, e também estatuto e regimento que conduzem a forma de organização e os princípios que norteiam essas práticas.



Figura 01. Feira Agroecológica de Campina Grande, realizada na Estação Velha.
Fonte: Nelsânia Batista, 2012.

A organização tem como princípio básico a não utilização de venenos na produção agrícola, uma produção que considere as mulheres e homens num trabalho que tem como

base relações de respeito entre as pessoas e o ambiente em que vivem e trabalham: “Nosso lema inicial era trazer um natal sem veneno, o objetivo dessa feira era vender produtos sem veneno, de acordo com o estatuto.”²

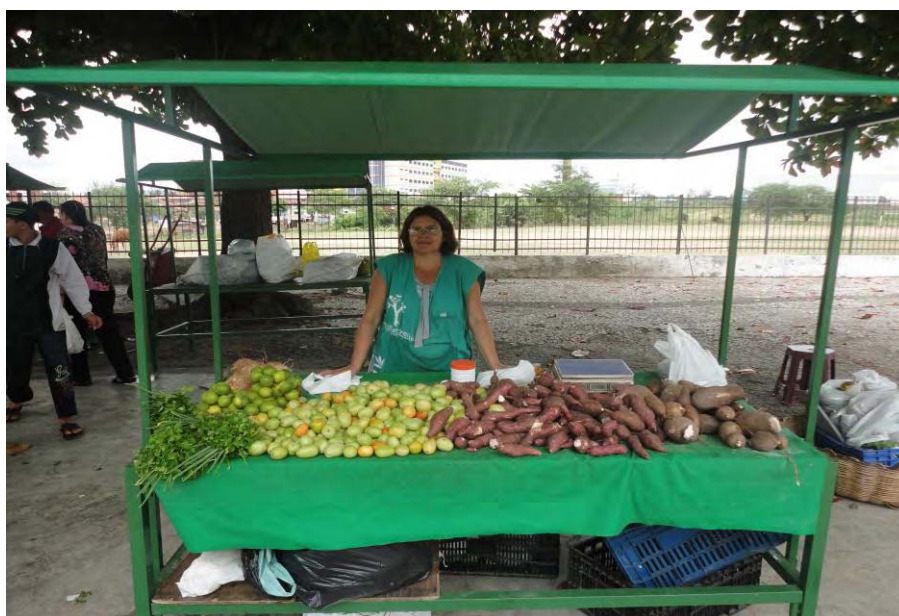


Figura 02. Feira Agroecológica de Campina Grande.
Fonte: Nelsânia Batista, 2012.

Essas experiências são gestadas num contexto em que estão sendo desenvolvidas outras experiências, entre as quais estão o trabalho de regate da semente da paixão³, dos bancos de sementes nativas, das cisternas de placa, dos viveiros de mudas, do cultivo “ao redor da casa”, dos tanques de pedras. Essas experiências são desenvolvidas por camponeses e camponesas oriundos da agricultura familiar. A perspectiva é construir experiências de convivência com a região semiárida na busca de melhoria para os camponeses de forma integrada com o ambiente de vida e trabalho.

A outra feira pesquisada é a que é realizada no município de Patos, localizado na região do sertão da Paraíba. A feira surgiu contexto de um movimento que envolve reuniões, encontros, visitas de intercâmbios promovido pela organização composta por assessorias, ONGs, organização sindical, com apoio do MDA, de prefeituras e das

² Fala de um dos entrevistados para esta pesquisa, residente no sítio Ribeiro e membro da feira agroecológica realizada na Estação Velha, Campina Grande.

³ Semente da paixão se refere à denominação dada às sementes nativas utilizadas nas plantações sem nenhuma modificação genética.

associações dos agricultores de áreas de assentamento de reforma agrária e de comunidades rurais.



Figura 03. Feira Agroecológica de Patos.
Fonte: Nelsânia Batista, 2012.

A feira de Patos envolve participantes de 22 famílias oriundas dos municípios de Patos, Quixaba, São José do Bonfim, Cacimba de Areia e Santa Terezinha. Surgiu a partir de uma discussão de desenvolvimento territorial que envolvesse não apenas um município, mas diversos municípios numa mesma feira, e há perspectiva de ampliação dessa demanda para envolver outros municípios.

O processo de organização das feiras promove uma consciência em relação a dimensões que são ocultadas em outros espaços de comercialização, como, por exemplo, a origem e procedência dos produtos. Ao realizar as feiras, consumidores e produtores buscam dialogar a respeito dessa produção diferenciada e de sua repercussão na vida das pessoas.

Essas feiras agroecológicas têm um produto um produto sem veneno. Quando a gente começou a colocar essa feira, ninguém quase dava valor, não era muitas pessoas, e hoje em dia tem muitas pessoas que são conscientizadas, que hoje são conscientes sobre o veneno, o perigo do veneno. Nós já temos fregueses que são consumidores muitos bons, que não querem saber de outros produtos que contém veneno. Eu acho que é

uma importância muito boa dessas feiras, tanto para gente como para o consumidor.⁴

A feira agroecológica da Várzea Processo de organização e realização das Feiras agroecológicas que é realizada na Universidade Federal da Paraíba. Sua história tem origem no desenvolvimento posterior à luta pela terra. Segundo seus participantes, “os desafios se davam especialmente em torno da dificuldade no processo de comercialização, que ocorria através de atravessadores, que compravam a produção a preços inferiores ao valor do mercado e quanto maior a demanda mais havia uma desvalorização dos produtos”⁵.

Os incômodos gerados pela insatisfação com a forma de organização da comercialização dos produtos e da questão da sustentabilidade das famílias viabilizou um processo de discussão entre assentamentos, entidades e assessorias que provocou a origem das feiras agroecológicas, entre as quais está a “feira da universidade”.



Figura 04. Feira Agroecológica na UFPB/JP.
Fonte: Nelsânia Batista. 2011.

⁴ Fala de um dos participantes das feiras realizadas em Campina Grande e Lagoa Seca, pertencentes a ECOBORBOREMA, morador do município de Lagoa Seca.

⁵ Fala de um dos participantes da Feira realizada na UFPB/JP, pertencente ao Assentamento de Reforma Agrária Padre Gino, localizado no município de Sapé.

A feira agroecológica realizada na UFPB se constitui de participantes advindos dos assentamentos de reforma agrária localizados na várzea paraibana, especificamente do município Cruz do Espírito Santo de Cruz, assentamento Dona Helena; do município de Sapé, assentamentos Padre Gino, Rainha dos Anjos e Boa Vista; de João Pessoa, do assentamento Ponta de Gramame; e do Conde, do assentamento Dona Antônia. Esta feira é composta por 35 famílias, envolvendo 120 pessoas.

A organização ocorre através da Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicos da Várzea Paraibana (ECOVÁRZEA), com um sistema de organização baseado em um regimento interno e um estatuto com princípios, formas de organização, atribuições. Conta com uma organização através do sistema de coordenação com coordenação executiva, conselho fiscal e comissão de ética.

Existe uma organização através de discussões coletivas em reuniões específicas em três momentos específicos que constituem a forma de organização desta feira: uma reunião da coordenação, uma assembleia geral mensal e uma reunião semanal posterior à realização de cada feira. A reunião da coordenação prepara a assembleia e discute os principais problemas a serem abordados e encaminha atividades que demandam agilidade. As assembleias consistem num momento de encontro do grupo para discussões das questões que envolvem a organização e gestão da feira e os encaminhamentos a serem executados.

Estas assembleias passam por uma sistemática que consiste em momentos que envolvem: um café da manhã coletivo; um momento de oração, leitura do evangelho com um processo de discussão que envolve a realidade; a prestação de contas exposta em painel de todas as receitas e despesas existentes na organização; e uma discussão dos principais problemas e possíveis encaminhamentos e seus respectivos responsáveis. Nestas reuniões ocorrem avaliações e planejamentos das atividades, bem como um permanente processo de discussões das questões que envolvem a temática agroecológica.

A outra reunião de organização ocorre após a realização de cada feira, no mesmo local de sua realização. Neste momento são evidenciadas as pendências que demandam soluções mais urgentes, resolução de problemas. Ao final, há um momento místico de agradecimento de mais uma realização do grupo, objetivando a união e a força para as próximas realizações. Toda feira termina com um momento de oração. Segundo as

palavras de um dos participantes, representa a continuidade da união e continuidade da feira.

Outro participante diz: “isso vem desde o momento da luta que era imprescindível pela manhã e a noite, como também nos inícios dos trabalhos, acredita-se que isso é o que nos fortalece. É o material e o espiritual”⁶.

Além dessas reuniões, também existem encontros, visitas de intercâmbio, reuniões com pesquisadores da universidade, entrevistas com estudantes pesquisadores da universidade, com a CPT, diálogos com os consumidores. O universo específico desta feira está imbuído de diversas relações decorrentes de sua espacialidade, da cultura, do contexto.

A realização das feiras agroecológicas se destaca enquanto alternativas econômicas organizadas por grupos de camponeses/as de áreas de assentamento de reforma agrária e de agricultura familiar organizados em localidades específicas na Paraíba, onde existe um trabalho educativo em torno da agroecologia como um processo em transição.

Para Hernández (2010, p.39), a agroecologia é considerada como um fator de mobilização social, tanto no meio rural como no meio urbano, que aposta na ação coletiva para participar em assuntos sociais e políticos. Essa concepção destaca a dimensão do movimento que perpassa perspectivas sociais e políticas, diferenciando-se da perspectiva centrada no orgânico que destaca a questão da preservação ambiental, porém, não necessariamente se ocupa com os problemas decorrentes da exploração do trabalho humano, da desigualdade social gerada por suas práticas ou do desenvolvimento das políticas sociais.

A agroecologia visa convivência dos humanos envolvidos com a natureza numa perspectiva de respeito ao ambiente em que trabalham e vivem. Para tanto, constroem alternativas tecnológicas que subsidiem tal convivência. Na concepção de Petersen (2007, p.7):

[...] a agroecologia aproveita os recursos da natureza localmente disponíveis para desenvolver agriculturas que assegurem produções estáveis e satisfatórias para atender às necessidades econômicas das famílias agricultoras e que, ao mesmo tempo, possuam elevada capacidade de se auto produzir, técnica, cultural e ecologicamente.

⁶ Fala de um participante pertencente ao Assentamento de Reforma Agrária Dona Helena, localizado em Cruz do Espírito Santo.

Este trabalho de pesquisa buscou aprofundamento da compreensão da complexidade das relações subjetivas construídas durante o percurso de organização dessas experiências, em seu processo educativo, destacando dessa forma as dimensões subjetivas que mobilizaram e mobilizam energias dos envolvidos no percurso de sua viabilização. Compreender a lógica de organização através da qual ocorrem tais experiências visa buscar subsídios para práxis educativa desenvolvida por esses sujeitos sociais que possam beneficiar outros sujeitos.

A ênfase na dimensão subjetiva decorre da importância de analisar a construção de experiências concretas compartilhadas entre sujeitos que rompem com o determinismo historicamente construído. O destaque se refere ao trabalho de transformação dos condicionantes em que vivem e como isso transforma o humano.

O trabalho de campo é, portanto, uma porta de entrada para o novo, sem, contudo, apresentar-nos essa novidade claramente. São as perguntas que fazemos para a realidade, a partir da teoria que apresentamos e dos conceitos transformados em tópicos de pesquisa que nos fornecerão a grade ou a perspectiva de observação e de compreensão. (MINAYO, 2008, p.75)

As feiras se apresentam como alternativas de vida apoiadas numa proposta de organização de pessoas com desejos concretizados na transformação de suas realidades com base na cooperação entre parceiros que comungam de necessidades e objetivos semelhantes. A perspectiva é compreender como se constroem subjetividades junto à organização dos trabalhadores e trabalhadoras na luta para construir formas de viver nas áreas de assentamento de reforma agrária e de áreas de agricultura familiar, tendo a feira como uma de suas alternativas.

O mundo vivenciado pelas classes populares apresenta uma realidade marcada pelas dificuldades de organização que permitam sobreviver da terra e permanecer de forma sustentável, considerando as necessidades humanas, sociais e ambientais, inclusive econômicas. Nesse sentido, a organização das feiras agroecológicas tem demonstrado um potencial de produção e comercialização alternativo viável organizado pelos trabalhadores e trabalhadoras que vivem e trabalham em áreas de assentamento e de pequenos produtores que vivem da agricultura familiar.



Figura 05. Feira Agroecológica na UFPB/JP.
Fonte: Nelsânia Batista, Nov./2012.

No entanto, essas organizações exigem transformações que vão além do visível, daquilo que podemos observar na realidade concreta, pois existem dimensões que apenas sinalizam nas mudanças de valores, atitudes, pensamento e relações.

Como já mencionado anteriormente, a lógica dominante na sociedade é capitalista, de uma cultura em que historicamente a direção é dada basicamente pelo patrão e que os valores alimentados se pautam no individualismo, na competição, na acumulação e num universo de construção de desigualdades econômicas, culturais, sociais que se colocam como desafios a serem enfrentados por todos que acreditam na utopia de uma sociedade diferente.

Vivemos em busca de alternativas que superem a lógica excludente presente nas relações meramente econômicas. Estamos num momento de construção e de autocrítica na construção e reconstrução de referenciais inspirados nos clássicos que subsidiem a práxis de uma utopia de sociedade possível. Para Amadeo (2007, p.91), “[...] existe a possibilidade para pensar em uma alternativa global à barbárie capitalista, e para estabelecer um novo vínculo entre teoria e prática buscando construir um novo mundo possível”.

Desconstruir essa lógica e criar outras possibilidades é um desafio em construção nessas e em tantas outras experiências espalhadas por vários países. Na perspectiva de Santos (2002, p.14), em *Produzir para Viver*, a realização do Fórum Social Mundial é um marco na evidência de outra sociedade possível e da invenção de outros jeitos de viver.

Nessa direção, entendemos que as diversas tentativas espalhadas pelo mundo mostram que é possível experimentar outras possibilidades de vivenciar um mundo pautado em outros valores. Entretanto, uma perspectiva que sinaliza para construção de uma sociedade diferenciada contempla necessariamente em seu interior o exercício permanente da crítica e da autocrítica. Para que essas experiências não se deem no vazio se faz necessário um exercício de reflexão da sua dinâmica de construção. O exercício da crítica no interior dessas organizações evidencia uma aprendizagem coletiva que se desdobra como ponto de construção de cultura. Pois, a lógica de organização social predominantemente hierárquica e negadora do humano limita a criação de outras possibilidades.

A organização de experiências como as feiras agroecológicas solidárias tem evidenciado algumas pistas significativas no sentido de pensar alternativas de desenvolvimento diferentes daquelas apresentadas pela economia dominante. Essas experiências se constituem como espaços de construção de possibilidades de alternativas sociais, ambientais, econômicas de grupos oriundos das classes populares e, a partir de sua organização e articulação com outros grupos, desenvolvem propostas concretas que se objetivam em suas vivências.

Esse modo de organização contempla em sua constituição valores como respeito à vida, cooperação, solidariedade, ajuda mútua, preservação ambiental, os quais são alimentados nos diversos espaços de interação.

A concretização dessas experiências sinaliza dimensões subjetivas decorrentes de experiências compartilhadas entre sujeitos que enfrentam juntos os condicionantes sociais, criticam e criam outras formas de viver, de produzir, de comercializar, de se relacionar com as pessoas e com o mundo em que vivem. Essas transformações, não obstante, são decorrentes de uma intensa luta em defesa de uma perspectiva de vida para transformação do mundo em que vivem. E, ao fazê-lo, também se transformam.

O poder compartilhar e perceber suas realidades objetivando transformá-las através da luta pela terra não limita os desafios e as conquistas que acompanham o cotidiano

desses grupos no processo de serem mais, de buscarem sua própria humanização, no sentido freiriano. Para Freire (1987, p.19), “O homem (e a *mulher*⁷) só se expressa convenientemente quando colabora com todos na construção do mundo comum – só se humaniza no processo dialógico de humanização do mundo”.

Segundo o pensamento de Freire (Idem) a “vocação ontológica do humano é sua possibilidade permanente de ‘ser mais’”. No sentido de ultrapassar as próprias limitações das condições econômicas, culturais, psicológicas, no entanto, as condições concretas de uma sociedade que nega a humanização restringem a possibilidade de exercê-las, produzindo condições negadoras da sua humanização. Geram-se, assim, situações de desumanização, onde não se exerce o direito de se apropriar dos elementos culturais presentes na sociedade.

E isso é evidente em sociedades cujo valor central é o capital, independente do desenvolvimento dos humanos. Compreender os humanos em suas transformações nos contextos sociais adversos é desafio a ser enfrentado por pesquisadores diante de uma realidade na qual emergem problemas sociais de uma complexidade nunca vista pela humanidade. Ocorrerem avanços tecnológicos da sociedade, entretanto, não houve avanço equivalente no que se refere às problemáticas vivenciadas pelas populações empobrecidas que não conseguiram atender as necessidades básicas a vida humana. Visto que o problema da fome ainda é recorrente na realidade mundial, em especial das populações periféricas.

A ciência promoveu avanços tecnológicos inimagináveis em sociedades anteriores, entretanto, não se ocupou em sanar a primeira necessidade humana. Será que ainda não dispomos de tecnologia que aponte nessa direção? Nossa capacidade humana de investigação ainda não conseguiu atingir a capacidade de olhar para as demandas reais da sociedade ou a lógica em o sistema se sustenta não permite tais empreendimentos? Não há resposta a essa questão de imediato, mas é preciso suscitar indagações que permita visualizar caminhos, pistas que orientem para construção de transformações necessárias à vida no planeta, no país, na comunidade, na escola, nas instituições e nas relações que os humanos constroem, inclusive para sobreviver.

A ciência vai se constituindo para atender as demandas próprias do sistema em cada momento histórico. Além de que segue a lógica, inclusive, de pensamento e de paradigma dominante. As ciências sociais, ao importar o modelo de investigação positivista,

⁷ Grifos nossos.

reduziram a possibilidade de construção de referenciais teóricos que poderiam dar sustentação às pesquisas nesse campo de conhecimento. Porém, contraditoriamente, no seio das contestações aos seus referenciais, surgiram opções que se contrapõem a essa perspectiva teórico-metodológica. As críticas ao modelo positivista aparecem em pesquisadores no campo da subjetividade, como coloca González Rey (2005, p.2):

A metodologia conduziu a um metodologismo, no qual os instrumentos e as técnicas se emanciparam das representações teóricas convertendo-se em princípios absolutos de legitimidade para a informação produzida por eles, as quais não passavam pelas reflexões dos pesquisadores. A psicologia buscou transpor a ciência positivista para o seu campo de conhecimento que tinha como base a filosofia. E na tentativa de tornar o conhecimento psicológico um conhecimento científico, se distancia da subjetividade que é inerente a psicologia e procura enquadrar apenas aquilo que pode ser observado concretamente.

Dessa forma, faz-se uma dicotomização entre sujeito e mundo, subjetividade e objetividade. O mundo das ideias e o mundo concreto, os sentimentos e os comportamentos, aquilo que se sente e aquilo que se observa. No entanto, nossa perspectiva está no sentido de evidenciar os condicionantes sociais, desmistificando os determinismos. Nessa perspectiva, buscamos embasamento na teoria da psicologia sócio-histórica e na educação popular. O nosso propósito é refletir sobre os enfrentamentos da realidade social frente aos desafios e as alternativas possíveis experienciadas por grupos populares a partir de uma perspectiva de pesquisa qualitativa.

As abordagens filosóficas, teóricas e metodológicas carregam consigo concepções de mundo, de sociedade e de humano. As perspectivas teóricas de humano, centrado em si mesmo, independente da realidade social, têm sido superadas por concepções que afirmam esse ser como um sujeito em construção, como as que estão presentes, de formas diferentes, na obra de Vygotsky, Piaget, Freire e tantos outros pesquisadores que se ocupam dessa área de conhecimento.

Concebemos uma concepção de humano que está intrinsecamente relacionada com dimensões que circundam sua realidade, seja o ambiente natural, social, político, ideológico, cultural, e de relações intersubjetivas. Um humano que está, em alguma medida, em transformação permanente e que, de acordo com o pensamento de Vygotsky (1998), constitui-se a partir das influências culturais de cada sociedade.

A cultura como aquilo que os humanos produziram e passaram aos outros numa construção histórica. Envolve ideias e construções humanas concretas que são passadas hereditariamente durante a História. Assim, para Vygotsky (1979, p.135): “a cultura é um produto do existir do homem, resulta da vida concreta de existir no mundo que habita e das condições, principalmente sociais, em que é obrigado a passar a existência”.

Os movimentos desencadeadores de produção de cultura permeiam as ações humanas no seu existir em busca de transformação que aparecem como indício nas falas dos camponeses, na tentativa de mudança de suas realidades.

Acho que é o processo autônomo, a autonomia, no coletivo e no individual. Imagina você sair de um processo de trabalhar para os outros, ser mandado. Porque todo mundo que passou pela luta pela terra tem esse desejo desse retorno, de se capacitar e fazer um trabalho como a gente faz⁸

Quando os humanos se desafiam a barrar os condicionantes sociais, produzem cultura capaz de transformar suas realidades sociais, e a teoria da educação fundamenta essas concepções nasce nas lutas das classes populares, sistematizada a partir do pensamento de Paulo Freire.

A teimosia perseguida por trabalhadores(as), intelectuais, militantes políticos que optam pela educação popular é a busca permanente pela democratização da sociedade. Pensando com Paulo Freire, diria que se trata da superação da prática educativa bancária por uma outra perspectiva de educação, a libertadora. Mais ainda, que pensar e agir mediados pelos fundamentos e princípios da educação popular requer transformação da própria pessoa, reconhecendo-se como sujeito de cultura e de história, como produtor de cultura e histórias. (ROSAS, 2008, p.302)

A perspectiva de um jeito diferente de pensar a realidade é um desafio perseguido por movimentos e grupos que não aceitam a realidade estabelecida, mas que contestam diante de situações opressoras, injustas e desiguais que se estabelecem na sociedade de cada tempo histórico. Nesse sentido, os grupos que se articulam para transformar suas

⁸ Fala de um dos entrevistados para esta pesquisa, residente no assentamento de reforma agrária Padre Gino e membro da feira agroecológica da UFPB, campus I, João Pessoa.

realidades, sua cultura, sua subjetividade se inspiram nas concepções de educação popular proposta por Freire e por outros que também vivenciaram essa perspectiva e se desafiaram a reafirmar a dimensão dessa teoria para as classes populares.

1.3 QUESTÕES METODOLÓGICAS

O que está por trás da lógica dominante é uma concepção de humano que consome não só produtos concretos, mas ideias, sonhos, desejos, regras que se apropriam sutilmente dos corpos dos indivíduos sem que estes percebam. Essa lógica de sociedade é subsidiada também por uma produção de conhecimento para atender às suas perspectivas, não sendo diferente das concepções teóricas das ciências sociais, da psicologia.

Na busca de se tornar uma ciência efetiva, a psicologia se afasta da filosofia por volta do final do século XIX e início do século XX. Fáz-lo, de início, por uma aproximação cientificista, fundada na dicotomia dualista cartesiana homem/mundo, interno/externo, mente/corpo, subjetividade/objetividade, natureza/cultura, ideias pelas quais busca afastar as influências humanas do processo de produção do seu campo de conhecimento.

Essa perspectiva de produção do conhecimento científico está ancorada em saberes advindos da realidade empírica, traduzida em observação objetiva do comportamento dos indivíduos. Para tanto, acredita na ideia de que é possível compreender o comportamento humano também a partir de pesquisa com outros animais em laboratórios, considerando que o humano é uma espécie animal. Esses animais são utilizados como cobaias para prever os comportamentos humanos.

Ao defender uma ciência neutra e livre das subjetividades, limita-se à possibilidade de intervenção nos processos em curso, tendo como pressuposto a ideia de que caberia ao cientista produzir conhecimento, porém, ele não teria responsabilidade pelo desdobramento do seu trabalho, portanto, pretensa neutralidade científica. Essa perspectiva denominada de comportamentalista ou behaviorista dentro da psicologia tem e teve repercussão nas pesquisas nesse campo de conhecimento.

[...] a realidade não se exaure na imagem física do mundo. O fisicalismo positivista é responsável pelo equívoco de ter considerado uma certa imagem da realidade como a realidade mesma, e um determinado modo de apropriação da realidade como o único autêntico [...] e em segundo

lugar empobreceu o mundo humano, por ter reduzido a um único modo de apropriação da realidade a riqueza da subjetividade humana, que se efetiva historicamente na práxis objetiva da humanidade (KOSIK, 1976, p. 25).

Assim, como o behaviorismo buscou ver a realidade humana anulando as dimensões subjetivas do sujeito, o idealismo buscou as dimensões abstratas sem uma devida conexão com a realidade empírica. Estes extremismos produziram psicologias diferenciadas em seus objetos de estudo, nas suas concepções teóricas, filosóficas. Tais concepções provocam antagonismos que atravessam o campo de investigação, incompatíveis com a realidade do humano, visto que excluem dimensões fundamentais para a compreensão da totalidade humana -que não pode ser negada -, realidade e sujeito.

Para tanto, faz-se necessário entender as conexões que envolvem esse ser que, além de abstrair, também realiza e pensa a respeito do seu fazer. Sua capacidade de abstração qualifica o seu fazer, transforma a realidade de forma planejada, constituindo assim sua ação em trabalho. A transformação da matéria em objetos de sua necessidade lhe dá a possibilidade de experimentar a cada momento outras inventividades para além do que havia realizado num primeiro momento. A capacidade de subjetivação humana permite tornar suas criações cada vez mais complexas.

Marx traz uma analogia entre a ação da abelha e o fazer humano. A abelha continua realizando a mesma ação sem modificações, enquanto que o humano transforma sua ação, criando outras possibilidades, criando uma cultura que vai se propagando às gerações posteriores como herança histórica da presença humana.

Todos nós usamos na ciência, na cultura, e na vida uma enorme quantidade de experiência que foi acumulada pelas gerações anteriores e não se transmite por herança física. Em outros termos, à diferença do animal o homem tem história, isto é, essa herança não física mas social que difere-o do animal. (VYGOTSKY, 2004, p.42)

Logo, o humano pode ser compreendido em diversas perspectivas. Nesse sentido, buscamos subsídios estratégicos na perspectiva da educação popular e na concepção da psicologia sócio-histórica que concebe o humano como sujeito que está inserido em uma sociedade construída na relação com o mundo, com uma diversidade de intervenções complexas permeadas por contradições, ideologias.

A forma de compreender o mundo e intervir nele também depende de uma construção subjetiva de mundo. Mas que subjetividade é essa que se está falando? Essa categoria se apresenta como algo complexo. Porém, afirmamos a importância da subjetividade enquanto construção humana em relação com o mundo, num movimento permanente em que, ao transformar o mundo, o sujeito também se transforma numa relação entre o individual e o social. Na concepção de Vygotsky (1998, p.40): “[...] essa estrutura humana complexa é o produto de um processo de desenvolvimento profundamente enraizado nas ligações entre história individual e história social”.

O sujeito está em relação com ele mesmo, mas permeado pelo social, pelos outros, numa relação intersubjetiva e com relação ao mundo concreto, não podendo se dissociar. Assim, não se pode compreender o sujeito em si a não ser na sua relação com o mundo. Nessa perspectiva, a psicologia sócio-histórica vem subsidiar essa compreensão. Segundo Gonçalves e Bock (2003, p.96), desvendar os processos subjetivos e sua constituição é desvendar a relação entre o psicológico e o social, compreendida aqui como uma relação de constituição mútua. Essas relações experienciadas no decorrer das práticas em estudo são reconhecidas como nas pistas evidenciadas na seguinte expressão:

A gente aprende a viver dando valor ao outro, antes ele só conhecia o atravessador, mas convivendo em grupo ele aprende muito, porque quando a gente se isola a não aprende, mas quando a gente se reúne numa feira dessa, a gente pega uma irmandade, um respeito com o outro.⁹

As relações existentes entre os humanos nas suas experiências são compreendidas na sua relação histórica com o concreto e o social. Nessa concepção, o humano é um ser de transformação, mesmo existindo as determinações do mundo material. Essa compreensão faz pensar que é possível transformar a realidade em função da vida. Então as percepções, as ações e o pensamento do sujeito carregam consigo uma complexidade que dificulta a compreensão da realidade e o que é realmente pertencente ao indivíduo. Afinal, existe esse indivíduo independente da realidade. Existe uma diversidade de dimensões que nos perpassa a todo instante e que vão além de uma leitura puramente objetiva.

⁹ Fala de um dos entrevistados para esta pesquisa, residente no sítio Ribeiro e membro da feira agroecológica realizada na Estação Velha, Campina Grande.

As descobertas e criações humanas permitiram o aperfeiçoando de instrumentos e ferramentas que desencadearam as sofisticadas invenções contemporâneas. Essas invenções atendem às necessidades específicas de cada momento histórico, porém, não é de seu domínio os desdobramentos em termos culturais, sociais, econômicos que tal descoberta trará para uma dada sociedade, bem como para as gerações posteriores, tendo como resultante não apenas de uma herança física, mas essencialmente social.

São as necessidades, os incômodos, as questões, as inquietações diante do mundo que mobilizam os sujeitos e, assim, constroem conhecimento e avançam. Os achados humanos fizeram avançar o progresso, porém, isso não garante necessariamente que esse processo vai repercutir qualitativamente na vida dos humanos, da humanidade e do ambiente em que vivemos. Nessa perspectiva, partimos da ideia de que o conhecimento sempre parte da realidade, de uma necessidade ou desejo, de um problema a ser desvendado para supostas proposições.

As investigações e a construção do conhecimento decorrem de questões e demandas que prevalecem como prioritárias ao sistema e aos grupos que assumem a construção histórica de determinada sociedade. Isso se dá pelo poder de planejar e direcionar ações em função de prioridades que numa sociedade de classes se apresentam em conflito de interesses, visto que os objetivos são antagônicos. Para quem quer vender os agrotóxicos, os venenos, os fertilizantes e equipamentos, a visão agroecológica não atende a seus propósitos, assim como um produtor agroecológico não aceitará as ofertas disponibilizadas pela tecnologia do agronegócio.

Cada paradigma carrega consigo ideias e princípios que se tornam parte constituinte de subjetividades próprias do sujeito. Cada sujeito desenvolverá princípios que conduzirá eticamente diante do mundo. E isso obviamente não é biológico, mas desenvolvido na história dos humanos, nos vínculos e relações que desencadeiam ao longo da vida.

Sendo assim, os humanos percebem que têm a capacidade de pensar sobre si mesmos, sobre o outro, sobre a sociedade e, apesar das condições que se apresentam, eles podem planejar o futuro, o que terá força se realizado junto a outros que tenham problemas comuns e desejem buscar alternativas compartilhadas. O desenvolvimento da consciência permite antecipar os propósitos do nosso esforço e direcionar os caminhos em função daquilo que foi planejado.

Vygotsky (2004, p. 44) enfatiza a questão da consciência humana:

[...] devemos interpretar a consciência como as formas mais complexas de organização do nosso comportamento, particularmente como um certo desdobramento da experiência, que permite prevê com antecipação os resultados do trabalho e encaminhar as nossas próprias respostas no sentido desse resultado.

Este pensamento remete não a um olhar restrito sobre o empírico e o observável de forma estática, mas aos desdobramentos das possibilidades humanas de “interpretar a consciência” como algo extremamente complexo, que permite a partir das experiências antecipar o futuro e caminhar na direção dos resultados.

É a capacidade de planejamento que possibilita executar projetos que não ocorreriam de forma natural, sem uma intervenção direta e planejada. No entanto, esse processo não é linear, pois decorre de uma complexa relação que os humanos travam para atender necessidades e desejos. Esse planejar repercute de forma complexa em suas subjetividades. Isso, no entanto, não garante uma vida melhor para humanidade. Nesse sentido, podemos pensar que seres adaptados demais dificultam o grau de desenvolvimento.

O desenvolvimento econômico sem intervenções sociais provoca o alargamento das desigualdades socioeconômicas, visto que a lógica do sistema é de acumulação de competitividade e não de compartilhamento. Não podemos pensar o desenvolvimento econômico e social das populações em situação de vulnerabilidade sem considerar a cultura e a subjetividade das pessoas envolvidas.

Um dos equívocos do modelo de desenvolvimento econômico foi acreditar na possibilidade que o desenvolvimento se daria a partir de um planejamento técnico a ser executado em diversas realidades, sem considerar questões singulares dos sujeitos e do ambiente. Poderia pensar em projetos a serem executados para uma população sem considerar as peculiaridades inerentes a uma dada realidade e aos sujeitos. Trazendo para a realidade em estudo, seria inimaginável pensar a feira sem as relações inerentes a sua organização e realização. Ela é sempre um ato coletivo, porém, não ocorreria sem sujeitos e subjetividades.

Essa relação entre sujeito e mundo que nunca fica pronta, inerente aos humanos se constitui na relação com o outro, mas não deixa de ser do sujeito. Todavia, existe uma tensão permanente que produz algo além dos produtos-mercadorias que alimentarão as

peessoas que vão às feiras. Há uma complexa relação que se dá no lugar do diálogo, das relações de venda, nas trocas de informações, de amizade, de afeto, assim como no conflito inerente às relações humanas.

A perspectiva de perceber a realidade e poder nela intervir possibilita o desenvolvimento da criatividade, sensibilidade, inteligência, a busca de um conhecimento que subsidie as intervenções humanas em função das classes populares, dos que estão à margem, dos que estão distantes do acesso ao conhecimento e do poder de intervir em função de melhorar suas vidas. Entendemos que não é qualquer tipo de educação que serve a esses propósitos. É nesse sentido que afirmamos a importância de uma educação voltada para as classes populares, que contribua na intervenção no mundo como seres que interferem de maneira propositiva nos rumos de suas vidas.

A Educação Popular segue uma lógica de organização metodológica com princípios, com objetivos e referenciais teóricos que visam à construção do conhecimento com uma postura política clara de transformação social. A educação popular é uma utopia possível, pois vem sendo exercitada. Configura-se num espaço para compartilhar saberes a partir da realidade. Possibilita o diálogo entre o saber teórico e o saber prático. Durante o seu processo já se pode exercitar formas democráticas de se viver, evidenciando as realidades. Aprende também que as ideias, as verdades, podem ser questionadas. De acordo com Vygotsky, cada ideia contém uma atitude afetiva transmutada com relação ao fragmento de realidade ao qual se refere. Sendo assim, a educação vai envolver racionalidades e afetividades.

Através da educação popular são feitas análises da realidade, de compreensão de mundo, em que a situação da vida é evidenciada. Essa educação tem como constitutivo a emancipação humana, no acesso aos saberes, na apropriação e construção do conhecimento, na leitura crítica da realidade.

1.4 METODOLOGIA

A pesquisa parte de indagações que sintetizamos em uma questão central: Como os sujeitos humanos se transformam ao transformar sua realidade?

A metodologia da tese traça um percurso que parte da realidade dos sujeitos envolvidos na organização das feiras em transição agroecológicas, em seu contexto, em

seguida busca pensar essa realidade a partir das ideias apresentadas pelas teorias que a fundamentam. Posteriormente, faz uma análise entre o que está na realidade e as teorias que explicam esse movimento, para então encontrar as argumentações necessárias que possam servir de base para a defesa da tese. Sendo assim, seguimos uma trajetória de pesquisa que busca compreender o fenômeno estudado em seu movimento de construção.

A perspectiva dialética opera com a dinâmica do fenômeno em movimento, procurando perceber o percurso desencadeado para então compreender as múltiplas determinações que configuram sua concretização. Aquilo que é percebido como realidade imediata precisa ser desvendando, logo, considera não apenas a aparência da realidade, mas a compreensão das contradições que envolvem a realidade em estudo, situando assim a contextualização da história em que a situação se concebe.

Essa descrição considera não apenas aspectos pontuais da realidade, mas a diversidade de dimensões que envolvem a constituição da realidade. A abordagem dialética contempla o concreto em sua totalidade, opondo-se à análise estrutural, pois não se limita um aspecto fixo e imutável do fenômeno, mas às situações em movimento de transformação. Assim como as situações concretas, os humanos também estão em permanente movimento que só é possível compreender através da análise da história em que o sujeito foi se constituindo. Sendo assim, a história é constituinte da concepção dialética. O concreto não pode ser recortado de sua realidade social. Nessa concepção, a realidade e o humano não concebem a ideia de equilíbrio, mas de contradição e conflito.

O intuito da pesquisa é desvendar a multiplicidade de determinações que permeiam a constituição do sujeito inserido nesse movimento de organização e realização das feiras, e como essa realidade vivenciada de pesquisa repercute nas transformações individuais e coletivas que ocorrem com os sujeitos em suas vidas.

O trabalho de pesquisa parte de uma visão contextualizada do universo investigado para um recorte posterior. Olhamos para o universo das feiras na Paraíba e elencamos sujeitos de três dessas organizações, entre as quais estão a feira que ocorre na UFPB, campus I e as feiras de Campina Grande, que ocorrem em duas localidades: no bairro Catolé e na Estação Velha.

As subjetividades e o mundo concreto não se desvinculam, pois assim como os humanos transformam a realidade concreta através do seu trabalho, também o mundo concreto produzido se presentifica nos humanos através dos processos de produção de

subjetividades. Estas dimensões do concreto e do subjetivo é que possibilitam a inventividade dos humanos ao objetivar suas subjetividades. Estão intimamente ligados, seja na ação ou na reflexão, pois é nas ações concretas que existe a presença dos processos de subjetivação, assim como nos afetos, nas emoções e nas reflexões existe uma realidade objetiva concreta da qual o sujeito faz parte. Porém, essa perspectiva carrega consigo uma ideia de sujeito e mundo numa profunda relação que ao intervir no mundo o humano transforma a sua realidade como também é transformado por ela, como foi dito.

A realidade se configura num movimento historicamente construído, e por entendermos esse processo é que concebemos a possibilidade de intervenção dos humanos num movimento permanente de transformação não apenas de suas idealizações, mas de suas realidades concretas. No entanto, os processos de transformação da realidade se delineiam por caminhos que historicamente têm demonstrado que as mudanças favorecem fundamentalmente as classes dominantes.

Transitar criticamente numa realidade é entender a possibilidade de nela intervir, como é através das barreiras existentes, que entendemos a necessidade de pensar sobre a realidade numa perspectiva dialética. A realidade é como é pela ação do humano, assim sendo ela pode ser transformada.

A psicologia dialética, considerando o ser humano como um todo em que o físico e o psíquico constituem uma unidade, que só se diz didaticamente, e também um ser humano que só pode ser conhecido depois de seu contexto histórico e social do qual ele é produto e produtor, leva-nos a estudá-lo como um ser em movimento. Somente captando esse processo chegaremos ao seu conhecimento científico. (LANE, 1995, p.60)

Desta forma se concebe a íntima relação entre a psicologia sócio-histórica e a educação popular para compreender os aspectos que permeiam a construção humana dos envolvidos nas experiências das feiras agroecológicas realizadas no estado da Paraíba. E rastreando essas formas de construção permeadas por subjetividades que se constroem na busca de objetivar a luta, através da concretização das feiras agroecológicas, é que apontamos a necessidade de olhar para construções humanas que procuram um jeito de compartilhar saberes que promovem esses humanos em busca de viver melhor, que ao intervirem em suas realidades também vão se modificando, sujeito e mundo, numa permanente relação dialética.

O que se coloca diz respeito a que questões vêm sendo debatidas no interior desses grupos, a quais transformações apontam os grupos que se organizam em torno de uma perspectiva de sustentabilidade econômica através de feiras agroecológicas. A educação popular tem perpassado as suas trajetórias de construção. Que tipo de subjetividades são alimentadas nessas experiências? Esses processos educativos carregam consigo a produção de subjetividades emancipadoras, construtoras de autonomia, da perspectiva de ser mais? O que essas experiências dizem?

Esta investigação partiu de indagações sobre as possíveis transformações subjetivas ocorridas no processo de organização das feiras agroecológicas solidárias populares. Procuramos identificar como as pessoas envolvidas nas organizações das feiras agroecológicas transformam suas realidades e como elas próprias se transformam nessa trajetória.

Essas indagações têm suas raízes na realidade concreta em que os sujeitos estão envolvidos e na sua complexidade em desenvolver alternativas de vida que possibilitam uma vida qualitativamente melhor para as pessoas que vivem em situações de dificuldades econômicas, sociais, educativas, dentre outras.

Frente os condicionantes sociais, econômicos, espaciais, culturais existem dificuldades concretas de determinados grupos ou classes sociais de se inserir na lógica excludente do sistema em vigor. A questão é: o que fazer para viver melhor neste mundo? Como construir formas de se viver que possam ao menos minimizar a miséria vivida pelas classes empobrecidas? Ao mesmo tempo em que possamos pensar em outras possibilidades, ou outra lógica de sociedade. A experiência desenvolvida através das feiras em transição agroecológica alimenta essa lógica ou tem apenas reproduzido a lógica das relações hegemônicas a serviço da lógica capitalista? Que transformações subjetivas têm sido operadas junto aos envolvidos em tal organização?

Nossa investigação busca desvendar como as pessoas têm transformado suas subjetividades. Além de evidenciar a dimensão educativa que permeia essas experiências. A nosso ver, não é possível conceber um estudo dos processos de produção de subjetividades sem uma análise da concreticidade em que se constituem tais subjetividades. Então, partimos da realidade da vida em que estão inseridos os sujeitos protagonistas do objeto da pesquisa. A pesquisa parte de sua realidade concreta. Num segundo momento,

analisamos a realidade através dos materiais produzidos. E finalizamos com uma nova síntese.

A abordagem metodológica é operada a partir da aproximação com os protagonistas do objeto da pesquisa num processo de observação participativa com o diálogo entre os participantes. Os instrumentos de coleta de dados consistem em entrevistas semiestruturadas, conversas informais, além de documentos, atas, relatórios, vídeo, um conjunto de materiais a serem colocados em análise. Ou seja, um material onde possamos investigar a presença de processos educativos populares e de subjetivação.

A subjetividade aparece somente quando o sujeito ou os grupos estudados se implicam em sua expressão e a pesquisa adquire sentido para eles. A informação puramente cognitiva que caracteriza a forma que os sujeitos respondem instrumentos empregados pelas ciências sociais são, com frequência, mais significativos pela sua ocultação da subjetividade que para expressá-la (GONZÁLEZ REY, 2005, p.28).

A pesquisa de campo se dá junto aos grupos em suas reuniões de organização, além de visita durante o processo de realização das feiras e em reuniões de articulação desse movimento que agrega as diversas experiências, considerando a dimensão social e individual. A perspectiva teórica se baseia na psicologia sócio-histórica e na educação popular para subsidiar nossa concepção de pesquisa. Uma pesquisa que se ancora na prática da vida de homens e mulheres que buscam transformar a sua realidade social.

O trabalho de campo é em si um momento relacional, específico e prático: ele vai e volta tendo como referência o mundo da vida, tendo em vista que a maioria das perguntas feitas em pesquisa social surge desse universo: da política, da economia, das relações, do funcionamento das instituições, de problemas atinentes a segmentos sociais, da cultura [...] (MINAYO, 2008, p.75)

Nos primórdios da civilização a filosofia se encarregava das explicações sobre as indagações humanas. Portanto, as construções humanas se diferenciam das demais produções exercidas pelos seres vivos devido sua natureza cultural. O humano apresenta a possibilidade de traçar um percurso histórico e o transformar a partir de um planejamento. No entanto, esse percurso não depende apenas de sua própria vontade, está vinculado às condições que a natureza e a sociedade estabelecem.

Por mais indagações que possamos ter a respeito do humano e a cientificidade que estabelecemos, nossas investigações não darão conta da totalidade dos fenômenos humanos. Mesmo reconhecendo as pesquisas e indagações realizadas no campo da constituição dos humanos, ainda é limitado o conhecimento a esse respeito, seja pela dificuldade de apreender, seja pela dinâmica que a própria natureza humana é capaz. Os humanos estão num movimento histórico e dinâmico que ultrapassa as formas de apreensão numa especificidade que dificulta as investigações nesse campo de conhecimento.

Conhecer o homem significa situá-lo em um dado momento histórico, desvendar e explicar as determinações que o constroem. A partir do geral, ou seja, da realidade material concreta na qual os indivíduos encontram-se inseridos e mantém relações, e desvendando suas contradições, chega-se ao particular, ao psicológico, e às mediações mantidas entre estas duas instâncias. (a realidade concreta e a realidade psicológica) (ROSA; ANDRIANI, 2011, p.280).

O que é peculiar de suas singularidades e o que é social, essas indagações se imbricam num movimento complexo, específico dos humanos. Dentre as dificuldades encontradas na investigação nesse campo de conhecimento está a peculiaridade de que nosso objeto de investigação também é sujeito.

A pesquisa se dá num movimento dinâmico de relação entre as bases teóricas e a prática. Os desafios da prática buscarão compreensão no conhecimento socialmente acumulado, concebendo assim o objeto/sujeito da pesquisa em permanente processo de transformação. Tendo em vista a dinâmica do fenômeno em sua complexidade, buscamos compreender seu movimento de construção histórica movida pela necessidade humana de sobreviver e viver melhor.

A atitude primordial e imediata do homem, em face a realidade, não é a de um abstrato sujeito cognoscente, de uma mente pensante que examina a realidade especulativamente, porém a de um ser que age objetiva e praticamente, de um indivíduo histórico que exerce a sua atividade prática no trato com a natureza e com os outros homens, tendo em vista a consecução dos próprios fins e interesses, dentro de um determinado conjunto de relações sociais. (KOSIK, 1976, p.9)

Esta pesquisa busca a compreensão do movimento histórico de transformação pelo qual passa o fenômeno e parte da realidade concreta em seu movimento de constituição

histórico. Nesse caso, a transformação dos sujeitos no percurso de transformação de sua realidade através da realização das feiras de transição agroecológicas. Considera como fundamental a questão histórica e o movimento pelo qual passa o fenômeno.

Nesse sentido, buscamos analisar como se desenvolvem historicamente essas experiências em suas dimensões educativas mais significativas, abordando o processo educativo-popular e suas dimensões subjetivas. Pois, as investigações precisam desnaturalizar aquilo que se apresenta como natural, mas que oculta dimensões que são historicamente construídas.

Cabe à teoria revelar a dimensão ocultada, ou seja, as relações sociais de produção. É, portanto, um enorme esforço teórico que possibilita a consciência de que o que aparece como natural é social; o que aparece como relação justa é exploração; o que aparece como resultado de deficiências individuais de capacidade é produto de dominação e de desigualdade social historicamente engendrado. (PATTO, 1997 p.77)

Diante de todas as desvantagens que as classes populares carregam, seja de ordem econômica, social, psicológica, ambiental, espacial, cultural produzidas como herança na história da humanidade, buscamos compreender, a partir dessas experiências, pistas daqueles que lutam pela possibilidade de superação de situações injustas socialmente a partir do encontro com o outro, seja nas lutas, nos movimentos sociais, nos centros de cultura, nas organizações populares. Porém, seja qual for a forma de organização das classes populares na busca da superação das condições desiguais e injustas é imprescindível alimentar outros valores, outros sonhos, a capacidade criativa, a possibilidade de ser mais, a humanização.

A História demonstra que as transformações subjetivas são processuais, inclusive suas contradições. Dessa forma, podemos pensar em termos de que uma sociedade que alimenta uma cultura eminentemente respaldada em valores capitalistas não vai se transformar imediatamente numa sociedade mais humana, mais justa, mas se queremos transformar essa sociedade, temos que experimentar outras formas de conviver, de se relacionar, de compartilhar, de se solidarizar com o outro, com outras formas de associações e de respeitabilidade pelo o outro, pelo diferente. Isso não significa aceitar as formas opressoras e injustas de viver.

As transformações de valores, de concepções, de sentimentos não são instantâneas. Uma sociedade diferente não se dá naturalmente, não podemos esperar que as grandes

transformações estruturais ocorram para que se possa alimentar e construir outros valores. Nesse sentido, a educação se faz necessária, não só como formadora de valores, mas como questionadora da realidade, contribui para que os sujeitos possam pensar com criticidade sobre o mundo em que vivem, percebendo as contradições, as injustiças e as possibilidades inventivas de criar um mundo diferente.

Nessa perspectiva de educação não a concebemos como perfeição, mas como busca permanente de superação das dificuldades. Não podemos esperar que as transformações macrosociais ocorram para pensarmos em transformar as relações micro. É no exercício das experiências pautadas por uma radicalidade da crítica e da autocrítica que podemos construir relações mais humanizantes.

A educação emancipatória dos humanos numa perspectiva libertária fundamentada na educação popular torna imprescindível o exercício dialógico experimentado na educação formal ou informal, nele contido também avaliação crítica, inclusive da autocrítica como crítica voltada a si mesmo. Seja no exercício do pensar, do agir, do sentir, das proposições, da transformação complexa e permanente entre os humanos e o mundo, entre objetividade e subjetividade, entre individualidade e coletividade. Não se trata de eleger apenas algumas dimensões humanas, mas de reconhecer que a individualidade não existe independente do mundo, assim como o mundo concreto também está cheio de subjetividades em suas transformações, em suas concepções.

Mulheres e homens, ao se relacionarem entre si e com o mundo, tecem relações que afetam suas vidas emocionais, subjetivas, econômicas, ambientais que, dependendo da cultura, dos valores que são alimentados nessa relação vão produzindo socialmente modelos de sociedade. Só que esses valores estão intrinsecamente ligados à perspectiva de sociedade dominante, que, no entanto, nem sempre aparece de forma nítida. Pois, questões de interesse contraditório à vida daqueles que não estão entre os que dominam são camuflados ideologicamente.

A vida em sociedade favorece as produções sociais de ideias, de tecnologia, de artes, entre tantas produções humanas. No sentido social ela faz uma abertura de possibilidades que ampliam o universo do sujeito, que nunca é individual, pois está sempre em contato com o outro. No entanto, essa relação pode ser produtora de dimensões que nos aproximem do que temos de humanos, ou ela pode se direcionar para relações cada vez mais desumanizantes.

A evidência dessas experiências em análise nos faz pensar que tipo de valores tem sido cultivado no seu interior e a que tipo de sociedade beneficia. Pois, experiências por mais bem intencionadas que pareçam, quando isoladas, perdem o seu potencial que contagia e provoca desejos de transformação de realidades. Nesse sentido, os modelos, as experiências exitosas podem dar pistas de como construir uma práxis social na direção de um projeto de sociedade que seja para todos os humanos, que considere as dimensões ambientais, ecológicas, afetivas e potencializadoras do processo de autonomia e de emancipação dos humanos. Essa visão é evidenciada na concepção na qual podemos enfatizar a partir de trabalhos de pesquisas anteriores.

O processo educativo, na perspectiva da educação popular com seus valores éticos de transformação, contribui para produção da cultura, da subjetividade, da criação da existência humana para além da mera reprodução, pois instigam os sujeitos a pensarem, a refletirem, a criarem e a intervirem no mundo prepositivamente (SILVA, 2008, p.109).

A educação, quando movida por processos libertários, abre a possibilidade para que aqueles que estão em condição de desigualdade possam dizer a palavra, expressar-se através da práxis educativa que amplia não apenas o universo cognitivo do sujeito, mas no seu processo de libertação das ideias, das ideologias, dos condicionamentos que aprisionam suas potencialidades. Um processo que é construído pelas relações sociais que o sujeito estabelece, bem como suas singularidades, o que permite ao sujeito ir além daquilo que está aparentemente estabelecido, pois ele vai se reconhecendo enquanto sujeito fazedor de sua história.

Uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou a professora ensaiam a experiência de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar (FREIRE, 1996, p.41).

Por mais indagações e pesquisas em relação à constituição humana, ainda é imensa a lacuna sobre a constituição do humano, e a natureza humana ainda está longe de ser desvendada. Até que se prove o contrário, o humano é o único ser vivo capaz de ter consciência de sua própria existência, podendo ser capaz de modificar seu rumo de forma planejada. Mesmo reconhecendo as limitações que lhes são impostas o humano tem a

possibilidade de pensar criticamente sobre o mundo e produzir suas próprias utopias emancipatórias.

A utopia de que falamos não se trata de uma utopia idealista, um sonho que esteja apenas no imaginário, pauta-se numa realidade concreta indesejável, incômoda para as classes populares que estão em desvantagens sociais, econômicas, culturais, políticas e que produzem desejos de construção de outras realidades. Então, configura-se numa utopia em construção sempre na relação com o outro.

A partir do referencial da sociedade capitalista, entendemos que a emancipação não é algo dado, mas se constitui numa conquista que se dá através dos movimentos, das lutas, da construção estratégica de caminhos que levem a essa emancipação. No entanto, essa emancipação não é algo definitivo e estático, trata-se de um contínuo movimento de avanços e retrocessos. Isso significa que avanços conquistados em determinados momentos históricos podem retroceder em outros, portanto, numa sociedade em bases de desigualdades e de disputas permanentes por posições privilegiadas econômica e socialmente, as resistências apesar de oscilarem, estão em constante movimento. Isso é próprio do humano como um ser inacabado, inconcluso, na luta permanente por sua autonomia.

2 A SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA E AS PERSPECTIVAS HUMANAS

Neste capítulo abordaremos como se dá a lógica que dirige a sociedade capitalista e os desdobramentos em termos de consequências sociais, ambientais e subjetivas, além de trazer a discussão acerca de outras possíveis lógicas para pensar a sociedade. Nesse momento, a questão que se coloca é: como os homens e mulheres se constituem e se transformam ao longo de suas trajetórias? Como se formam os processos de subjetivação?

As contradições existentes na sociedade capitalista são suficientes para que pensemos em outro tipo de sociedade possível. Se nem precisamos de uma análise mais aprofundada para evidenciar tais contradições, ter o horizonte de outras sociabilidades é muito mais difícil. Porém, nem sempre se contempla o engendramento dessa problemática em que são nítidas a exploração, as formas de dominação, as injustiças, a violência e as desigualdades. Seus impactos são visíveis nas condições em que os seres humanos estão vivendo, expostos a situações degradantes nas ruas e nas periferias, não só das grandes cidades, mas em cidades de pequeno porte, além das comunidades rurais.

As alterações ocorridas com a globalização capitalista, com o avanço das tecnologias e a velocidade com que se tem mobilizado o nosso cotidiano produzem alterações significativas na vida das pessoas. Produto de um mundo que faz acelerar o nosso ritmo em função de competências inalcançáveis. Pois, à medida que se atinge algo, já se produzem mais necessidades que demandam mais ainda do humano. Lazzarato (REFERÊNCIA) aponta para a “fabricação do homem endividado”. A complexidade apresentada na sociedade contemporânea apresenta desafios que se aprofundam com um modelo de globalização hiperconcentrador das riquezas que aprofunda gravemente problemas socioambientais que demandam muito esforço em seu enfrentamento, alguns talvez sem resposta. Atingimos um nível de universalização de ideias, comunicações, economias, tecnologias, tudo isso carregado de uma ideologia que se alastra e atinge todos os continentes, produzindo assim uma cultura que altera o mundo concreto e altera o humano, tudo leva a crer, que de forma nociva. Mas é neste processo contraditório que é necessário pensar o possível aí contido.

Milton Santos (2006, p.14) dizia que a forma como o processo de globalização se realizava era danoso, visto que prevalecia o comando das empresas: “[...] a globalização atual é perversa, fundada na tirania da informação e do dinheiro, na competitividade, na

confusão dos espíritos e na violência estrutural, acarretando o desfalecimento da política feita pelo Estado e a imposição de uma política comandada pelas empresas”.

Aquilo que se pode denominar globalização não tem início na atualidade, mas nos primórdios da História, na busca de se conquistar outras terras. No entanto, seu apogeu ocorre na sociedade contemporânea, com a financeirização da economia e da vida, a expansão comercial, a quebra de barreiras, as aglomerações de empresas, o domínio dos mercados e das políticas.

Para Milton Santos (2006) a globalização se mantém utilizando recursos técnicos desenvolvidos pelos humanos em função de uma globalização perversa. No entanto, indaga em que medida esse sistema de técnicas poderia, por outro lado, estar a serviço de outro tipo de globalização. Sugere outro uso político dessas técnicas, a serviço de outras formas de ação, de outro tipo de globalização. Essa perspectiva remete à quebra de um tipo de pensamento ideológico que sustenta a sociedade capitalista globalizada em cima de um pensamento único, da crença de que a única possibilidade societária seria a sociedade de mercado e sem a sinalização de outra sociedade possível.

Nessa forma de sociedade preconizada pelos defensores do capitalismo globalizado com o respaldo do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI), o propósito é a eliminação do Estado do Bem Estar Social (dispositivo criado na própria sociedade capitalista e que foi predominante nos países do norte a partir da II Guerra), até mesmo a limitação de um Estado que assegurasse o mínimo de serviços públicos, de tal modo que o próprio mercado se encarregaria de possibilitar os ajustes necessários, o que ocorreria através da concorrência do livre mercado. No entanto, essa abertura de mercado não se dá reciprocamente, pois de fato só ocorre nos países em desenvolvimento, que apresentam uma grande vulnerabilidade política e institucional.

Na realidade, tal abertura serve quase exclusivamente aos países desenvolvidos, na lógica do capital, que além de universalizar suas empresas e produtos, conseguem adentrar com facilidade, usando suas tecnologias e avanços organizativos na exploração das riquezas naturais dos outros países que a eles estão subordinados. Isso implica numa concorrência em condições desfavoráveis, desiguais, da qual resulta, por um lado, a quebra das economias locais e, por outro, o fortalecimento das grandes incorporações econômicas que visam ao domínio dos mercados, desencadeando uma descapitalização das economias

tradicionais locais e a aceleração da concentração das riquezas mundiais para grupos organizados em torno do grande capital.

[...] o grande capital está passando novamente por um intenso processo de concentração e centralização, expresso atualmente por um conjunto de fenômenos econômicos e políticos, *entre os quais*: formação e consolidação de blocos econômicos que, em termos históricos, significa a busca de uma nova econômica do mundo por parte do grande capital. (COSTA, 2008, p.181)

Além disso, há a ideologia disseminada de que a única forma de felicidade encontrada é através do consumo de mercadorias oferecidas pelo mercado capitalista, em uma velocidade que nem permite refletir sobre ações e atitudes humanas. A intenção é produzir consumidores seduzidos pelo fetiche da mercadoria e que façam o mercado gerar lucro que será concentrado por aqueles que dispõem das melhores estratégias e técnicas para dominar a competitividade do mercado. O resultado é uma concentração de riqueza/bens naqueles setores/classes que articulam saberes, técnicas, ideologia em função do econômico predominante.

Então, o propósito não se limita a produzir bens econômicos, mas também valores que se disseminam através das comunicações estabelecidas tecnologicamente, tentando-se universalizar desejos, gostos, gestos, vestimentas, línguas. Consequentemente, instaura-se também a desvalorização das culturas locais, como se existisse um modelo único a ser seguido.

No entanto, essa globalização não dá conta das questões e problemas gerados por sua própria lógica. Entretanto, essa lógica vai se incorporando aos nossos discursos, nossos fundamentos, gerando subjetividades que se naturalizam nos discursos, nos pensamentos, nos sentimentos e nas ações humanas, sem que se dê conta dessa complexa teia de relações que produzem sujeitos e mundo.

O capitalismo tem se enraizado tanto como modelo de sistema econômico que tendemos a naturalizar as práticas que ocorrem no seu interior como se fossem as únicas formas de viver em sociedade. Como se não pudéssemos experienciar outros jeitos de ser em sociedade, em comunidade, em grupos ou de outras formas. Esse pensamento tende a limitar nossa possibilidade inventiva de pensar e construir a sociedade que desejamos, em nossas posturas diante das relações sociais, profissionais, familiares, econômicas.

O capitalismo se naturalizou tanto como única possibilidade que tendemos a não mais fazer crítica a tal sistema. A permanente construção da crítica ao modelo capitalista se faz no sentido de problematizar suas contradições presentes na raiz, principalmente dos problemas sociais que afetam diretamente as classes populares, os excluídos e descamisados. Crítica necessária numa sociedade que mascara as origens dos problemas, mesmo que evidenciados nas desigualdades e injustiças sociais tão explícitas.

Experiências alternativas não são hegemônicas, porém dão visibilidade às práticas em curso, como forma de demonstrar outras possibilidades diante da ideia de alternativa única de sociedade que o sistema vigente tenta prevalecer.

O domínio das técnicas da informação, da universalização das comunicações permite que ocorram fenômenos simultâneos que aceleram o processo histórico a uma velocidade e eficiência nunca vista pela humanidade. Ao mesmo tempo em que esse modelo pode produzir tecnologias que promovam avanços significativos para a produção de conhecimento e que facilitam a vida humana, podem provocar danos em proporções desastrosas para a humanidade, como as bombas atômicas, todo tipo de destruição ecológica via desmatamentos, gases poluentes etc. Além dos danos sociais provocados por um modelo cujo centro das prioridades está na base da reprodução econômica do capital. Esse fato se apresenta como um complicador na proporção em que promove um modelo de globalização perverso que se alastra numa rapidez nunca vista.

Isso repercute na aceleração da produção do desemprego tecnológico e estrutural, na violência, nas injustiças sociais, na concentração de riquezas e, por outro lado, um consequente pauperismo (em todos os planos) de populações. Tanto que se deslocam recursos de um local para outro através de meios virtuais, sem que seja preciso necessariamente o deslocamento do sujeito.

Em virtude dessa forma de organização da sociedade há uma produção acelerada de dois fenômenos antagônicos, mas que ao mesmo tempo estão relacionados. Primeiro, a velocidade com que se dá a concentração de riquezas; e, segundo, a miséria que ocorre nos espaços periféricos, nas favelas urbanas e rurais, nas grandes cidades, em países e em continentes. Assim como um dos aspectos da miséria exacerbada de um lado, pode ser a concentração de riquezas e de lucros de outro. Para Ricardo Antunes (1999, p.34):

Quanto mais aumenta a competitividade e a concorrência inter-capitais, mais nefastas são as consequências, das quais duas são particularmente graves: a destruição e/ou precarização, sem paralelos em toda a era moderna, da força humana que trabalha e a degradação crescente do meio ambiente na relação metabólica entre homem tecnologia e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias e para o processo de valorização do capital.

No entanto, são utilizadas estratégias que fortalecem e aprofundam essas diferenças, como empresas que se aglomeram, facilitando o monopólio de mercado, cujo resultado é a pura diminuição de postos de trabalho, a quebra das economias locais, das micro, pequenas e médias empresas. Como exemplo, uma rede de supermercados pode envolver o mercado e até comprar os pequenos negócios de forma que as pessoas passem a comprar nesse grupo.

Nesse modelo de desenvolvimento prevalecem as leis do mercado, e as pequenas economias ficam expostas à vulnerabilidade ditada pela regra de mercado, não importando as sequelas produzidas. Não importa se fecha mercadinho, boteco, bodega, produzindo uma perda de finanças para um determinado grupo social. No entanto, esse monopólio não é total e restam as resistências que se constituíram e que reforçam as pequenas e médias finanças. Para além das resistências, neste processo contraditório pode sempre existir, mesmo que fragilizadas, possíveis outros modos de produzir e (con)viver. Isso leva a pensar: qual o papel de quem vive nesta sociedade, que contribuições se podem dar hoje para a sociedade contemporânea, para as gerações futuras?

A forma de organização e produção da sociedade está provocando danos talvez irreversíveis à humanidade, algo que nem se pode ainda avaliar em suas consequências, como o aquecimento global, os alimentos transgênicos, os agrotóxicos que são utilizados nos alimentos, os conservantes, a derrubada das matas, a contaminação das águas, a poluição do ar nas grandes cidades, a violência, a exposição à miséria e as situações desumanas sofridas por pessoas em todas as partes do mundo, além de tantas outras questões que podem causar danos inexoráveis para humanidade, para os seres vivos, para o ambiente, para a natureza. Os danos ambientais parecem mais perceptíveis, entretanto, os desdobramentos subjetivos ocultados certamente não são menores.

E, mesmo que exista alerta quanto aos problemas provocados pelos exageros, pela exploração ambiental degradante, isso não é suficiente para barrar o crescimento exagerado

da exploração humana, dos bens naturais esgotáveis e dos problemas sociais provocados por essa forma de desenvolvimento.

Diante das formas predatórias de aceleração do crescimento sem uma responsabilização sobre as consequências predatórias pelas quais estão submetidas populações periféricas com repercussões sociais, políticas e ambientais, ainda assim, é possível buscar formas de desenvolvimento da sociedade capaz de construir outras possibilidades de vida pautadas em outras lógicas e em outros princípios?

2.1 FORMAS DE ORGANIZAÇÃO: OUTRAS ECONOMIAS COMO ALTERNATIVAS EM CONSTRUÇÃO

Embora o processo de aceleração das relações de mercado centralizadas no ideário capitalista globalizado que domina a sociedade contemporânea esteja em plena elevação, encontramos perspectivas que percorrem outras trajetórias. Para Santos (2002) uma globalização contra-hegemônica se expressa nas experiências alternativas produzidas em diversos espaços, numa perspectiva diferenciada da sociedade hegemônica e que tinha o Fórum Social Mundial como espaço em que agregavam essas experiências em curso. Também segundo Boaventura Sousa Santos (2002, p.14) existe uma globalização alternativa, constituída pelo conjunto de iniciativas, movimentos e organizações que, através de vínculos, redes e alianças, quer sejam locais e globais, lutam contra a globalização neoliberal, mobilizados pela aspiração a um mundo melhor.

Essas perspectivas em construção, apesar de sua enorme fragilidade, sinalizam para outra economia, em bases populares, buscando evidenciar a partir da crítica ao modelo capitalista o contraponto dos princípios em bases solidárias como uma das alternativas possíveis para os interesses das classes populares. Algumas pistas que apontam nas discussões merecem ser evidenciadas: as alternativas solidárias se diferenciam da economia capitalista em sua organização, em seus princípios e na concepção de sociedade que essa outra economia indica. Baseia-se na cooperação, na solidariedade, no desenvolvimento humano para emancipação dos sujeitos envolvidos.

A forma de organização da sociedade capitalista centrada no desenvolvimento econômico tem gerado uma complexidade de problemas que se ampliam numa velocidade no mínimo preocupante e que demandam urgência na busca de alternativas para aqueles que vivenciam situações de exclusão das benesses do sistema. E mesmo com a crise

anunciada do capitalismo os problemas tendem a aparecer de forma aparentemente naturalizada, sem de fato questionar em profundidade como esses problemas sociais são produzidos.

O modo de produção capitalista lança a humanidade em um período de desenvolvimento das forças produtivas inédito em toda a história. Contudo, como a sociedade capitalista é fundamentalmente uma sociedade alienada, como veremos logo abaixo, o desenvolvimento das forças produtivas sob o capital significa a intensificação da capacidade de os homens produzirem, também, desumanidades em escala ampliada. Crescentes riqueza e miséria, desenvolvimento cada vez maior das capacidades humanas e ao mesmo tempo de desumanidades, são os dois pólos indissociáveis do desenvolvimento do modo de produção capitalista. (LESSA; TONET, 2008, p.68)

Apesar das evidências das desigualdades sociais, da fome, do desemprego, entre tantos outros problemas, há uma tendência à sua naturalização, aparecendo sem que sejam aprofundadas as raízes das questões que envolvem tal problemática no intuito de construir outras possibilidades de mudança. Não se questiona a essência de organização estrutural da sociedade como produtora dos problemas gerados no interior do sistema.

No que se refere à forma como a sociedade capitalista se desenvolve em escala mundial, inclusive para superar a crise econômica atual (vivenciada pelo sistema), pouco faz referência aos danos sociais provocados por tal sistema. A forma predatória de exploração dos recursos naturais e humanos provoca consequências ambientais irreparáveis e cria relações desumanas de vida para uma população que não consegue atingir os padrões mínimos sobrevivência. O que está longe de ser superado dentro de um modelo de desenvolvimento que prevalece centrado nas vantagens das relações estabelecidas em função do econômico.

A lógica do sistema ultrapassa as barreiras meramente comerciais e de mercado no seu sentido concreto e se estabelece nas diversas relações humanas, seja no comportamento, no consumo, nas relações afetivas, religiosas e em qualquer outra dimensão da vida. O sistema ocupou um espaço ideológico que se instalou de tal forma que a crítica e a construção de utopias está fora de moda.

Essa lógica investe na produção de desejos de ter, de poder, de possuir, de consumir mercadorias disponíveis no mercado, de ser o melhor, do sucesso individual, na ideologia de que seria possível para qualquer pessoa atingir seus desejos de consumo, dependendo de

seus esforços e criatividade. O sistema produz um deslumbramento diante dos artefatos construídos em *designs* cada vez mais sofisticados e atraentes. Como se fosse possível a universalização dos bens produzidos a serem consumidos por todos. Para Paulo Netto (2007, p.237):

Nada é mais enganoso do que caracterizar o capitalismo contemporâneo como uma “sociedade de consumo” – quando se constata que massas humanas que se contam na casa de centenas e centenas de milhões vivem em condições infra-humanas, essa expressão torna-se uma trágica mentira. De fato, no capitalismo o que se desenvolve é uma ideologia consumista.

Mesmo porque a natureza não suportaria que os padrões de consumo dos países desenvolvidos e das classes burguesas fossem universalizados, pois não existem recursos renováveis para atingir esse patamar. O modelo de desenvolvimento em seu estado atual já provocou danos à natureza com consequências desastrosas para a humanidade. Assim, segundo Furtado (1996, p.89), o custo em termos de depredação do mundo físico desse estilo de vida é de tal forma elevado que toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de uma civilização, pondo em risco a sobrevivência da espécie humana.

A idealização do tipo de desenvolvimento econômico capitalista e da acessibilidade generalizada de consumo às classes populares serve de dominação para as formas degradantes de exploração econômica dos povos e do ambiente que são sacrificados e mobilizados em função do desejo de se inserir no sistema. A exploração é movida pelo desejo de consumir, entretanto, o consumismo atende às necessidades e demandas do mercado que precisa de consumidores.

O sujeito nem sempre se dá conta da complexa realidade em que está inserido, pois a ideologia dominante se encarrega de manobrar o mundo das ideias, produzindo justificativas camufladas. As ideias dominantes escondem os reais motivos das contradições vividas pela sociedade. Assim, de acordo com o pensamento marxista, a consciência é determinada pelas condições. Para Marx (1975, p.187):

[...] na produção social de seus meios de existência, os homens ingressam em relações definidas, indispensáveis e alheias a suas vontades, relações de produção correspondentes a uma etapa do desenvolvimento de suas

forças produtivas materiais. [...] o sistema de produção dos meios materiais de existência condiciona todo o progresso da vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina sua existência, porém, pelo contrário, é a sua existência social que determina sua consciência.

Na concepção de Marx a realidade objetiva vai oferecer as condições para que os humanos transformem sua realidade através de sua atividade, mas dentro das condições objetivas concretas. Entretanto, o humano tem a possibilidade de mudar a sua realidade ao se objetivar através do trabalho e, ao realizá-lo, o sujeito constrói sua consciência sobre o mundo. A consciência não é dada na interioridade do indivíduo a partir dele mesmo, mas é decorrente das relações pelas quais vivencia em sua existência social. Isso não significa necessariamente que o sujeito vai se tornar consciente, nem que as transformações ocorrerão pela sua existência, a consciência é apenas uma das condições para a transformação.

Entretanto, a existência das condições objetivas para que ocorram as transformações não significam que estas ocorrerão, como coloca Gramsci (1978, p.47):

A possibilidade não é a realidade, mas é, também ela uma realidade: que o homem possa ou não fazer determinada coisa, isso tem importância naquilo que realmente se faz. Possibilidade quer dizer 'liberdade'. A medida da liberdade entra na concepção de homem. Que existam as possibilidades objetivas de não se morrer de fome e que, mesmo assim, se morra de fome, é algo importante, ao que parece. Mas a existência das condições objetivas – possibilidade, ou liberdade – ainda não é suficiente: é necessário 'conhecê-las' e saber utilizá-las. Querer utilizá-las. O homem nesse sentido é vontade concreta: isto é, aplicação efetiva do querer abstrato ou do impulso vital aos meios concretos que realizam essa vontade.

A consciência é algo posterior à existência; primeiro o humano existe, depois vai tomando consciência de sua existência, da existência de sua realidade. Até que se prove o contrário, o humano é reconhecido universalmente como o único ser capaz de ter consciência de sua própria existência.

No entanto, essa consciência numa sociedade de relações de exploração produz processo de alienação que limita as possibilidades humanas de exercer sua própria humanização, de se apropriar da cultura, das sociabilidades existentes na humanidade. Esta sociedade que aliena produz no humano algo que nem mesmo consegue controlar. Há uma

produção de desejos que é ativada a partir das faltas, das carências, das angústias que os sujeitos buscarão sanar nos objetos do mundo concreto.

Além de que o sistema procura propagar a ideia de que as formas de consumo podem se tornar acessíveis a todos, quando se sabe que os recursos naturais disponíveis não suportariam tal demanda. No entanto, segundo o pensamento de Furtado (1996), a ideia de desenvolvimento econômico acessível aos povos periféricos se configura num mito que justifica a depredação de culturas e ambientes em favor de um desenvolvimento econômico acessível que de fato nunca vai ocorrer. Visto que o desenvolvimento dos países centrais do capitalismo não poderia ser universalizado, pois os recursos são limitados.

Essa concepção de desenvolvimento econômico gerada pelo sistema capitalista tira do foco as alternativas possíveis que sirvam para o conjunto da humanidade, em especial para aqueles que se encontram em situação de exploração/dominação. Essa ilusão conduz os humanos em busca de uma melhoria que de fato não vai se configurar e que traz consigo não só a depredação do ambiente, bem como de toda uma construção cultural que se degrada em função de um tipo de desenvolvimento que não atende às necessidades das classes populares, mas dos que dominam o capital.

O capitalismo cria uma perspectiva de desenvolvimento generalizado, como se fosse possível que todos tivessem a possibilidade de acesso aos produtos e riquezas gerados. Produz a ilusão alimentada permanentemente de que qualquer pessoa pode realizar aquilo que objetiva. No entanto, não se evidenciam os condicionantes sociais, econômicos, culturais, espaciais que determinam historicamente a vida em sociedade. O sistema tem como princípio a defesa intransigente da propriedade privada e de sua acumulação, o individualismo, a competição, o sucesso individual, entre tantos valores que são anunciados nas diversas instâncias e formas de comunicação que dispõe para sua manutenção e reprodução ampliada.

Para resolver os problemas sociais o capitalismo teria que negar os seus princípios, daí sua inviabilidade. Entretanto, em meio às contradições surgem as possibilidades. Um sistema que é altamente eficiente em determinados tipos de avanços tecnológicos, em gerar para alguns um certo tipo de qualidade de vida e uma infinidade de possibilidades, só que direcionado para alguns que são privilegiados socialmente por pertencerem à classe que acumula vantagem econômica, cultural, social, subjetiva. Nas palavras de Furtado

(1996, p.89): “[...] o estilo de vida criado pelo capitalismo industrial sempre será o privilégio de uma minoria”.

Em decorrência desse modelo de desenvolvimento há desvantagens que são acumuladas pelas pessoas das diferentes classes sociais. Há uma herança que é passada de geração para geração, sendo uma condicionante social que, com muito otimismo, pode ser modificada em um enfrentamento como, por exemplo, no caso em estudo, através da luta pela terra e posteriormente pela organização econômica solidária geradora de desenvolvimento não apenas econômico, mas de um desenvolvimento humano, social e de uma economia em função da vida.

A falta de alternativas concretas que substituam a sociedade capitalista requer um empenho no sentido de evidenciar e promover experiências que estão se desencadeando como possibilidade de demonstrar concretamente um processo de mudanças que favoreçam exatamente os que sempre estiveram expostos à submissão econômica e social. Pois, a sociedade contemporânea está organizada de tal forma que tendemos a naturalizar os problemas graves que ameaçam inclusive a própria vida no planeta.

A sociedade capitalista possibilitou a expansão da invenção humana a ponto de acelerar processos que levariam muito tempo para serem resolvidos, no entanto, essas invenções têm uma tendência desencadeada pela lógica dominante nesse tipo de sociedade que predomina em função do mercado, do lucro, da competitividade, deixando de lado questões centrais para a humanidade. Essa sociedade está marcada por uma disseminação do capital com princípios como competitividade, individualismo, apologia do vencedor, acumulação de bens.

Uma implicação imediata da alienação do homem a respeito do produto do seu trabalho, da sua vida genérica, é a alienação do homem em relação ao homem. Quando o homem se contrapõe a si mesmo, entra do mesmo modo em oposição aos outros homens. O que se constata na relação do homem como seu trabalho, como produto do seu trabalho e com si mesmo, constata-se também com a relação do homem com os outros homens, bem como com o trabalho e com o objeto do trabalho dos outros homens. De forma geral, a afirmação de que homem se encontra alienado da sua vida genérica significa que um homem está alienado dos outros, e que cada um dos outros se encontra do mesmo modo alienado de sua vida genérica. (MARX, 2006, p.118)

A forma como o capitalismo se estabeleceu promoveu a alienação humana no exercício de sua atividade vital. Isso implica que, à medida que o humano exerce sua atividade laboral de forma alienada, repercute nas relações que estabelece com o outro.

O exercício de pensar criticamente essa sociedade nos leva à ideia não só da crítica em si, mas no exercício de desnaturalizar as práticas que procuram prevalecer como se fossem a única possibilidade de se pensar a sociedade. A questão é: como mudar uma cultura de relações hierárquicas condicionadas nos contornos de sua teia de relações que prevalece como dominante? Como mudar a lógica de perceber um mundo que se apresenta, nas suas sutilezas, como relações de desigualdades naturalizadas, normatizadas?

Apesar de inquietações, a consciência crítica de situações de opressão é ocultada pelas diversas manobras que o sistema exerce para se manter, seja através das comunicações, dos símbolos, das leis e em diversos espaços onde se exerce a manutenção dessa sociedade, seu desenvolvimento.

A dominação ganha eficiência através da utilização das tecnologias que lhe são acessíveis. Mas nenhuma dominação ideológica é total. Apesar da hegemonia do modelo dominante, aparecem focos de alternativas, o que faz pensar que um mundo pautado em outras bases filosóficas, econômicas, sociais é possível construir. O desafio que se coloca é como criar estratégias de transformação da realidade social que passem pela invenção de uma lógica de sociedade que exerça relações de compartilhamento dos bens produzidos culturalmente pela humanidade.

2.2 PISTAS PARA OUTRA ECONOMIA EM BASES SOLIDÁRIAS

Na contramão dos princípios capitalistas temos presenciado as discussões e as práticas que desafiam a construção de uma economia em bases solidárias e populares. A perspectiva de tal economia parte do princípio de que os excluídos, descamisados, desempregados, frações das classes populares precisam se juntar e em relação de cooperação buscar resolver seus problemas, inclusive econômico-políticos.

Essa outra economia se configura numa perspectiva que – diferentemente da economia capitalista que se pauta basicamente na competição para buscar tirar o máximo de esforço dos empregados – fomenta as relações de cooperação e de ajuda mútua para o desenvolvimento do trabalho e da vida.

As relações trabalho nessa economia em construção se baseiam na cooperação entre os parceiros. Esse tipo de economia só consegue se sustentar pela relação de cuidado com o outro, com o grupo, com a sociedade, com o ambiente, pois a sustentação dessa proposta está na relação de cooperação construída com os outros. Enfatizamos o termo *construído* no sentido de que é algo que carrega consigo uma intencionalidade em permanente movimento de produção, tendo como base determinados princípios que os diferenciam das relações capitalistas.

Reiteramos que quando falamos de *outra* economia estamos nos referindo a uma economia que se diferencia em seus princípios, objetivos e forma de organização, afirmando-se na perspectiva do humano e em um projeto de sociedade que afirma a potência da vida. Esta economia traz em seus princípios uma lógica de conceber o econômico em função da vida. Exercita um processo de organização do trabalho que busca compartilhar o econômico-político, considerando sua unidade e em relações de parceria entre grupos e movimentos que se comprometem a seguir princípios específicos, tendo como base a solidariedade.

Assim sendo, esta outra economia se baseia em relações de cooperação entre os participantes do processo, a ideia é que todos possam contribuir para que haja desenvolvimento para todos e todas, considerando as questões individuais e coletivas. Todos os participantes do processo de produção contribuirão permanentemente com os outros.

Sendo assim, como todas as alternativas críticas ao capitalismo e voltadas para outro tipo de sociedade, não se isenta de suas contradições, especialmente por se desenvolver dentro de uma sociedade que contradiz seus princípios. Um desafio que se coloca é como alimentar sentimentos e relações solidárias numa sociedade que cultiva o individualismo e a competição.

Como vemos, essa outra economia se baseia na solidariedade, na cooperação, no respeito à natureza, ao ambiente, tendo a vida como valor central. Trata-se de uma economia política que deve satisfazer as necessidades e desejos dos humanos e não os humanos estarem em função da economia, como prevalece no atual modelo de sociedade. Segundo Singer (2002, p. 10):

A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito a liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. (SINGER, 2002, p.10)

Como o capitalismo se baseia no individualismo, na competição, na acumulação, na exploração, tudo em função do lucro, que produz relações de exclusão para aqueles que não se enquadram nos padrões desejados pelo sistema, quais as consequências desses princípios na vida, na produção de subjetividade? Esses princípios parecem naturais, no entanto, são criações humanas, produzidos por uma cultura que vai sendo alimentada pela sociedade dominante segundo os interesses de acumulação de capital.

O exercício da crítica e da autocritica é imprescindível na construção de alternativas pensadas na intenção de gerar outros jeitos de se relacionar, inclusive economicamente. As organizações de trabalhadores e trabalhadoras que ocorrem através de associações, cooperativas, sindicatos, ONGs, empreendimentos solidários no seu exercício de produção alternativa se desenham como possibilidades de vida para as classes populares.

Para onde vão essas alternativas? São experiências pontuais que ocorrem em diversos espaços para sanar problemas principalmente de ordem econômicas ou são experiências que apontam como pistas de outra lógica de viver em sociedade?

Mesmo reconhecendo o avanço que essas lutas apontam, não se pode negar a presença de contradições presentes no seu interior, porém, isso não dilui seu valor. Assim, mesmo diante de erros que venham ocorrer dentro das organizações é primordial o exercício praxiológico experimentado por todos aqueles que pensam em construir uma sociedade baseada em princípios humanizantes, construídos num processo de relações de criticidade, dialogicidade que ocorrem em organizações dessa natureza.

Entende-se que a economia solidária defende em seus princípios relações solidárias de cooperação entre os participantes. A economia solidária objetiva satisfazer as necessidades das pessoas que exercem seu trabalho para viver. A organização de empresas solidárias e capitalistas se diferencia, entre outras coisas, porque a empresa capitalista segue os princípios da heterogestão, enquanto que a empresa solidária segue a autogestão.

Existem as especificidades de cada empresa, inclusive algumas têm características que estão em ambas, porém, o princípio é o que mantém suas características básicas. Para

Melo Neto (2006, p.33) a autogestão é um estilo de produção que exige a participação e, sobretudo, o controle por parte dos trabalhadores em todo o processo produtivo.

A heterogestão parece ser eficiente em tornar as empresas capitalistas competitivas e lucrativas, que é o que seus donos almejam. A autogestão promete ser eficiente em tornar as empresas solidárias, além de economicamente produtivas, centros de interação democráticos e igualitários (em termos), que é o que os sócios precisam. (SINGER, 2002, p.23)

Enquanto que na grande empresa capitalista as decisões são tomadas por seus acionistas, nas empresas solidárias as decisões ocorrem em assembleias ou em coordenações setoriais, com a participação de todos os trabalhadores/as.

A empresa capitalista trabalha com lucro, enquanto que o empreendimento solidário trabalha com sobras. O objetivo da empresa capitalista é gerar lucro que é posteriormente dividido entre o grupo de acionistas e para investimentos em função da própria empresa. Na economia solidária, partes das sobras são destinadas para os sócios e outra para o fundo indivisível¹⁰ coletivo. Segundo Singer (2002, p.15), o fundo indivisível sinaliza que a empresa solidária não está a serviço de seus sócios atuais, mas de toda sociedade do presente e do futuro.

O investimento capitalista concentra as riquezas que são divididas para um grupo que possui investimento de recursos financeiros na empresa. No empreendimento solidário o critério de distribuição das sobras não se dá pelo investimento de capital, mas pelo trabalho exercido pelos participantes. As responsabilidades e os lucros são compartilhados por todos/as.

2.3 DESENVOLVIMENTO HUMANO

Os sujeitos apresentam a possibilidade de se desenvolverem, sendo assim, o trabalho tem um caráter educativo, no sentido de que todos crescem juntos, exercendo a capacidade de ser mais, no sentido freiriano, pois o trabalho quando tem a finalidade de apenas de extrair o máximo de energia dos trabalhadores, através da exploração intensa, minimiza possibilidades de se viver outras dimensões, como a realização através do trabalho.

¹⁰ O fundo indivisível é aquilo que pertence ao coletivo e não pode ser distribuído individualmente.

Outras formas de economia humanizada solidária são imprescindíveis ao desenvolvimento humano, no sentido de um trabalho humanizador, em que as pessoas crescem e se desenvolvem ao exercerem o seu trabalho, sem que para isso precisem passar por cima de ninguém. O princípio é cooperar, é contribuir para que todos se desenvolvam tanto na coletividade como em suas singularidades.

Combinar essas duas dimensões tem sido um desafio para pensar uma prática de gestão coletiva e os reajustes, arrumações que se dão na práxis, numa união íntima entre as dimensões que apontam na experiência concreta e sua reflexão, considerando o conhecimento acumulado sobre o assunto e potencializando os saberes. Para Freire (1987, p.58): “só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros”.

Como trabalhar empreendimentos que consigam considerar as dimensões coletivas e individuais sem destruir os objetivos coletivos? Um dos desafios que se apresenta é experimentar e manter uma economia em bases solidárias dentro de uma sociedade capitalista com todas as contradições que lhe são inerentes. Mas é por existirem tais contradições danosas aos humanos e ao ambiente que se faz necessário construir outras possibilidades de produção de cultura, de subjetividade e do mundo concreto de forma indissociável.

Outra economia pautada em valores diferentes do modelo de desenvolvimento capitalista que domina a sociedade requer não apenas que surja como projeto em construção organizado por diversos sujeitos em suas experiências localizadas, mas que tenha, necessariamente, entre outras questões, uma proposta de educação que não pode ser qualquer tipo de educação.

Para este intento é primordial uma educação crítica, questionadora da realidade, ao mesmo tempo em que busca evidenciar as relações entre sujeito e sociedade. Suas bases estão no reconhecimento do papel do sujeito frente ao movimento de construção histórica da sociedade. Tendo em vista que essa proposta de sociedade se baseia numa economia que tem como centro do processo o desenvolvimento humano.

Nesse sentido, reconhecemos na educação popular, a partir de suas bases de sustentação teórica e metodológica, como essencial para a construção de alternativas de vida para as classes populares. Uma educação que carrega desde sua origem princípios libertários dos humanos, numa busca permanente de superação dos condicionantes sociais,

econômicos, culturais, castradores da vida de populações que são impedidas de viver em plenitude.

Para tanto, as classes populares, através dos movimentos e grupos organizados, têm se reportado aos referenciais da educação popular como educação libertadora que constrói subjetividades que favorecem a emancipação dos humanos. De acordo com o pensamento de Vygotsky, considerando a subjetividade como sendo constituída na cultura em que os humanos estão inseridos. Considerar as subjetividades na práxis educativa das organizações significa a evidência do humano nas suas singularidades e coletividades. O humano envolvido no mundo que modifica e é modificado por ele. Não falando de subjetivismo, mas de uma subjetividade que se constitui na relação dos humanos com o mundo concreto.

Para Vieira Pinto (1979, p.135) a cultura é um produto do existir do homem, resulta de vida concreta no mundo que habita e das condições, principalmente sociais, em que é obrigado a passar a existência. Logo, a existência do humano está intrinsecamente relacionada com a cultura. A educação está nas bases de sustentação de outras possibilidades de economia para a vida através do trabalho no sentido pleno de realização do humano, que gere produtos, mas que desenvolva os humanos em função de sua humanização, que os possibilite a realização de transformação da natureza bem como de transformação dos próprios humanos em seu sentido pleno. Pois, possibilita o crescimento das possibilidades de inventividade, transformação da realidade, bem como as próprias relações de trabalho, no sentido de questioná-las.

Diferentemente do que previa a visão biologista com suas conclusões de uma natureza humana previamente determinada pelo biológico, ou por outro lado o determinismo comportamentalista que previa o humano determinado pelo meio - sem negar a importância da natureza e do ambiente na construção humana, mas entendendo que não nascemos cooperativos ou competitivos - constituímos-nos como seres históricos inacabados em permanente processo de desenvolvimento. Temos a capacidade humana de desenvolver nossas possibilidades de invenção, de criação que são inesgotáveis.

O capitalismo promete liberdade de acesso aos bens produzidos pela sua capacidade tecnológica cada vez mais aperfeiçoada, no entanto, limita os consumidores por condições concretas de não poder possuir. As benesses do capitalismo não são para todos, mas os excluídos não precisam se dar conta disso, continuarão na perspectiva de possuir.

São produzidos desejos que não podem ser concretizados, mas que mobilizam energias humanas suficientes para manter o sistema funcionando.

São fileiras de excluídos de todas as naturezas, nos diversos continentes com quadros sociais desumanos, mas que não é preocupação de tal sistema, pois se puder tirar uma vantagem econômica da miséria, tudo bem, nada de questionar. Reconhecer-se nesse lugar de situação de desfavorável não seria útil para o sistema que se coloca como única alternativa viável para sociedade.

O sistema produz manobras que asseguram sua sustentação através de suas instituições, inclusive através da educação. Mas que modelo de educação serve a um sistema que, apesar de gerar tecnologia capaz de fascinar a tantos, não consegue resolver problemas cruciais que envolvem populações que vivem em condições subumanas?

Esse modelo de educação tem servido aos anseios das classes populares que ainda não resolveram problemas de ordem de subsistência? por que a educação e as pesquisas não priorizam as perspectivas de melhorar a vida da maioria dos humanos que se encontram em situação desfavoráveis, econômico, social, cultura, emocional, ambiental?

Na base de outro modelo de economia, que carrega consigo outros valores que se aproximam mais de valores que têm a vida com princípio central, que educação serve a propósitos de superação de relações de desigualdade, de autonomia dos humanos, de construção de projetos emancipatórios dos humanos? Que educação pensa os humanos enquanto seres inacabados em busca permanente por uma sociedade libertária que possibilite os sujeitos/humanos a serem mais no sentido de viverem plenamente sua humanidade limitada por condicionantes sociais?

Educação que, em sua metodologia, possibilite a experiência na práxis de vivenciar relações mais horizontais em que a todos(as) possam se expressar através da voz, do pensamento, do sentimento, do toque, do exercício com o outro, na reflexão e de todas as formas de expressão através da qual os humanos sejam capazes de exercer sua criatividade, sua inventividade infinitamente.

Essa educação amplia as possibilidades dos humanos realizarem uma leitura crítica do mundo em que vivem e da compreensão de sua construção historicamente produzida, podendo experimentar a invenção de formas libertárias de viver com os outros, exercendo outros jeitos de viver, de construir na práxis projetos libertários. Para Freire (1987, p.75),

“A educação problematizadora, enquanto um quefazer humanista e libertador, o importante está em que os homens submetidos à dominação lutem por sua emancipação”.

Uma educação que não apenas se aproprie do conhecimento, mas que produza pesquisas em função daquelas classes que se encontram em situação de exclusão. A necessidade de pesquisas voltadas para os problemas enfrentados pelas classes excluídas da sociedade é um desafio para pesquisadores(as) que se incomodam profundamente com os danos causados por um sistema que degrada os humanos em função do lucro e do acúmulo de riquezas.

O pesquisador não dá conta de todas as dimensões do fenômeno pesquisado, mas também não pode desconsiderar a existência de questões que de alguma forma influenciam os resultados da pesquisa. Dimensões que foram não só negligenciadas, mas desconsideradas nas pesquisas científicas que buscavam tirar ao máximo de influências subjetivas dos resultados das pesquisas. Que para serem aceitas precisavam de comprovações quantitativas, bases estatísticas. Sem negar a importância do quantitativo, mas a questão é quando o quantitativo aparece como o resultado da pesquisa em si, sem uma devida análise das possibilidades, de dimensões outras, bem como da origem, da historicidade e contextualização críticas desses resultados.

Qual o sentido de pesquisas que não conseguem conexão com os problemas que a humanidade enfrenta para se manter viva e manter um ambiente preservado das depredações que os próprios humanos produzem, seja pela exploração da natureza, seja em experimentos científicos que colocam em risco a própria vida do planeta? Pensar em pesquisa nas ciências sociais é perceber os vínculos existentes entre os humanos e o ambiente.

A proximidade da economia solidária com a educação popular está em seus princípios no sentido de reconhecer o humano profundamente influenciado pela cultura, bem como sua possibilidade de construir cultura em bases populares que enfatizem sua autonomia, emancipação, não apenas respondendo aos estímulos do sistema, mas um humano que no processo educativo reconhece as contradições do sistema, que experimenta vivenciar o papel de transformar algo em sua vida.

Numa relação econômica em bases solidárias há um esforço evidente de construção de alternativas de vida para aqueles que estão em situação de vulnerabilidade. O sujeito não fica esperando a oportunidade chegar, mas se desafia diante de todos os obstáculos a

buscar junto com outras pessoas alternativas viáveis de produção, comercialização, troca, doação, uma forma de viver melhor.

As alternativas isoladas em suas experiências específicas não têm a pretensão de dar conta de toda a complexidade que um modelo de sociedade alternativa pode exigir, mas a partir da crítica ao modelo dominante de sociedade, no entanto, aponta pistas para construção de uma sociedade fundada em outros princípios, com outras perspectivas, outros objetivos. Pensando na solidariedade, na cooperação, na economia em função da vida, na equidade social.

Sendo assim, as experiências de economia em bases solidárias, como as feiras em transição agroecológicas, têm demonstrado que é possível planejar, produzir, trabalhar, relacionar-se baseado em perspectivas diferenciadas das bases da economia do modelo dominante. Experiências que apontam pistas para perspectiva de sociabilidade com princípios diferenciadas daqueles alimentados na sociedade eminentemente capitalista. Valores entre os quais se destaca a equidade social, baseada no respeito à vida, ao ambiente, em que as relações privilegiem as bases de cooperação.

Configura-se como possibilidade estratégica pelas quais as classes populares podem juntar forças para desenvolver relações de trabalho, produção, comercialização, acesso, baseadas em princípios mais humanizadores para todos e todas. Tendo uma perspectiva de desenvolvimento voltada não apenas para o econômico, mas na construção coletiva de perspectiva de vida mais justa em que todos possam ter acesso aos bens produzidos.

Assim, há uma busca de respeito aos sujeitos envolvendo dimensões de singularidades intrinsecamente relacionadas com as questões coletivas. Num desenvolvimento primeiramente dos humanos, que podem de fato intervir na invenção de outro modelo de sociedade. Para tanto se faz necessária não apenas a capacidade crítica, tão necessária, mas a possibilidade de acesso ao culturalmente produzido, bem como novas possibilidades de criação e de invenção de uma sociedade baseada em valores que tenham a vida como um princípio básico.

Em síntese, o que chama a atenção até o presente momento é como a realidade se constitui historicamente através de uma lógica de sociedade, de sujeito que predominam como formas de manutenção de um modelo de sociedade específico que, no estado atual, denominamos de capitalismo. Sua base se situa no mercado, na força econômica infiltrada para sua sustentação no Estado, nas leis, nas instituições e na sociedade.

Por outro lado, evidenciamos a discussão sobre as formas encontradas pelas classes populares de produções culturais importantes para experienciar possibilidade de outras sociabilidades. Os intentos que atendam aos propósitos de cada sociedade se alimentam nos valores, pensamentos, desejos e ações dos sujeitos que desenvolvem as atividades que alimentam tais interesses. As invenções denominadas de alternativas na verdade são invenções estratégicas pelas quais se desenvolve uma cultura diferenciada do modelo dominante e oportuniza aqueles que não tiveram direito a uma cultura letrada desenvolver uma forma de educação na vida e no trabalho.

Esse propósito transforma realidades aparentemente condicionadas em possibilidades de apropriações, de invenções objetivadas na realização de tais alternativas. Sendo assim, a seguir, demonstraremos uma alternativa que busca se evidenciar no universo de possibilidades de atender as necessidades humanas de trabalho, de sustentação da sobrevivência, considerando valores numa perspectiva agroecológica.

2.4 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA PERSPECTIVA AGROECOLÓGICA

Nosso propósito neste momento é situar sinalizações históricas da agricultura com o intuito de compreender como se desencadeou esse processo que se apresenta a partir das alternativas em estudo.

Por volta da década de 1960 a agricultura brasileira passa por mudanças que transformam profundamente sua lógica de funcionamento. No contexto do sistema militar foram difundidas as ideias do que veio a se denominar de “revolução verde” com intuito de disseminar uma agricultura pautada nos avanços tecnológicos advindos da modernização da agricultura. Uma agricultura direcionada para a lógica do latifúndio e grandes produtores. O apoio destes foi primordial para a sustentação de apoio aos militares no golpe de 1964.

Não deixa de ser irônico que os grandes proprietários de terra, organizados sobretudo numa das mais tradicionalistas entidades de defesa de seus interesses, a Sociedade Rural Brasileira, de São Paulo, tenham dado decisivo apoio à preparação do golpe (MARTINS, 1999, p.69).

Esse modelo de agricultura se utiliza da ideia de atraso dos agricultores que precisam se modernizar através da utilização do maquinário, dos adubos e agrotóxicos. Para tanto contou com a construção do conhecimento científico que gerou esse modelo tecnológico, e teve como fundamental a universidade e as instituições de pesquisa e extensão rural.

Como o modelo foi se disseminando na sociedade a ponto de ser incorporado como forma de organização da produção agrícola? Além dos incentivos econômicos, dos juros baixos, com facilidade de acesso às máquinas e os implementos agrícolas produzidos por um modelo que visava à utilização de pesticidas, de fertilizantes e de produtos criados para dar sustentação àquela forma de agricultura. Com investimentos de recursos públicos e investimento em formação profissional e pesquisa voltada para essa área de conhecimento.

Balestro e Sauer enfatizam a presente questão:

A implantação do modelo agropecuário e do pacote tecnológico foi realizado ainda com a criação de uma rede pública e oferta de assistência técnica e extensão rural, a instalação, destinação de recursos e promoção de pesquisa e ensino (criação de cursos universitários e técnicos nas universidades públicas e escolas técnicas). (BALESTRO; SAUER, 2009, p.9.).

O investimento dos recursos públicos foi imprescindível à sua implantação e sustentação enquanto modelo dominante. Investimentos dos quais se destacam as instituições educacionais que foram fundamentais na consolidação de tais propósitos, visto que disseminaram ideias, pesquisas e práticas na formação de profissionais adequados ao modelo predominante de agricultura. Além das educacionais, outras instituições de pesquisa e extensão rural também foram fundamentais na construção desse conhecimento, mas especialmente na sua legitimação. A lógica predominante nas academias de formação de técnicos seguiu essa perspectiva e ainda permanece com fortes tendências.

A ideia foi criar subsídio intelectual que assegurasse a formação de profissionais aliada à sustentação do modelo de desenvolvimento pautado nesse pacote tecnológico. Esse modelo apoiado no crédito rural subsidiado foi concentrador de renda, produziu um devastador desgaste ambiental, exclusão e pobreza, deixando a agricultura familiar marginal. (BATISTA, 2011, p.51)

Na sociedade capitalista ocorre um maior desenvolvimento da educação que nas sociedades anteriores, visto que a complexidade industrial exige investimento intelectual

para atender as necessidades de operacionalidade de progressiva do próprio sistema. O que não ocorria nas sociedades eminentemente agrárias que não utilizavam máquinas e equipamentos industrializados.

Por outro lado podemos dimensionar o papel do processo de luta dos camponeses, tendo destaque o movimento das Ligas Camponesas, a luta pela terra pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Esse processo sendo embasado por uma educação de cunho popular, pautada também na teologia da libertação da igreja católica. Esses movimentos partiam da crítica à sociedade e à exploração que ocorriam nas relações de trabalho, especialmente do trabalhador dos engenhos de cana-de-açúcar.

As mobilizações sindicais remontam ao período pré-64, com as Ligas Camponesas reivindicando a regulação das relações de trabalho, o pagamento de salário mínimo e a extensão ao campo das mesmas garantias dadas aos trabalhadores urbanos. Em 1963, o Estatuto da Terra assegurava em lei esses direitos, mas a legislação trabalhista não foi cumprida no estado, apesar das mobilizações das Ligas. (MOREIRA; TARGINO, 1997, P. 286)

A organização dos trabalhadores ganha evidência com as mobilizações públicas que denunciava uma situação de opressão em que viviam “[...] as ligas camponesas se insurgem contra proprietários rurais criticando publicamente através de passeatas, mobilizações, toda essa situação em que viviam a maioria dos trabalhadores rurais no nordeste.” (MONTENEGRO, 2008, p.22).

Tal período se destaca pela mobilização organizada dos trabalhadores com repercussões evidentes na história da luta dos camponeses.

O período (1955 – 1964) que compreende a transformação das Ligas Camponesas em um amplo instrumento de organização e luta dos trabalhadores até o golpe militar tornou o Nordeste objeto de incontáveis reportagens na imprensa nacional e mesmo internacional. (MONTENEGRO, 2008, p.17)

Entre as reportagens o autor destaca a realizada por Antônio Callado em que o mesmo denuncia a indústria da seca, meio pelo qual os latifundiários se utilizavam dos problemas advindos da seca e transformavam em vantagens. Entre as denúncias também

estavam a de que os açudes construídos com recursos públicos para beneficiar toda a população camponesa eram construídos para privilegiar uns poucos latifundiários.

As vantagens acumuladas ao longo da história criaram oligarquias que se estabelecem no cenário político através de forças políticas e de apoio àqueles que defenderam o direcionamento de recursos para determinadas áreas específicas. Nesse cenário há uma herança cultural, social, econômica transmitida para família e descendentes. Assim, as vantagens que o sujeito oriundo das classes que acumularam riquezas e bens terá vantagens em relação àquele que vive de uma qualidade de vida precária, no contexto da sociedade competitiva.

Os descendentes dos que acumulam capital ou prestígio profissional, artístico, etc. entram na competição com nítida vantagem em relação aos descendentes dos que se arruinaram, empobreceram e foram socialmente excluídos. O que acaba produzindo uma sociedade profundamente desigual. (SINGER, 2002, p.8)

Isso ocorre numa sociedade marcada por determinações econômicas e sociais que criam entraves para o processo de ascensão humana. Entretanto, a união de sujeitos que vivenciam problemáticas semelhantes vai desencadear mobilizações de camponeses fundamentais na mudança de cenário, em especial no enfrentamento da luta pela terra.

Na Paraíba a luta organizada dos camponeses vai irromper posteriormente no processo de reforma agrária, com destaque para a região da várzea paraibana, onde se concentrava o movimento das Ligas Camponesas, situado nas intermediações do município de Sapé, região em que hoje há certa concentração de assentamentos de reforma agrária.

Entretanto, com o golpe de 1964 a luta dos trabalhadores sofreu repressões que inibiram todo um processo de mobilização social que se configurava na sociedade brasileira. Como já enfatizamos, esse governo reforça a implantação de uma agricultura direcionada para os grandes produtores e latifundiários. Inclusive do uso do recurso público direcionado para tal projeto.

A modernização no campo com a organização da agricultura cria a empresa rural agropecuária: “para além de seu caráter conservador, produtivista e concentrador, contaria, em sua própria tessitura, com esse novo protagonista, igualmente em construção no decorrer das décadas de 1960 e 1970: o moderno empresário rural.” (MENDONÇA, 2006, p.53).

O modelo tecnológico tira o domínio da atividade humana. Segundo o pensamento de Petersen (2007), um dos problemas fundamentais gerados pelo modelo tecnológico é tirar do agricultor o domínio sobre o seu próprio saber fazer, pois depende de terceiros. Essa lógica cria uma dependência imprescindível para o mercado de insumos vindos dos países industrializados. São contradições advindas desse modelo de desenvolvimento que concentra o poder do saber no domínio de técnicos para atender funções específicas, inclusive de manter sigilo sobre determinados conhecimentos que chegam a ser até patenteados como propriedades individuais.

Um dos questionamentos a esse modelo são as consequências nocivas produzidas ao ambiente e às pessoas que trabalham e consomem seus produtos. Além dos danos visíveis na degradação ambiental sem precedentes, decorrem ainda consequências na vida dos humanos e dos animais. São produções de conhecimento científico que geram uma tecnologia incapaz de prever os danos que poderia acarretar.

Ademais, esse é um modelo pensado para os grandes produtores, gerando produtos sociais graves, visto que expulsaram pequenos e médios agricultores dos seus locais de moradia e de trabalho, resultando inchaço populacional nas grandes cidades e toda uma complexidade de problemas decorrentes.

Cada perspectiva de desenvolvimento contempla uma perspectiva ideológica que alimenta sua sustentação junto à sociedade de cada tempo histórico, acarretando implicações diretas ou indiretas para a sociedade. A construção do conhecimento agroecológico é algo em movimento de construção num diálogo entre os saberes constituídos a partir de experiências práticas vivenciadas pelo saber popular e o saber científico, “envolve dinâmicas de conflito e negociação entre diferentes mundos, nos quais se expressa complementaridades mas também discontinuidades entre diferentes sistemas e formas de conhecimento”. (SCHMITT, 2009 p.199)

A agroecologia é um movimento que se contrapõe ao modelo de agricultura do agronegócio que produz sem um cuidado com o ambiente e a vida. O modelo de agricultura do agronegócio tem gerado impactos socioambientais de difíceis resoluções. Visto que é um modelo concentrador da riqueza produzida, além de destituir o poder do agricultor que depende de insumos externos para assegurar sua produção.

A agroecologia não se denomina um conhecimento pronto e acabado, mas um modelo em transição, cujas práticas demandam necessariamente um processo educativo,

tendo em vista a força cultural e ideológica anteriormente empregada na implantação do modelo dominante de agricultura. A agroecologia busca conceber processos cujos protagonistas sejam os próprios agricultores que experimentam e se utilizam da criatividade e das inovações técnicas para aprimorar o seu trabalho.

Buscam, assim, um sentido de trabalho não mais pautado na exploração por outros humanos advindos de uma herança colonial que perdura, mas com trabalho que faz parte da construção e elaboração da própria vida cotidiana do sujeito trabalhador em suas singularidades permeadas pela interação com os outros no seu grupo familiar, nas associações, no sindicato, nas organizações não governamentais, nos movimentos sociais.

O trabalho é a expressão própria do homem, uma expressão de suas faculdades físicas e mentais. Nesse processo de atividade genuína o homem desenvolve-se a si mesmo, torna-se ele próprio; o trabalho não é só um meio para um fim – o produto – mas um fim em si mesmo, a expressão significativa da energia humana. (FROMM, 1975, p.48)

Nessa perspectiva, as relações de trabalho se diferenciam, pois há uma apropriação do processo de trabalho que é compartilhado com parceiros em equidade social. O trabalho tem uma dimensão de desenvolvimento humano, visto que o planejamento coletivo possibilita a participação de todos. Isso, porém, não assegura igualdade no nível de participação e envolvimento.

Esse compartilhar evidencia o outro como essencial para que se desencadeiem transformações que seriam limitadas sem a presença do outro, seja na fala, no incentivo, na energia, na ajuda mútua, na complementação das atividades, na liderança. O outro é essencial para desencadear lutas que promovam transformações que seriam impossibilitadas individualmente. As grandes transformações são sempre sociais, sendo fundamental na luta por melhoria de vida junto às classes populares.

No entanto, pode-se questionar o porquê de privilegiar as classes populares. Uma resposta que parece difícil e complexa, mas já se podem ver indícios de que existe algo explícito advindo das desigualdades e das limitações pelas quais tais classes são obrigadas a vivenciar por falta de oportunidades. Até porque as oportunidades geradas nesta sociedade são limitadas para determinadas classes. Portanto, exercer a radicalidade crítica sem temer a própria crítica é indispensável aos avanços em busca de relações melhores entre humanos, seres vivos e ambiente.

O trabalho passa a ter significado de realização de algo importante no sentido de produzir algo que tem um reconhecimento social para si, para o outro e para o futuro da humanidade.

Trabalhamos com a prevenção e esse produto que acreditamos que será a esperança dos nossos filhos, do nosso futuro, no caso esse produto orgânico, trabalhar sobre isso para o futuro da nação. A gente vivia uma agricultura tradicional e para a gente mudar esse sistema é uma nova aprendizagem, seja assistindo reportagens e vendo o desenvolvimento desse produto e pensando no futuro da nação foi o que fez com que a gente mudasse para essa agricultura orgânica, acreditando que no futuro alguém vai agradecer aqueles que iniciaram porque eles vão está colhendo o fruto que é a saúde do homem.¹¹

Oportunizar uma educação ao longo da vida, especialmente para aqueles que não tiveram como estudar em escola durante a infância e adolescência, é fundamental para desencadear processos de transformação, como o que ocorre junto às feiras em transição agroecológicas. Entretanto, a educação proporcionada pelos movimentos sociais, ONGs, sindicatos não dispensa o investimento na educação de jovens e adultos como política pública permanente no sistema regular de ensino, ressaltando aqui a importância da educação dentro e fora da escola formal.

Na perspectiva teórica defendida por Vygotsky a aprendizagem humana ocorre mediada pela presença do outro via linguagem. A interação com outros parceiros é imprescindível para o desenvolvimento de alternativas possíveis, como a perspectiva agroecológica.

Essa mudança não ocorreria sem uma dimensão primordial que lhe possibilita tal transformação, que é a questão educativa que permeia todo o processo de transição agroecológico. Além de que seu avanço e desenvolvimento ocorrem a partir das interações proporcionadas pelos encontros, reuniões, comemorações, formações, intercâmbios. Assim, o papel do outro é primordial para o desenvolvimento de uma cultura que não só resgata as dimensões das raízes culturais estabelecidas pelas histórias dos camponeses, mas buscam as inovações geradas pelas investigações, bem como pela criatividade permanente com que são tratadas as experimentações.

¹¹ Trecho de entrevista realizada com um dos participantes da Feira da agricultura familiar de Patos.

Esse processo tem como base manter o processo de agroecologia com essa produção, tendo como meta não só a produção e comercialização, mas como um estilo de vida, um trabalho que venha a fortalecer o processo da vida, quanto do ser vivo, do planeta. Esse é o ponto de base. É preciso manter uma identidade com a agricultura, buscar meios para se manter nesse processo de produção, ou seja, estudar para cada dia praticar isso com mais responsabilidade e carinho.¹²

Isso pode ser alimentado em espaços de discussões e proposições, como nos encontros estaduais e nacionais de agroecologia, na festa da semente da paixão, nos encontros da Articulação do Semiárido (ASA), nas reuniões das feiras agroecológicas, entre tantos outros momentos fundamentais para assegurar o desenvolvimento dessa estratégia.

Então, evidenciamos no âmbito da agroecologia uma construção de conhecimento socialmente produzido e compartilhado por uma diversidade de sujeitos. O que se diferencia da modalidade do agronegócio, em que há uma dissociação entre a produção do conhecimento que pertence aos técnicos, cientistas, pesquisadores e os trabalhadores que executam o trabalho.

Na concepção agroecológica é primordial que os camponeses se apropriem das práticas e inovações do saber e o fazer que se dá de forma indissociável. Possibilitar espaços de compartilhar saberes, experiências, reflexões tem sido uma dimensão que assegurar aprendizagens que dão pistas sobre o desenvolvimento da agroecologia.

Dentro da agroecologia, as feiras estão entre outras dimensões significativas que permeiam esse movimento, entre os quais estão os bancos de sementes nativas, o projeto um milhão de cisternas, a rede abelha, o algodão colorido agroecológico, a criação de animais de pequeno porte, a diversificação da produção, a arborização, a proteção as nascentes dos rios, o cuidado com as águas disponíveis, a captação de água da chuva, a não utilização de adubos químicos e venenos nas plantações, as finanças solidárias e as tecnologias alternativas que são disseminadas. Esse processo tenta contemplar a convivência de homens, mulheres e ambiente com o respeito à vida como princípio fundamental. Conta com um trabalho educativo fundado nos valores agroecológicos.

A realidade vivenciada pela experiência das feiras que se evidencia na riqueza dos momentos de reflexão não tem a mesma repercussão de uma feira em que os sujeitos estão

¹² Fala de um dos participantes da feira agroecológica da UFPB, pertencente ao assentamento de reforma agrária Padre Gino, município de Sapé.

presentes só no momento de comercialização ou só na hora da produção, como ocorria antes. Participar do processo de concepção, planejamento, realização e avaliação amplia a significação do trabalho que não mais é planejado e comandado por outrem, como o patrão; ou na hora da compra, o atravessador que dita os preços, mas se estabelece uma transformação nas relações de poder que se horizontalizam, inclusive para as mulheres que passam a se posicionar como agentes e beneficiadas pelo seu próprio trabalho.

Um mundo que pode ser direcionado por um planejamento coletivo e individual que depende da organização de todos os envolvidos. Esse conhecimento que foi se constituindo entre os parceiros das feiras agroecológicas solidárias possibilitou que a organização de outras feiras que tiveram como referencial aquilo que era significativo na experiência empírica dos camponeses.

Fizemos visitas de intercâmbio a diversas feiras como a de Lagoa Seca, Campina Grande e áreas agroecológicas como Glória de Goitá e Abreu e Lima em Pernambuco. Essas experiências nos ajudaram muito a desenvolver nosso trabalho. Você vai conhecendo novas experiências de como lidar com a terra, a gente na nossa vai enriquecendo o nosso trabalho na nossa parcela e na nossa comunidade.¹³

Os intercâmbios se destacam como momento privilegiado para que se estabelecesse um diálogo sobre as experiências que se destacam como alternativas para as classes populares. Esse momento de pensar a prática é fundamental para a elevação das possibilidades dos sujeitos que querem transformar suas realidades. É a reflexão sobre a prática que possibilita a elevação do pensamento dos sujeitos que estão em processo de construção de alternativas possíveis para serem experienciadas.

A produção do conhecimento depende das experiências, mas a prática por si só não produz conhecimento, precisa se desprender para que os sujeitos possam utilizar de sua capacidade de abstração, sendo que a experiência em si não é suficiente para construção do conhecimento, precisa de momentos de abstração dessa prática que desencadeia o processo de produção de conhecimento. Assim, uma educação se faz necessária para que os processos de reflexão coletivos e individuais promovam a produção de estratégias e invenções possíveis para e pelas as classes populares. Uma educação que respalde essa possibilidade reflexiva dos sujeitos envolvidos nessas experiências populares. Ressalte-se

¹³ Fala de um dos participantes da Feira Agroecológica da UFPB, pertencente ao assentamento de reforma agrária Dona Helena, no município de Cruz do Espírito Santo.

que o papel do educador não seria apenas o tradicional, de transmissão do conhecimento, mas uma perspectiva de educação praxiológica, em que teoria e prática estejam indissociáveis. Uma educação que vislumbre formação e desenvolvimento, mas não como algo que se dá numa perspectiva daquele que *forma/formata* o outro, mas de transformação do sujeito nas relações educativas que, constituindo-se, constituem. Educação essa que ocorre na práxis, na experimentação, na ideação, na criação imprescindíveis nos processos de aprendizagem.

A lógica defendida pelo movimento agroecológico, na qual estão inseridas as feiras, contrapõe-se ao modelo dominante, que privilegia o agronegócio, a monocultura, o uso indiscriminado de veneno, de produtos químicos, que não se responsabiliza pelos danos ambientais e humanos provocados por suas atividades.

Para sua sustentação, a lógica do agronegócio se respalda numa educação mercadológica, transmissora de conhecimentos a serem seguidos sem o desenvolvimento do pensamento crítico. Inclusive as universidades que formam profissionais que vão trabalhar em empreendimentos dessa natureza, sem uma profunda reflexão quanto à questão da responsabilidade ética que desenvolverão em suas atividades profissionais. A lógica é a do mercado que domina não apenas aquilo que vai ser produzido, os insumos utilizados, os implementos necessários, mas a forma de perceber e pensar aquele modelo.

A perspectiva ecológica já estava presente no pensamento de Marx na *Ideologia Alemã*, na crítica direcionada a Feuerbach:

Mas cada nova invenção, cada avanço na indústria, separa esse pedaço desse domínio, pelo que diminui continuamente a área que produz os exemplos ilustrativos das proposições de Feuerbach. A “essência” do peixe é o seu “ser”, a água – para ficarmos por essa proposição. A “essência” do peixe de água doce é a água de um rio. Mas essa deixa de ser a “essência” do peixe, e já não é um meio adequado de existência, assim que o rio é posto a serviço da indústria, assim que é poluído com tintas e outros produtos residuais, e navegado por barcos a vapor, ou assim que a água é conduzida para canais onde bastam os esgotos para privar o peixe do seu meio de existência. (MARX; ENGELS, 2009, p.65-66)

As condições ambientais modificadas pela ação do humano a partir de um modelo de desenvolvimento promovem modificações inerentes à natureza ambiental, bem como referentes à própria natureza humana.

Para tanto, não vale questionar as práticas e os possíveis desdobramentos provocados, sejam correspondentes às dimensões sociais, ambientais ou de qualquer outra natureza. “A responsabilidade da gente é está trabalhando com agricultura saudável, sem contaminação, sem uso de agrotóxicos, usando os defensivos naturais.”¹⁴

As estratégias agroecológicas caminham na lógica de se contrapor ao uso indiscriminado de produtos e danos que possam provocar às pessoas e ao ambiente. A ideia é que os humanos possam atender às suas necessidades, trabalhar e viver a preservar a vida.

Seguindo essa lógica estão as feiras em transição agroecológica, espaços econômicos importantes para as pessoas envolvidas. Entretanto, há uma dimensão que vai além dessa especificidade, visto que representa uma possibilidade de pensar alternativas de uma economia diferenciada da economia dominante.

Isso pode ser demonstrado nas atividades e discursos de participantes: “Nós temos que pensar na nossa produção, porém, temos que pensar no desenvolvimento coletivo. Se você pensar só no seu, a organização não vai para frente”¹⁵. Porém, um desafio já sinaliza como problematizador a ser enfrentado, que são as diferenças de produção, de renda ou remuneração, de comercialização que se apresentam no interior das próprias feiras.

As feiras agroecológicas contemplam um movimento que não privilegia apenas as racionalidades do mercado capitalista, mas outras dimensões que contemplam as suas relações com os outros humanos e o mundo em que vivem. Então, as razões estão diretamente afetadas pelas subjetividades e pelas cognições e emoções que sinalizam as relações que se estabelecem na dinâmica da organização e realização das feiras, seja internamente, entre os parceiros, ou externamente, com os clientes ou outros parceiros que vêm conhecer as experiências.

A organização das feiras agroecológicas se apresenta como um espaço de sociabilidade compartilhada entre camponeses pertencentes às classes populares que necessitam da colaboração do outro para construir estratégias de trabalho coletivo e individual. No espaço do grupo se potencializam as possibilidades de superação de situações impeditivas de desenvolvimento social e humano.

¹⁴ Fala de uma das participantes da feira de Patos, moradora do município de Quixaba, em entrevista concedida para esta pesquisa.

¹⁵ Fala de um dos participantes pertencente ao assentamento Padre Gino, município de Sapé, em entrevista concedida para esta pesquisa.

A ação coletiva coloca as relações vividas num novo patamar. Vislumbra-se as possibilidades de não apenas se revoltar relações predeterminadas, mas de alterá-las. Questiona-se o caráter natural dessas relações e, portanto, de sua inevitabilidade. A ação dirige-se, então, à mobilização dos esforços do grupo no sentido da reivindicação, da exigência para que se mude a manifestação da injustiça (IASI, 2011, p.31).

Assim, reconhecemos as feiras em transição agroecológica como espaço de constituição de outras sociabilidades que perpassam os sujeitos nos seus processos educativos de transformação das realidades sociais e subjetivas. Esses processos educativos são construídos no percurso de uma história que se contextualiza na complexa relação dos humanos entre si e com o mundo concreto. Na perspectiva de seguir uma sequência de ideias ancoradas na vida é que percorreremos a constituição da educação e da constituição da subjetividade humana como dimensões constituintes de experiências dessa natureza.

3 CONSTITUIÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO E AS CONSTRUÇÕES DE SUBJETIVIDADES

Em que bases se encontram os propósitos que fundamentam uma educação emancipadora e produtora de autonomia dos humanos? Essa intenção parte da ideia do caráter ideológico da educação, da sua impossibilidade de neutralidade, visto que depende de escolhas, interesses que decorrem de cada momento histórico. A educação pode implicar numa diversidade de propósitos, seja o de fortalecer as situações de opressão, de subalternidade, de desigualdades, seja de libertação e transformação dos humanos. Nosso propósito é indagar: que educação pode proporcionar emancipação e autonomia dos humanos?

É na complexidade das relações históricas de apropriação e criação da cultura que buscaremos pistas que sirvam aos propósitos humanos de uma educação libertária, para aqueles que historicamente estiveram e estão fora do acesso, da qualidade, do usufruto da riqueza cultural, material e intelectual.

As formas de apropriação cultural se diferenciam de acordo com uma multiplicidade de condições, entre as quais citamos a classe social, etnicidade, espacialidade, que se apresentam como impeditivos para muitos. Um problema que se impõe diante do alargamento das desigualdades sociais são implicações no nível de acesso à apropriação e produção da cultura.

Que ideias foram se formando e constituindo nossas concepções de educação ao longo da história? Que culturas produzimos e quais suas implicações na constituição das subjetividades humanas? Subjetividade como esse movimento permeado pelas dimensões de singularidades e coletividades constituídas nas relações humanas em seu mundo.

As elaborações sobre as concepções de humanos, de sociedade, de mundo são socialmente construídas durante o percurso histórico, nas relações com os outros e com o mundo. A educação tem como uma de suas intencionalidades a de tornar acessível o conhecimento produzido pelos humanos durante a história da humanidade. No entanto, esse processo nunca é total, existem restrições, escolhas delineadas pela cultura, pelas condições sociais, econômicas, espaciais, ideológicas, ambientais, pela sociedade e pelo mundo concreto.

É no decorrer da história de cada sociedade que são delineados os caminhos, intenções produzidas pelos humanos em sua temporalidade histórica relacionadas aos

processos educativos dentro e fora da escola. O que se pretende com tal educação? O que os discursos elucidam ou ocultam?

A educação no Brasil é constituída por desigualdades no acesso, na qualidade e no nível de escolaridade, sendo diferenciada para as diferentes classes sociais. Decorrente de intencionalidade para atender à sociedade dominante de cada tempo histórico. Já no Brasil Colônia havia uma educação marcadamente intencional, visto que se direcionavam a disseminação da língua portuguesa, da cultura e da religião católica, com propósito de dominação e exploração dos índios e das riquezas brasileiras. Assim, as relações entre educação e opressão se configuram como evidentes, como a abordagem utilizada pelos jesuítas para atingir tais propósitos. Já que uma das formas primordiais de dominação ocorre pela disseminação da língua. Na concepção de Paiva (2003, p.67):

Esta incipiente “educação dos adultos” foi, no entanto, ao lado e através da educação de crianças, decisiva “no progressivo abrandamento das resistências aborígenes e de suave, mas persistente penetração das barreiras étnicas e culturais, transformando ferozes antropófagos em cristãos submissos e obedientes”, facilitando o êxito da colonização, bem como a sedimentação dos padrões culturais europeus e da religião cristã no Brasil.

A educação advinda nos primórdios da colonização trouxe não apenas uma língua, mas valores, com uma moral religiosa eminentemente cristã, além do modelo de educação europeu com seu aparato pedagógico. No entanto, a intenção era proporcionar um processo educativo capaz de fazer com que os índios aceitassem trabalhar para os colonizadores, no intuito de transformá-los em escravos.

A educação se vincula ao percurso histórico em sua dimensão política, econômica, social produzida historicamente. As ideias, as ideologias, as concepções de cada tempo se incorporam aos valores, aos sentidos, às posturas, às atitudes, enfim, são produções culturais produzidas pelos próprios humanos. Isso marca os constitutivos culturais de cada época. Incorporam-se dimensões até então desconhecidas. Nessa época, os colonizadores realizaram estudos que contribuíram para atingir seus propósitos. Para tanto era preciso conhecer os sujeitos para controlar de forma eficiente.

A metrópole necessitava dominar e controlar os indígenas que viviam na colônia, para que dóceis, permitissem e colaborassem na exploração da terra conquistada. Nesse período, as ideias psicológicas produzidas, por representantes da igreja ou intelectuais orgânicos do sistema

português, tiveram marcas de controle. São estudos que versam sobre as características dos indígenas e as formas mais eficientes de controlá-los. (BOCK, 2003, p.16)

Os intelectuais nessa perspectiva – “orgânicos”, como conceitua Gramsci (1978) – atuam na construção de conhecimento para subsidiar as práticas de dominação necessárias ao poder que comandava naquele determinado tempo histórico, inclusive no campo das ideias psicológicas.

Os primeiros educadores oriundos da colônia foram os jesuítas, que comandaram a educação colonial por um período de 210 anos, entre 1549 a 1759, quando foram expulsos pelo Marques de Pombal. Porém, após este fato a educação passou por um período complexo, e só com a vinda da família real para o Brasil é que houve uma revigorada do campo educacional com a abertura dos cursos de medicina e direito, das academias militares e da biblioteca real.

Até o início do século XX a educação brasileira era de responsabilidade da igreja católica. Entretanto, os questionamentos foram se tornando evidentes. Por volta dos anos 20 do século passado o índice de analfabetismo era em torno de 80%. No período dos anos 1920-1930 houve questionamentos e críticas sobre a educação tradicional centrada no domínio do professor. No intuito de romper com esse modelo, ocorreu o movimento da escola nova, influenciado pelos ideais liberais trazidos pelos filhos das elites que estudavam no exterior. Segundo Aranha (2006, p.302), “os liberais democráticos eram simpatizantes da Escola Nova, e seus divulgadores estavam imbuídos da esperança de democratizar e transformar a sociedade por meio da escola”.

Essas ideias tinham como base o pensamento burguês, pautadas em ideais de igualdade, liberdade, democracia, do direito à propriedade, exercendo atração significativa para a população, pois não retratam as contradições que esse modelo produz. Para Paludo (2001, p.68), “o discurso ideológico hegemônico liberal, é como se não houvesse exploração do trabalhador, visto que todos os homens são naturalmente livres, iguais e proprietários”.

Essas ideias alimentavam um projeto de modernidade que só se concretizou posteriormente, com a ditadura militar, que objetivou um tipo de desenvolvimento econômico com o desencadeamento do projeto de modernização do país. A educação foi então planejada para atender a esse projeto de sociedade, que necessitava de pessoas que

dominassem os códigos da escrita para, entre outras funções, operacionalizar as máquinas da indústria capitalista. Entre outras modalidades, foi instituído o ensino técnico para formar trabalhadores para esse mercado. O liberalismo entende que é possível resolver os problemas sociais através da educação.

Não foram opções pela inclusão social qualificada e efetiva das classes subalternas. Vem aí uma das motivações da fé na educação como condição de universalidade do ideal republicano: ordem, progresso e cidadania para todos, valendo-se dos pressupostos liberais que são o individualismo, a liberdade, a igualdade, a propriedade, a segurança e uma nova concepção de justiça. O novo regime e a nova forma de produção que iam se conformando exigiam a escrita, e a burguesia emergente passou a exigir a instrução. Esperava-se, entretanto, que pela esfera da cultura, via a universalização da educação escolar, fosse resolvido o problema social. (PALUDO, 2001, p.77)

No entanto, as ideias e mudanças preconizadas pelo movimento da escola nova não intencionavam transformações estruturais na sociedade, mas uma mudança que possibilitasse o acesso à educação. O movimento construiu um documento público lançado em 1932, denominado *Manifesto dos Pioneiros da Educação*. Nele se defendia uma escola pública, gratuita, laica, com a responsabilidade do Estado brasileiro, tendo assinatura de 26 educadores, entre os quais, Anísio Teixeira¹⁶, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho.

Outro movimento de constituição histórica da educação brasileira foi o movimento de cultura popular, que visava ao acesso à cultura em todas as suas dimensões, voltada para as classes populares. O que veio a desembocar no movimento da educação popular. Por volta de 1963, a ideia era tornar acessível a cultura expressa nas músicas, no teatro, na dança, na educação, nas ideias, nas críticas para as camadas populares da sociedade. Uma educação que possibilitasse não apenas a apropriação de um conhecimento, mas que ao fazê-lo, as pessoas também se apropriassem de sua humanidade, ampliando seu universo de compreensão crítica sobre o mundo. E que essa apropriação fosse além, transformasse sua realidade social.

A constituição da educação popular deixou implicações metodológicas participativas, filosofias igualitárias e críticas, com um pensamento comprometido com as transformações, através da práxis social. Seu propósito sempre se pautou na superação de

¹⁶ Essas ideias foram influenciadas pelo pensamento pragmático do filósofo americano Dewey.

relações opressoras, na superação das desigualdades através do processo de libertação pelos sujeitos históricos com propósitos de transformação do mundo em que vivem.

Essa educação voltada às classes populares se concentrou inicialmente na alfabetização de adultos, que se configurava numa demanda urgente daquele momento histórico. Houve uma mobilização de pessoas e grupos populares a entrarem nessa atividade que se colocava como uma prioridade.

Durante o processo educativo as pessoas tomavam consciência do mundo em que viviam. Essa prática foi se desenvolvendo não só na sala de aula da escola formal, mas nos espaços educativos em que se constituíram os movimentos populares, nas comunidades eclesiais de base lideradas pela igreja católica, nos grupos de cultura popular. Foi a partir das diversas experiências desenvolvidas, como a de Angicos, no Rio Grande do Norte, em Pernambuco e em tantos outros lugares, inspiradas numa perspectiva de humano, de sociedade e de mundo que se apresentava como utopia, mas que se efetivava em uma práxis popular.

O intuito do movimento era não apenas tornar acessível a leitura e a escrita, mas que através da leitura crítica do mundo os trabalhadores e trabalhadoras se libertassem e transformassem sua realidade concreta. Sua intencionalidade era a sociabilização da cultura desencadeada pelo acesso à educação, às artes, à música, ao teatro.

Diversos educadores, tendo em Paulo Freire seu maior destaque e liderança, com parceiros como Carlos Brandão, Osmar Fávero e tantos outros se envolveram nesse propósito. Esse movimento de esperança de transformação da sociedade que foi violentado pela repressão da ditadura militar, que tentou romper com a força da violência ideológica, psicológica, física. O golpe militar limitou a possibilidade de socialização do conhecimento voltada às classes populares e a democratização da sociedade. Para Paludo (2001, p.96) o golpe de 1964 não abortou somente este movimento de educação. Abortou a possibilidade de uma orientação democrática e inclusiva de desenvolvimento.

A história da educação brasileira poderia ter outros percursos, outras significações, entretanto, a violência rompeu toda uma trajetória. Feriu todas as liberdades e provocou danos no povo brasileiro, na organização da sociedade, na política, na educação e em nossas subjetividades. Essa mudança histórica provocou mudanças que exerceram papel significativo na história da educação e do Brasil.

Após 1964 manifesta-se o discurso da “racionalização”, adequado às forças triunfantes da tecno-burocracia militar. Ao nível da educação, fundamenta-se na teoria do Capital Humano, procurando adaptar o aparelho escolar às novas exigências político-ideológicas: Reforma Universitária (1968) e Reforma do Ensino de 1º e 2º graus (1971). De certo modo a questão das relações entre trabalho e educação vem à cena através da Lei 5.692/71, que tinha o objetivo proclamado de profissionalização do ensino médio, da qualificação do trabalho. (PALUDO, 2001, p.99)

Essas mudanças vão direcionar a priorização pela qual segue o sistema educacional brasileiro, destacando-se sua burocratização e fragmentação. Ensino para formar capital humano voltado a atender as necessidades do sistema, com ensino superior para as classes elevadas e ensino médio para qualificar os filhos de trabalhadores para atender novas demandas do processo de modernização. Para subsidiar as ideias educacionais, segundo Cunha (2008, p.56) no Brasil, o comportamentalismo esteve em voga justamente no período áureo da ditadura militar. Além de que é instaurado um processo de controle direcionado às instituições de ensino com o objetivo ideológico de direcionar a educação para adaptação dos sujeitos aos novos moldes que o poder exigia.

A universidade passou a ser o principal ponto a ser mudado no sistema educacional. Em menos de dois meses uma comissão de especialistas, formada por educadores estadunidenses e brasileiros conservadores, elaboraram um projeto de reestruturação profunda das instituições de ensino superior no país, nos mesmos moldes do sistema universitário dos EUA. (CERQUEIRA, p.92, 2004)

Dentre outras atitudes, o regime militar foi minando as formas de fazer processos educativos nas instituições públicas de ensino, limitando assim as construções democráticas reivindicadas pelos que defendiam o acesso à educação pública com liberdade de expressão, pensamentos e críticas.

Como invenção dos humanos, a educação permite que a cultura seja apropriada pela espécie durante a existência histórica da humanidade. Possibilita tornar acessível a cultura às gerações subsequentes, apresenta-se como uma invenção das mais significativas nos processos de humanização, tendo em vista que não se limita à aquisição de conteúdos, mas de alargamento das possibilidades humanas, seja qual for o tipo de cultura que esteja acessível a uma determinada sociedade.

Através dela as invenções se organizam, fundamentam-se, modificam o mundo e contribuem para as transformações da sociedade, assim como também a sociedade transpõe

seus ideais para escola. Isso só é possível pela intervenção dos humanos frente à natureza, às suas criações, o que se dá na relação com o outro e o mundo, num movimento que envolve dimensões subjetivas e de concretude do mundo material.

A educação como criação cultural da humanidade se coloca como uma das formas de tornar a cultura acessível. De acordo com Vieira Pinto (1979, p. 135), cultura “é simultaneamente operação inteligente exercida no mundo material e ideação operatória na esfera do pensamento”. Incluindo as ideias, os bens materiais, os bens de consumo e os bens de produção. Entretanto, sua apropriação não é igualitária para todos os humanos. O próprio processo metodológico pode se utilizar de mecanismos de opressão, de exploração, de injustiças, de desigualdades de acesso que podem ser encontrados no próprio fazer educativo. Através da educação são disseminadas concepções intencionais que se naturalizam como possibilidade educativa, considerando as demandas geradas no tempo histórico pelo tipo de sociedade que domina o político, o econômico e o ideológico.

Esta visão mercantilista se acentua especialmente a partir do projeto educacional ao longo da ditadura civil-militar na década de 1960. Não por acaso que incorporou-se no discurso educacional a ideologia do capital humano. Cria-se na sociedade um imaginário de que a escola pública básica não é um direito social, mas um espaço onde, especialmente os filhos da classe trabalhadora, vão desenvolver na escola um “capital” que será moeda de troca no mercado. Este ideário se maximiza num contexto de hiperindividualismo sob a doutrina neoliberal, agora com novas roupagens de pedagogia das competências que prepara para empregabilidade e empreendedorismo. (FRIGOTTO, 2011, p.17)

Problemas referentes a injustiças sociais, desigualdades, opressão e até mesmo de analfabetismo - que já era para ter sido superado - ainda insistem em provocar nossas indignações. Brandão (2002, p.179) traz uma reflexão a respeito da educação contemporânea pautada nos princípios da competitividade, do individualismo, da concorrência e do sucesso pessoal. Em sua concepção, “vemos a nossa volta um crescente ameaçador de estilo de educação escolar voltados a criar atores sociais profundamente competitivos, individualistas e voltados a um projeto de realização de suas vidas através da concorrência e da busca de ‘sucesso’”.

Essa concepção mercadológica na educação atrelada a ideias neoliberais coloca a educação à venda como outra mercadoria qualquer, além de o propósito atender aos objetivos do mercado. A educação vira mercadoria que serve para contribuir com os

interesses econômicos dominantes. O que se coloca como uma ameaça ao saber, à criação, às liberdades, aos pensares, às críticas, às ideias, às filosofias, aos devaneios e às adequações às pesquisas direcionadas às exigências do mercado.

Logo, a educação passa a atender dois propósitos: primeiro, a própria vira mercadoria valorizada e estimulada a ser consumida. Educação privada, paga por aqueles que desejam qualificação para o mercado de trabalho. E, segundo, geradora de formação de sujeitos que atendem às demandas de mercado.

A educação pode contribuir para formar cidadãos que atendam aos ideais liberais de liberdade, democracia e respeito às individualidades. A propriedade privada toma forma na atratividade que desperta a todos que desejam uma sociedade livre e democrática, mas que não aponta para os grandes problemas sociais pelos quais passam a humanidade. Podemos citar em especial a fome, a desigualdade, as injustiças sociais, os problemas ambientais, entre tantos outros. Assim, é imprescindível que a educação esteja vinculada às questões da vida e da sociedade.

E como estamos abordando a educação como algo que vai além dos muros das escolas, as ideias e práticas permeiam todos os campos em que haja a presença dos humanos. Porém, a escola não deixa de ser um lugar privilegiado de disseminação do pensamento, no entanto, a origem das concepções e interesses nem sempre são perceptíveis. Para Patto (2003, p.350), eis a via da naturalização da desigualdade que tem origem na maneira como a sociedade se estrutura, mas é lida como diferença biológica ou psicológica de aptidão intelectual entre grupos e indivíduos.

Nenhum conhecimento é construído desvinculado de interesses neutros, as investigações existem para atender a determinadas demandas, quer sejam claras ou não num primeiro momento. Entretanto, a educação pode produzir relações mais humanas, contribuir com o pensamento reflexivo crítico, sobre o próprio fazer, sobre sua própria produção, sobre o mundo que os cercam. É um ato não apenas de apropriação, mas de produção, de criação e de recriação. Ao entrar em contato com o saber produzido, os humanos se utilizam desse saber, e em suas formas inventivas podem se interessar e serem capazes de produzir outros saberes que também servirão não apenas para o presente, mas para outras gerações.

3.1 EDUCAÇÃO POPULAR: SUJEITO E SUBJETIVIDADE

A educação popular carrega consigo princípios teóricos, metodológicos, filosóficos que visam à emancipação dos sujeitos. Tem em seus pressupostos o desafio da transformação de realidades opressoras, injustas e desiguais socialmente. Tem como intencionalidade a transformação dos sujeitos e do mundo. Os processos educativos permanentes desenvolvidos por movimentos que lutam pela emancipação humana favorecem proposições de sujeitos atuantes na luta humana não pela superação do outro, mas por sua própria superação enquanto sujeito (SILVA, 2008).

Esse tipo de educação favorece as classes populares a evidenciarem possibilidades para o enfrentamento de realidades desafiadoras do sistema capitalista. No caso da construção de uma alternativa de economia solidária popular, dentro de uma sociedade em que prevalecem princípios individualistas, competitivos, tendo o lucro como prioridade, a educação popular se faz imprescindível, tendo em vista a construção de outra lógica, fundada em princípios éticos de solidariedade, equidade, cooperação e autogestão.

A práxis educativa permanente desenvolvida por movimentos populares que lutam pela emancipação humana favorece proposições de sujeitos atuantes na luta humana por sua própria superação enquanto sujeitos numa aproximação crítica, teórica e prática em permanente relação. Para Freire (1977), a práxis na qual a ação e a reflexão solidárias se iluminam constante e mutuamente, na qual a prática, implicando na teoria da qual não se separa, implica também numa postura de quem busca o saber, e não de quem passivamente o recebe, de forma bancária.

A educação popular tem como perspectiva processos educativos que proporcionem a ampliação do universo do sujeito na afirmação da sua autonomia, numa perspectiva de libertação, assim como a construção de uma práxis educativa de íntima relação entre conhecimento prático e teórico. Para Calado (2008, p.231): “Educação popular como processo formativo permanente – tendo em vista o seu caráter sabidamente inconcluso dos humanos (Freire), seu processo de humanização e estende-se ao longo de sua vida, de modo ininterrupto”.

A partir de uma metodologia que envolve o diálogo, a educação popular possibilita a problematização da realidade, questiona pelo confronto a diversidade de saberes postos, buscando um saber maior e melhor, mais elaborado, em que todos os participantes tenham

a possibilidade de compartilhar os diversos saberes. Essa educação carrega consigo a possibilidade de potencializar esses saberes, o desenvolvimento das capacidades humanas no intuito de transformação das pessoas e do mundo.

Educação popular parte da realidade do sujeito e das problemáticas enfrentadas, no entanto, não significa que devamos nos limitar à realidade, mas dela partir numa perspectiva de superação, de elevação cultural dos sujeitos. Não obstante, é um equívoco pensar que a educação popular se restringe a falar em torno da realidade local, limitando-se a ela, visto que visa sempre a um exercício de superação das determinações sociais, culturais, psicológicas, políticas. Exige uma preparação na sua prática, um educador precisa se preparar para exercer tal exercício, mesmo que seja no meio popular. Freire (1996, p.26) destaca saberes fundamentais para educação, para educadores críticos e tradicionais, entre os quais, a necessidade de criticidade, de pesquisa, rigorosidade metódica: “[...] nas condições de verdadeira aprendizagem os educando vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo”.

A organização hegemônica da sociedade tem priorizado o desenvolvimento econômico capitalista na sua modalidade mais perversa, com impactos danosos para a humanidade e o ambiente. Suas indicações se evidenciam através da miséria, do desemprego, da violência, das guerras, das catástrofes ambientais. Porém, a naturalização de tais questões pode ser um impeditivo à crítica e oculta que esse desenvolvimento prioriza uma parcela da sociedade que se beneficia dos seus privilégios, sem ser afetada diretamente por seus danos.

As alternativas têm se demonstrado diferentes da visão de humano alimentada pelo neoliberalismo, que deseja um humano subserviente às suas ideias, aprisionado à lógica da competição em todos os espaços da vida. E o que resta àqueles que não se enquadram nesse modelo, os excluídos e marginalizados? A ideia é que continuem sonhando com a ilusão de outra realidade que pode ocorrer a qualquer momento, porém, não conseguem perceber a construção histórica da realidade.

Para Anderson (2007, p. 379) as ideias constam nas grandes transformações e, reportando-se ao iluminismo, ao marxismo e ao neoliberalismo, afirma: “Em cada caso se desenvolveu um sistema de ideias, com alto grau de sofisticação, em condições de isolamento inicial do – e tensão com – entorno político circundante e com pouca ou

nenhuma esperança de influência imediata”. O acúmulo do conhecimento produzido socialmente em função das classes populares, mesmo em condições adversas de inibição das grandes transformações sociais e dos movimentos de luta é enfatizado pelo autor através do exemplo do movimento dos zapatistas e o Fórum Social Mundial como referenciais para aqueles que vislumbram a reinvenção das ideias libertárias. Entretanto, nessa perspectiva de construção do exercício da autonomia, da emancipação não é uma conquista isolada, mas social.

[...] o grupo não é mais considerado como dicotômico em relação ao indivíduo (indivíduo sozinho X indivíduo em grupo), mas sim uma condição necessária para conhecer as determinações sociais que agem sobre o indivíduo, bem como a sua ação como sujeito histórico, partindo do pressuposto de que toda ação transformadora da sociedade só pode ocorrer quando indivíduos se agrupam. (LANE, 1995, p.78)

No entanto, as concepções dominantes propagam suas ideias fundadas nos ideais do neoliberalismo, com seu êxito ideológico, especialmente no tocante à “falta de alternativas visíveis” de superação do capitalismo, mesmo num momento reconhecidamente de crise do capital mundial. O discurso hegemônico não questiona a crise como sendo do sistema capitalista, mas como se fosse algo alheio à sua constituição, “a crise é dos mercados”.

Entretanto, trabalhos com os excluídos, com as classes populares não significa necessariamente um trabalho emancipador. A educação emancipadora requer uma práxis que eleve os sujeitos a sentirem e expressarem a possibilidade de ir além das situações aparentemente determinadas pelas condições materiais, culturais, intelectuais, emocionais.

Segundo Brandão (2002, p.181), pessoas que, desde o lugar de chão dos excluídos a que foram condenadas, acreditem com seus educadores que a educação não muda o mundo. Mas que ela muda pessoas. E que pessoas transformam os seus mundos. Essa concepção remete à produção de subjetividade vinculada à educação, segundo a qual os humanos transformam suas ideias e sua atuação no mundo num processo dialético.

Todavia, nesse movimento existe uma complexidade tal que ultrapassa as explicações deterministas simples de causa e efeito. O que na prática não ocorre tão objetivamente, a consciência não é tão linear o quanto parece num primeiro momento que a conscientização necessariamente levaria a uma transformação, mas a transformação humana que envolve dimensões para além da racionalidade.

E a educação popular, como outras formas de educação, tem uma intencionalidade. A diferença é que nessa educação as intenções se tornam evidentes: transformar a realidade social e elevação das classes populares. A realidade social se remete diretamente aos propósitos de uma educação em cada tempo histórico. Porém, isso não significa que a intervenção opressora conseguiu cortar as utopias dos que pensavam numa educação e numa sociedade diferente. Muitos educadores continuaram e continuam a desejar e construir uma educação que sirva aos propósitos libertários.

A concepção histórica da educação popular passou por euforia, sonho, utopia, por opressão e vem se configurando em uma educação que apresenta princípios teóricos, filosóficos e metodológicos, o que amplia a responsabilidade das pesquisas que venham fundamentar sua radicalidade, (num sentido de raiz) seu campo teórico-metodológico. Porém, isso é um caminho de construção permanente que demanda toda a práxis da educação popular. A historicidade se faz necessária para compreensão de que é possível pensarmos num mundo em transformação.

É o saber da história como possibilidade e não como determinação. O mundo é. O mundo está sendo. Como subjetividade curiosa, inteligente, interferidora na objetividade com que a dialeticamente me relaciono, meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre, mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências. (FREIRE 1996, P. 76).

A perspectiva da educação popular se configura numa educação que se diferencia por carregar consigo princípios éticos específicos que sustentam sua base teórica e metodológica. Não é qualquer tipo de educação que pode ser chamada de educação popular. Já tivemos momentos históricos em que a educação era voltada para o povo que não sabia ler nem escrever, no entanto, era uma educação pautada no autoritarismo e na opressão, como na época da ditadura militar no Brasil, isso num tempo histórico muito próximo e que ainda sinaliza nas práticas educativas contemporâneas.

A educação pode se dizer popular, entretanto utilizar posturas opressoras, naturalizando as relações de desigualdades tão presentes nas sociedades como a nossa. Assim, a educação pode contribuir para manutenção das pessoas na posição determinada pelas condições sociais que está submetida a viver. Estaria a educação sujeita a manter a ordem social para a manutenção da sociedade?

A educação assim pode servir para alguns que desejam a continuidade da organização da sociedade como ela está seguindo essa mesma lógica. Porém, essa

educação não serve para aqueles que se encontram em situações de vulnerabilidade social, que não têm acesso aos bens culturais.

De acordo com o pensamento de Frei Beto, essa opção pelas classes populares não se dá porque elas sejam melhores ou piores que as outras, mas porque se encontram numa situação desfavorável decorrente de todas as faltas ou precariedades das condições socialmente determinadas: seja da escola, do trabalho, da saúde, do lazer, dos afetos, da moradia, do ambiente em que se vive. Não é uma questão de escolha, mas decorre de uma construção sócio-histórica. Por isso, a educação popular tem uma intencionalidade: favorecer as classes populares, não porque sejam pessoas melhores, mas porque estão desapropriados do acesso à cultura produzida pela humanidade. Isso não significa que outras concepções de educação não tenham, mas a diferença é que ela procura explicitar essa intencionalidade.

Eminentemente, a educação popular procura evidenciar uma humanidade mais sensível aos problemas sociais, sua intenção se perfaz no desejo de transformação das pessoas e do mundo. Mulheres e homens se relacionando através de um tipo de educação que busca tornar as relações mais humanas, de forma que ao atuarem no mundo de forma crítica, possam também exercer relações mais próximas da equidade social.

Nesta perspectiva de educação se reconhecem as determinações sociais, nas quais os sujeitos humanos estão inseridos, mas também suas possibilidades de intervenção e superação em seu contexto. Entende que a educação não tem o poder de modificar as estruturas sociais, mas reconhece sua função imprescindível de práxis que ocorre nas transformações dos sujeitos e da sociedade. De forma que a aprendizagem não se refere a aspectos isolados do indivíduo, desconectada do humano em sua totalidade, de tal forma que as aprendizagens vão repercutir não apenas nas dimensões intelectivas, mas na constituição do sujeito.

É uma educação de processo e não de produtos acabados, e nesse percurso os humanos produzem e são produzidos. Sua intencionalidade é uma educação crítica, com sujeitos humanos críticos que pensem sobre o mundo em que vivem em sua complexidade, na intenção de uma transformação. A educação popular é eminentemente de práxis educativa que reconhece as dimensões pertinentes das concepções teóricas que implicam no movimento da prática. Podemos conceber essa categoria como base na teoria da educação popular, uma educação da práxis.

O objetivo da educação não se restringe ao letramento ou à aquisição de técnicas, mesmo considerando o domínio das técnicas, das tecnologias como imprescindíveis à estratégia de enfrentamento do mundo pelas classes populares. Um educador popular, por exemplo, precisa pesquisar o conhecimento que se propõe a coletivizar. A pedagogia de Freire aponta em seu legado algo que tem uma significação histórica na educação, eleva aquele que está em situação desfavorável socialmente: o oprimido, o trabalhador, o pobre, o excluído, enfim, a classe trabalhadora, as classes populares, os movimentos sociais populares, os grupos sociais, entre tantos. Abre espaço para que, através da educação, todos e todas tenham voz, sendo reconhecidos enquanto sujeitos do conhecimento.

Então, um educador popular não é um sujeito que gira apenas em torno da realidade, como se designam algumas críticas, mas se reconhece como um sujeito que, ao se dar conta da realidade, percebe que precisa se instrumentalizar do saber para elevar a cultura dos sujeitos envolvidos no processo. Portanto, é reconhecida a necessária apropriação do conhecimento socialmente produzido pelas classes populares, até porque precisam estar munidas de conhecimento para enfrentar os desafios da condição de opressão, desigualdade e vulnerabilidade social.

Ao se relacionarem dentro ou fora do espaço escolar, os humanos não só se apropriam do conhecimento, o que é também fundamental, mas ao se apropriarem, também produzem uma energia, um conhecimento para além daquilo que se encontrava num primeiro momento.

Freire (1996, p.91) também evidencia a importância dessa possibilidade da educação em *Pedagogia da Autonomia*: “ensinar é uma especificidade humana”. Como especificidade humana, a educação possibilita processos de aprendizagens que, para esses teóricos, diferentemente de uma visão comportamentalista, behaviorista, a educação ocorre como processo e não como produto. Nessa perspectiva, a aprendizagem alarga as possibilidades de desenvolvimento das dimensões humanas, de suas subjetividades, de produção de cultura.

A educação escolar em sua tradição privilegia o conhecimento científico como verdade inquestionável, considerando o conhecimento popular desqualificado, a exemplo das abordagens positivistas, behavioristas que tiveram seu ápice por volta dos anos de 1950. Compreender a constituição das subjetividades humanas se faz significativo na organização de projetos sociais e individuais na sociedade contemporânea?

3.2 A SUBJETIVIDADE HUMANA E A EDUCAÇÃO

Neste momento trazemos para a discussão a compreensão da psicologia educacional em seus aspectos históricos e teóricos. Primeiro, as dimensões históricas, depois, as dimensões teóricas e, por último, uma síntese dos desdobramentos atuais entre educação e psicologia.

Partiremos do pressuposto de que uma psicologia educacional crítica pode contribuir para autonomia dos humanos nos seus processos educacionais. A psicologia educacional numa versão crítica pode contribuir para sinalizar repercussões emancipatórias dos humanos no seu processo educativo. Duas questões polemizam a ideia de psicologia da educação, a primeira que esta consiste na aplicabilidade do conhecimento da psicologia à educação; e a segunda que a psicologia da educação é um campo de conhecimento psicológico em torno do âmbito educacional.

A psicologia educacional polemiza suas discussões em torno da ideia da psicologia da educação como campo de investigação, de produção e de aplicação do conhecimento entre a educação e a psicologia. Busca se fundamentar em teorias que apontam como característica a diversidade de ideias, de metodologias, de bases filosóficas, no entanto, compartilham da ideia de aplicabilidade em seu conhecimento.

A psicologia educacional em sua dimensão histórica passa de uma psicologia geral aplicada à educação para uma psicologia educacional que tem nas suas preocupações essenciais compreender as dimensões que permeiam a educação e contribuir para o desenvolvimento desse campo.

A psicologia educacional alarga o seu campo de atuação para compreensão os processos educacionais não apenas na educação formal, mas para onde quer que ocorra a educação, seja em movimentos sociais, ONGs, comunidades, grupos, postos de saúde, hospitais. O pressuposto básico é que existam humanos em processos educativos. Então, a psicologia educacional é muito mais ampla e complexa do que o conhecimento psicológico aplicado aos problemas da escola. Inclui a escola, mas não se limita aos muros, mas abre possibilidades educativas para além da escola.

Outra questão que não podemos negligenciar é o papel social que a educação tem em torno das questões sociais que nos circundam. Tanto a educação como a psicologia da educação como uma de suas fundamentações servem para elevar a cultura de uma

sociedade. A educação como uma das formas que os humanos criaram para se apropriarem, socializarem e criarem cultura.

Para Pinto (1979), a cultura como produção humana construída ao longo da história da humanidade se apresenta nas ideações, na esfera do pensamento e nos artefatos concretos, mas esses bens culturais não estão acessíveis de forma igualitária para todos. E essas desigualdades se alargam em relação às classes populares que estiveram sempre em desvantagens sociais, culturais, econômicas, espaciais. Nesse sentido, existe uma lacuna histórica na socialização da cultura em relação às classes populares.

A partir dessas proposições retomamos a ideia da psicologia educacional nessa perspectiva de que as pessoas, ao entrarem em contato com a educação, na relação com o outro, possam se reconhecer como sujeitos que dão sentido e direção à sua própria história, reconhecendo suas potencialidades enquanto humanos. É na interação com o outro, numa perspectiva de cooperação, de solidariedade, de autonomia que podemos pensar a possibilidade de o humano ir além dos condicionantes sociais, reconhecer-se enquanto ser sócio-histórico com possibilidades de transformação.

Para Vygotsky (1998) o que diferencia o humano dos animais é a possibilidade de transformar a natureza em função de suas necessidades. Os animais dispõem de uma inteligência prática presa à sua gênese biológica, instintiva, enquanto os humanos têm a possibilidade de projetar, planejar e transformar no curso da ação este mesmo projeto, e assim aos próprios humanos. Transformam-se não só a natureza enquanto meio, mas o próprio humano que vai do biológico para sociocultural, mas não se desvincula do biológico.

Podem assim se reconhecerem em condições específicas, podendo alargar as mesmas. A psicologia educacional crítica poderá contribuir com a formação de educadores críticos e com suas práticas educativas dentro e fora da escola, nessa perseguição contínua daqueles que vislumbram um mundo mais justo socialmente, mais humano.

Assim, retomando à ideia inicial, a psicologia educacional numa versão crítica pode contribuir para sinalizar repercussões dos humanos no seu processo educativo, seja na escola formal ou em outros espaços educativos. Porém, as diferentes vertentes da psicologia têm dimensões diferenciadas de humano e de educação. A seguir, traremos algumas concepções que podem contribuir para as diferenciações da constituição do sujeito.

3.3 DIMENSÕES PSICOLÓGICAS DA CONSTITUIÇÃO DOS SUJEITOS

As abordagens psicológicas tratam a constituição do sujeito de formas bem diferenciadas, de acordo com suas diferentes concepções. Nosso objetivo nesse momento é elencar diferenciações apresentadas em diferentes teorias psicológicas. Mesmo com as polêmicas em torno do objeto da psicologia, inclusive no que se refere à psicanálise, pois se estaria nesse campo por ela ter como objeto o inconsciente e não o comportamento. Optamos em trazê-la como uma das bases teóricas do campo de estudo da psicologia para visualizar possíveis pistas que possam contribuir em nossas argumentações referentes à constituição da subjetividade e do sujeito. Para tanto, longe de dar conta de todo o campo teórico epistemológico, traremos algumas indagações pertinentes ao nosso atual campo de investigação, situando a discussão em torno do sujeito e a da subjetividade.

De acordo com a versão comportamentalista baseada em autores como o russo Pavlov (1849-1936) e estadunidenses como Watson (1878-1958) e Skinner (1904-1990), o behaviorismo ganha espaço. Teve e tem um papel significativo no campo da educação. Essa concepção teórica buscou transpor os fundamentos do método científico das ciências da natureza para a psicologia e, conseqüentemente, para a educação. Nesse panorama, só teria validade o que pudesse ser observado nesse molde experimental (e estatístico) de comprovação científica. No entanto, a base de investigação era o comportamento manifesto, deixando os processos de subjetivação que poderiam então invalidar a cientificidade do conhecimento. Subjetividade seriam abstrações que não teriam nenhum valor científico, e para a educação valeria exclusivamente aquilo que pode ser observado e objetivamente comprovado. Assim, as notas, os reforços, as motivações, as punições, os condicionamentos (clássico e operante) são elementos que constituem essas abordagens e que ainda se evidenciam no cenário educativo.

O comportamentalismo, na forma de uma psicologia diferencial e psicométrica, teve importância fundamental já na I Guerra Mundial, na seleção das habilidades dos soldados destinados aos campos. A abordagem comportamentalista se fundamenta nas ideias positivistas que preconizam a predominância de uma dada forma de razão, da objetividade empiricamente observável. O que interessa são os comportamentos emitidos pelos indivíduos e definidos operacionalmente, os quais podem ser observados empiricamente. Suas bases filosóficas preconizam a razão como fundamento da existência

humana. De acordo com o positivismo o que diferencia o humano dos animais é a razão. Para Descartes (2006, p.29):

Algumas vezes, desejei possuir o pensamento rápido ou a imaginação tão clara e distinta, ou a memória tão ampla e vivaz como a de outras pessoas. E que eu não conheço outras qualidades senão estas, capazes de contribuir para perfeição do espírito, pois quanto à razão, ou o sentido, sendo a única coisa que nos torna seres humanos e nos distingue dos animais.

Essa versão deixa clara a prevalência da razão na descrição dos humanos. Para este filósofo seu método era uma forma de conduzir à verdade, que não podia ser vista por mais ou menos, mas de forma clara. Para tanto, preconizava a observação da realidade em que o intelectual deve basear em tempos de contemplação e trabalho.

Para Pavlov (1984, p.14), sobre a discussão do método como forma de apreensão:

De fato, apenas uma coisa na vida tem um interesse verdadeiro - nossa experiência psíquica. Mas o seu mecanismo foi e permanece ainda coberto de mistérios. Todos os recursos humanos - arte religião, literatura, filosofia, e ciência histórica - se combinaram para dá luz a escuridão. O homem tem a sua disposição ainda outro recurso poderoso - a ciência natural com seus métodos estritamente objetivos. Essa ciência, como todos sabemos, está fazendo grandes avanços todos os dias.

Como era de se esperar o comportamentalismo busca seus fundamentos estritamente através do método experimental pertinente às ciências naturais, buscando a compreensão humana através de resultados obtidos através da observação, inclusive de outros animais, como é o caso clássico dos experimentos desenvolvidos por Pavlov, depois por Skinner. O comportamentalismo esteve ligado ao tecnicismo: “no Brasil, o comportamentalismo esteve em voga justamente no período áureo da ditadura militar instalada em 1964” (CUNHA, 2008, p.59).

Entretanto, não é nosso intuito dar conta de todas as teorias, então, optamos em trazer fragmentos da psicanálise clássica a partir de Freud e da psicologia sócio-histórica através dos trabalhos de Vygotsky. Nenhuma teoria pode ser desvincilhada do percurso histórico em que se desenvolveu, logo, buscaremos trazer algumas dimensões históricas que vinham ocorrendo durante o desenvolvimento das referidas teorias.

A teoria psicanalítica, fundada no final do século XIX e início do século XX a partir da obra de Sigmund Freud (1856-1939) apresenta polêmicas que, um século depois, ainda provocam discussões. Dentre as quais, a ideia de que a sexualidade se inicia desde os primeiros dias de vida infantil, nas primeiras relações que se estabelece com a mãe, além de defender que os humanos são movidos por uma energia libidinal que impulsiona o indivíduo, sendo canalizada através do processo de sublimação para diversas dimensões da vida como a cultura, a arte, o trabalho ou outras formas de realização. Porém, a fonte de energia é eminentemente sexual.

Há concepções defendidas por Freud (1996) de que o homem não tem inteiro domínio consciente sobre si mesmo, pois existem instâncias inconscientes que comandam a nossa existência. O que nos impulsiona é o desejo, somos movidos pelo desejo. E mesmo esse desejo, sendo originalmente da ordem da sexualidade, tende a mover nossa vida durante toda nossa existência. Entretanto, a nossa formação psicosssexual se dá nas primeiras fases de desenvolvimento da criança, dependendo das relações que são estabelecidas com os nossos pais ou substitutos. Dessa forma, a criança se fixa em uma das fases de desenvolvimento psicosssexual, podendo desenvolver neuroses que terão desdobramento subsequente. Posteriormente, tendemos a repetir nossas neuroses em situações que nos remetem a sinalizações da infância.

Na perspectiva freudiana, estamos presos a um passado que permanece conosco e que define a maneira como lidamos com o mundo e com os outros. Depende não daquilo que ocorre na realidade, mas da forma como percebemos essas relações que decorrem de relações anteriormente vivenciadas e transferidas para a situação atual.

A psicanálise nos mostrou que as atitudes emocionais para com as outras pessoas que são de tão extrema importância para seu comportamento posterior, já estão estabelecidas numa idade surpreendentemente precoce. A natureza e a qualidade das relações da criança com as pessoas de seu próprio sexo e do sexo oposto, já foi firmada nos primeiros seis anos de sua vida. Ela pode posteriormente desenvolvê-la ou transformá-la em certas direções mas não pode mais se livrar delas. (FREUD, 1996, p.248)

Para tanto, Freud (Idem) pensa o desenvolvimento a partir de fases de desenvolvimento psicosssexual do sujeito, denominadas fase oral, anal, fálica, período de latência e fase genital.

O conceito de inconsciente é central para a abordagem psicanalítica e remete a uma dimensão que não é de domínio consciente do sujeito, visto que nem o próprio se dá conta das elucubrações às quais está ligado inconscientemente. De acordo com a teoria em questão, os humanos não têm domínio dos próprios desejos. E o inconsciente se manifesta através de representações, sonhos, lapsos.

Contrariamente ao positivismo, Freud sinaliza para existência de um aparelho psíquico que traz dimensões que vão além da razão, logo, os humanos apresentam dimensões inconscientes que estariam presentes na vida e que direcionam as ações. Os humanos não teriam domínio racional sobre si mesmos, pois desconhecem aquilo que provoca a realização de determinadas atividades, do desejo de ir em determinadas direções que podem estar contrárias ao racional. Isso se apresentou como uma ferida narcísica para humanidade, pois não somos donos de nossa própria vontade consciente, movidos pelos desejos inconscientes.

Alguns teóricos tentaram fazer uma relação entre a teoria psicanalítica de Freud e o marxismo, entre os quais podemos destacar na Alemanha Wilhelm Reich (1897-1957), Erick Fromm e os pensadores da escola crítica como Marcuse. Reich foi um revolucionário no campo da psicologia e defendia que era na sociedade e nas relações patriarcais que as neuroses eram formadas.

[...] cada organização social produz as estruturas de caráter de que necessita para existir. Na sociedade de classes, a classe dominante existente assegura seu domínio com o auxílio da educação e da instituição da família, tornando suas ideologias dominantes de todos os membros da sociedade. (REICH, 1995, p.4)

Todo grupo que esteja no poder se encarregará de alimentar ideologicamente os seus interesses em todas as instituições e entidades possíveis. No entanto, nenhum poder, por mais autoritário que seja, dominará completamente uma sociedade, porém, tentará carregar suas ideias, desejos, abstrações a todas as instâncias possíveis.

Entretanto, é a capacidade de criticidade que polemiza dialeticamente as significações da realidade. Isso significa que em cada momento histórico se constituem sujeitos humanos com peculiaridades do seu tempo histórico, de acordo com a sociedade vigente, considerando as devidas ideologias presentes e dominantes em sua organização, não apenas econômica, mas social, subjetiva, afetiva, singular, ambiental.

A psicologia sócio-histórica tem suas raízes no pensamento de Lev Semenovitch Vygotsky¹⁷ (1896-1934), que nasceu na atual República da Bielorrússia, que fora integrada à antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Viveu em um período de rupturas e transformações profundas na sociedade, com a revolução de 1917. Elaborou suas concepções num período pós-revolucionário, em que era proeminente responder aos problemas de seu tempo histórico. Além da conjuntura da sociedade, em termos tão singulares, o autor vinha de ambiente familiar instigante ao desenvolvimento intelectual, com acesso a tutor, biblioteca particular e grupo de estudo. Teve acesso não só à literatura russa, mas à teoria desenvolvida de outros países e continentes, visto que dominava outros idiomas.

Vygotsky transitava em diversas áreas do conhecimento, entre as quais destacava-se a medicina, filosofia, literatura, artes, pedologia, educação. Teve acesso aos escritos de Piaget¹⁸, Freud e outros grandes teóricos, elaborando sobre eles uma crítica ao seu pensamento. Teve também influência do pensamento marxista, construindo suas concepções a partir dos pressupostos teóricos do materialismo histórico e dialético. Em seus trabalhos teve como colaboradores que mais se destacaram os pesquisadores Lúria e Leontiev.

3.4 EM BUSCA DE PISTAS SOBRE A CONSTRUÇÃO SUBJETIVA

Partimos do pressuposto de que homens e mulheres, ao se relacionarem movidos pela necessidade, com um projeto coletivo, objetivos em comum, permeados pela educação popular dialógica, transformam a realidade e também suas subjetividades. Esse processo pode produzir relações de autonomia e emancipação. Como os humanos produzem subjetividades e se constituem enquanto sujeitos? A transformação não se restringe a objetos concretos modificados pela ação humana, mas é na atividade que os humanos vão se modificando. Como o humano se constitui?

Nossa intenção é a de compreender o humano em sua constituição no decorrer de sua história. Para tanto é preciso considerar o humano em suas especificidades. O que diferencia os humanos das outras espécies animais? A essa questão já se debruçaram

¹⁷ O pensamento de Vygotsky tem suas bases a influência das ideias marxistas.

¹⁸ Piaget viveu muito mais tempo e Vygotsky, portanto, exerceu uma crítica a um período específico.

diversos cientistas, pensadores, filósofos. Para os marxistas o que nos diferencia dos outros animais é nossa capacidade de transformar a natureza através do trabalho, dialeticamente transformando a si próprios. O humano projeta mentalmente, de forma intencional, a trajetória que pretende percorrer para produzir determinado artefato. É capaz de refletir sobre o planejado em pleno curso e, se assim entender, interromper o processo e modificá-lo.

O que não ocorre com outros animais que estão presos e determinados por sua natureza biológica, instintiva, com aprendizagem limitada. E mesmo com as determinações biológicas específicas do humano, esse tem a abertura flexível para construir aquilo que podemos denominar como uma segunda natureza, que se constrói ao longo da história através da cultura.

Então, os humanos são seres de natureza biológica e seres culturais, sendo que a dimensão biológica é determinada por uma natureza que independe de sua volição, e a outra de uma possibilidade de construção humana constituída através da relação com outros humanos e com o mundo material. Então, o humano enquanto ser inacabado tende a produzir sua própria existência e, ao fazê-lo, produz a si mesmo. Para Saviani (2005, p.85): “Portanto, o que não é garantido pela natureza tem que ser produzido historicamente pelos homens, e aí se incluem os próprios homens. Podemos, pois, dizer que a natureza humana não é dada ao homem, mas é por ele produzida sobre a base da natureza biofísica”.

De acordo com o autor citado o trabalho da educação consiste num ato intencional de produzir a humanidade construída historicamente pela coletividade em cada indivíduo singular. A educação como criação humana permite que a cultura seja socializada ao conjunto da humanidade.

Mesmo diante das críticas direcionadas ao trabalho de Vygotsky de que ele não concebia a subjetividade em sua teoria, visto que realizava críticas aos pressupostos teóricos da psicologia tradicional, ela estava polarizada em duas correntes de pensamento, os que priorizavam o subjetivismo, idealista, deslocado do mundo, ou por outro lado os que concebiam mundo sem sujeito, no caso do seu contemporâneo russo Pavlov com a teoria dos reflexos condicionados (condicionamento simples) e o comportamentalismo estadunidense, seja com Watson, depois Skinner (condicionamento operante) etc. Vygotsky buscou uma terceira via.

Em relação ao tipo de subjetividade contemplado em suas críticas, refere-se a uma subjetividade no sentido subjetivista, vinculada a uma individualidade abstrata e desvinculada da materialidade do mundo. Sua crítica relaciona uma subjetividade pautada numa concepção idealista, desvinculada da base material. Tal crítica concebe esse tipo de subjetividade como ideológica.

O pensamento de sua época, entretanto, marcou suas construções teóricas. Mesmo desejando construir uma nova psicologia, ainda traz muito da velha psicologia. Mas, traz implicações primordiais a uma outra psicologia.

Vygotsky colocou o sujeito e a subjetividade no centro da reflexão da psicologia e da psicologia social, mas os retirou do dualismo que caracterizava a psicologia. A subjetividade e o sujeito nem são conceitos idealistas nem materialistas, com isso, não estão no subjetivo abstrato e nem no objetivo mecanicista, mas são constituídos e constituintes na e pela relação social que acontece na e pela linguagem. (MOLON, 2009, p.46).

Para Vygotsky há uma complexa relação entre a história social do sujeito e sua história individual. O humano tem suas dimensões biológicas definidas determinadas hereditariamente, porém, as suas subjetividades são construídas nesse complexo movimento entre dimensão social e dimensão individual.

A constituição psicológica do sujeito se dá através da cultura, mas não como algo estático e estabelecido mecanicamente, mas como uma construção de um movimento complexo em que os humanos vão modificando o mundo, assim como também se modificam, num movimento multideterminado dialeticamente pelos sujeitos e pelo mundo. Para Vygotsky (1998, p.40), “essa estrutura humana complexa é o produto de um processo de desenvolvimento profundamente enraizado nas ligações entre história individual e história social”.

Nesta concepção não se pode pensar um sujeito psicológico sem o relacionar com o mundo concreto, com suas dimensões subjetivas em permanente relação com o mundo objetivo. O movimento de construção do sujeito se dá num processo historicamente construído pelos próprios humanos na sua relação com o mundo concreto. Dessa forma, não se pode conceber educação se não for relacionada no mundo.

No processo de transformação da realidade concreta pela necessidade, o humano também transformando-se transforma. Há um movimento com múltiplas determinações construído historicamente, envolvendo jeitos de ser, pensar, agir, trabalhar, amar e desejar,

mediados pelas intersubjetividades e pelo mundo concreto. Para Vygotsky (2004, p.456), “só a vida educa, e quanto mais amplamente ela irromper na escola mais dinâmico e rico será o processo educativo. O maior erro da escola foi ter se fechado e se isolado da vida com uma cerca alta”.

Diferentemente de concepções como o behaviorismo, que concebe o sujeito como objeto determinado pelo meio, Vygotsky vê o humano em movimento de transformação com marcas na cultura. Porém, esse mesmo sujeito que consome sua cultura também determina e constrói cultura, é concebido como um ser histórico que também é sujeito de produção de cultura. Nesse aspecto, cultura também não poderia ser compreendida como algo fixo, mas como algo em movimento, produzido pelos humanos.

As aprendizagens se dão a partir da presença dos outros, essencial, tendo em vista que é na relação que os sujeitos transformam o mundo e a si. Desse modo, Vygotsky faz uma relação entre desenvolvimento e aprendizagem que não são a mesma coisa, mas que se relacionam permanentemente, pois a aprendizagem pode desencadear o processo de desenvolvimento.

Através dos processos educativos os humanos produzem subjetividades constituídas pelos sujeitos nas suas relações com o mundo, assim, tudo que é humano tem uma dimensão subjetiva. A educação como uma criação humana traz consigo dimensões subjetivas inerentes à condição humana em permanente processo de mudança.

O desafio de apresentar a psique a partir de uma visão cultural despojando-a de um caráter determinista e essencialista, que acompanhou a grande maioria das teorias psicológicas, conduz a uma representação da psique em uma nova dimensão complexa, sistêmica, dialógica e dialética, definida como espaço ontológico, a qual temos optado pelo conceito de subjetividade. (REY, 2003, p.75).

Nessa concepção os humanos têm uma base natural, biológica constituída hereditariamente, no entanto, não são apenas natureza. Ao se relacionarem com os outros e com mundo constituem cultura, que faz parte da constituição humana. Cultura como construção humana em permanente movimento, mundo e sujeito que, ao se relacionarem dialeticamente constroem cultura e são constituídos pela cultura. Ao transformar o mundo concreto os humanos também se transformam permanentemente.

A base educativa tem o papel de contribuir com os processos de cognitivos praxiológicos. Para Vygotsky (2004, p.243),

Aprender a pensar corretamente sobre o mundo significa preocupar-se com que na experiência do aluno se estabeleçam vínculos corretos entre os elementos do mundo e as reações desse aluno. Aprender a pensar corretamente significa estabelecer em sua experiência vínculos corretos entre seus pensamentos e atos.

Nessa perspectiva, o autor citado concebe como base para pensar a partir dos vínculos que relacionam o pensar com a prática.

3.4.1 Produção de subjetividade

Diante da percepção da temática se compreende que não é possível um estudo sobre subjetividade limitado ao próprio indivíduo, dadas as repercussões entre sujeito e sociedade. Cada tipo de sociedade produz cultura que penetra na produção de subjetividades inerentes a cada momento histórico. Cada tipo de sociedade produz suas peculiaridades que farão parte das perspectivas subjetivas da sociedade.

Numa sociedade escravista, por exemplo, há uma limitação violenta através da força que limita homens e mulheres de se realizarem em sua humanidade e suas perspectivas de liberdade. Já numa sociedade capitalista parece ser mais fácil pensar em liberdade (mesmo que haja exploração e trabalho escravo), no entanto, a liberdade é tolhida pela impossibilidade de poder escolher, há uma limitação econômico-política que limita as possibilidades de desenvolvimento do sujeito. A história da sociedade mantém as marcas das lutas que homens e mulheres realizaram para sobreviver.

Segundo Milton Santos (2004, p.28), “a história é comandada pelos grandes atores desse tempo real, que são, ao mesmo tempo, os donos da velocidade e os atores do discurso ideológico. Os homens não são igualmente autores desse tempo real”. Entretanto, existe uma intensa luta a ser travada por aqueles que não suportam se sujeitar às condições desumanas. Para cada tipo de sociedade existem as argumentações utilizadas para que se perpetue aquele tipo de relações, desde que alguém se favoreça e tenha poder para se manter.

Parece algo próprio da sociedade, falar de produção ou de construção quando se refere aos humanos. No entanto, vivemos numa sociedade em que não só produzimos determinadas subjetividades e somos produtos dessa sociedade, mas estamos expostos às ideologias que se instauram na invisibilidade das produções concretas e subjetivas.

A subjetividade manifesta-se, revela-se, converte-se, materializa-se e objetiva-se no sujeito. Ela é processo que não se cristaliza, não se torna condição nem estado estático e nem existe como algo em si, abstrato e imutável, é permanentemente constituinte e constituída. Está na interface do psicológico e das relações sociais. (MOLON, 2009, p.119)

E o que se configura como subjetividade? Subjetividade como aquilo que é eminentemente humano, as singularidades. Aquilo que é característico dos sujeitos, no entanto, que não se produz de forma isolada, individual, mas que se dá na relação sujeito-mundo. Os sujeitos modificam a sociedade e são modificados neste processo.

Na concepção de Vygotsky a cultura vai se tornando parte constitutiva do humano que, ao se relacionar historicamente, a incorporam. Cultura como construção humana evidenciada em todos os seus contatos com o mundo. O que nos diferencia dos outros animais é a capacidade de transformação da natureza para atender às nossas necessidades. Ideia que se sustenta nas concepções do materialismo histórico dialético de Marx e Engels.

Para Vygotsky (1998, p.61), “na história do comportamento, esses sistemas de transição estão entre o biologicamente dado e o culturalmente adquirido”. Então, a constituição psicológica encontra suas raízes na cultura enquanto produção eminentemente humana que faz parte da constituição humana.

O homem transforma a natureza em função de suas necessidades e neste processo transforma a si próprio. Nessa perspectiva, o homem produz o humano, produz a si próprio. Enquanto produtor de sua própria existência ele pode conceber aquilo que vai atender às suas reais necessidades, desejos, vontades. E isso se dá através do seu trabalho.

O problema é que dentro de uma sociedade cada vez mais complexa alguns humanos se apropriaram dessas informações, percebendo que isso pode ser útil para alguns. À medida que a sociedade produz artefatos culturais, ideias complexas exigem um nível mais elevado de inventividade, realização e, conseqüentemente, relações mais complexas.

Entretanto, em se tratando de uma sociedade em que os valores essenciais giram em torno da economia política capitalista, assim como o humano produz objetos, tecnologias que dão lucro, também podem produzir subjetividades. Pode produzir as próprias necessidades humanas, os desejos, os sonhos, as vontades e todas as formas culturais de produção. Pode produzir jeitos de pensar, viver, gostar, amar. A apropriação possibilita que o sujeito desenvolva determinadas atividades e transformações que só ocorrerão diante de determinadas condições.

Nessa perspectiva, trazemos a discussão desenvolvida por Duarte (1993) quanto à constituição do humano que passa necessariamente pelo processo de objetivação e apropriação da natureza. Pois, quando o homem transforma a natureza em instrumento para atender suas necessidades, objetiva-se no objeto, assim como o objeto se objetiva no humano.

Essa relação entre objetivação e apropriação na produção de instrumentos: o homem se apropria da natureza objetivando-se nela para inserí-la em sua atividade social. Sem apropriação da natureza não haveria a criação da realidade humana, não haveria a objetivação do homem. Sem objetivar-se através de sua atividade o homem não pode se apropriar de forma humana da natureza. (DUARTE, 1993, p.35)

É através do processo de objetivação e apropriação que se desenvolve o gênero humano. Diferente da espécie humana, que depende da ontogênese, do biológico transmitido por mecanismos de hereditariedade para se constituir, o gênero humano não se transmite biologicamente, necessitando da atividade humana para se propagar. Não é pré-existente na espécie humana, no entanto, herda em forma de apropriação a produção humana historicamente construída pela humanidade.

Essa apropriação gera uma atividade social advinda de múltiplas determinações que sintetizaram num dado objeto de um determinado tempo histórico não estático, mas que se objetiva em várias gerações, criando o novo também carregado de um conhecimento acumulado anteriormente. Transforma-se em síntese de múltiplas determinações historicamente articuladas. Essa nova apropriação não é individual, mas um bem social, pertencente à humanidade, pois todo conhecimento é social, visto que parte sempre de apropriações existentes, pertencentes a humanidade.

Como não temos uma constituição pré-estabelecida, como algo estabelecido enquanto gênero humano, dependemos da disponibilidade das condições concretas para

tais apropriações. Apropriações estas materiais e não materiais, no mundo dos objetos, como no mundo das abstrações que se inter cruzam permanentemente.

A constituição humana não se dá de forma espontânea, posto que faz parte das relações que esse sujeito estabelece em seu percurso de vida. Porém, não é mera abstração que decorre estritamente do ato de vontade, pois depende de condições objetivas que permitam que determinadas atividades e apropriação e criação possam ocorrer.

Entretanto, a partir do momento em que o sujeito toma consciência dos condicionamentos em que está inserido e se percebe enquanto ser que, apesar das condições objetivas de sua existência, pode estabelecer uma dinâmica de planejamento estratégico que direcione seu próprio caminhar. Porém, as estratégias sempre dependem das condições subjetivas e objetivas para que se transformem em atividades de fato. Além de ser imprescindível a presença do outro enquanto mobilizador de energias produtoras do processo vital.

Isso se reproduz com um valor de compra a ser lançado e incorporado à cultura da sociedade, nas sutis formas ideológicas presentes em nossa sociedade. A base de constituição humana segue a peculiaridade não apenas de uma cultura supostamente ingênua, mas de interesses, de valores, de poder carregado de ideologias. Uma problemática a ser enfrentada pelos humanos que estão em situação de desigualdades, das classes populares que não se apropriaram desse conhecimento, que desconhecem as sutilezas a que estão expostas.

No entanto, aquilo que se estabelece no grupo social num primeiro momento vai se tornando individual, o social é incorporado pelo sujeito. Então, aquilo que num primeiro momento é social vai se tornando individual num processo complexo intrinsecamente relacionado entre história individual e história social. Para Vygotsky (1991), aquilo que é interpsíquico vai se tornando intrapsíquico, ou seja, passa de uma relação social entre sujeitos para uma relação individual. Seria uma internalização do social pelo indivíduo, constituindo-se assim suas singularidades.

Todas as funções psicointelectuais superiores aparecem duas vezes no decurso do desenvolvimento da criança: a primeira vez nas atividades coletivas, nas atividades sociais, ou seja, como funções *interpsíquicas*; a segunda nas atividades individuais, como propriedades internas do pensamento da criança, ou seja, como funções *intrapsíquicas*. (VYGOTSKY, 1991, p.14)

O reconhecimento do outro na inter-relação inaugura o reconhecimento de si. O sujeito é uma unidade múltipla que se realiza na relação eu-outro, sendo constituído e constituinte do processo sócio-histórico, e a subjetividade é a interfase desse processo.

Concebemo-nos a partir de nossas relações sociais, indo do coletivo para as singularidades. Evidencia-se assim a relevância das sociabilidades em cada especificidade pertinente a cada cultura. Cada sociedade constrói historicamente aquilo que lhe é significativo, assim como foram construindo formas de se relacionarem para transformar a natureza. E o trabalho humano vai se tornando essência na existência humana, não só para atender as necessidades imediatas, como também para se sentirem enquanto sujeitos que se realizam no processo de transformação da natureza.

Diferentemente das relações artesanais, com advento da industrialização o humano foi perdendo o controle do seu próprio processo de trabalho. E como se evidencia na crítica marxista, o (trabalho) humano vai se tornando mercadoria, produto do processo de produção capitalista. Através do estudo minucioso do processo de trabalho realizado junto à execução do trabalho manual, Taylor descobriu que se fragmentasse cada vez mais o trabalho em tarefas limitadas, teria maior controle do processo produtivo, tirando dos coletivos de trabalho a direção real do processo já formalmente capitalizado.

Grupos humanos descobriram que poderiam se utilizar do trabalho de outros humanos para aumentar sua riqueza. Poderiam assim acumular produtos, bens, riquezas e viver melhor, explorando e dominando os demais. O humano foi se tornando objeto de exploração de sua própria espécie. Isso está explícito na crítica de Marx às relações capitalistas de produção.

Porém, essas relações sociais que se constituem na sociedade capitalista produzem nos humanos aquilo que é essencial para a perpetuação do sistema. Esse processo de modificação do humano, em suas singularidades capitalistas, traz consigo valores e princípios próprios do tipo de sociedade predominante. Não significa a inexistência de outros valores, mas que na base do pensamento capitalista prevalecem aqueles predominantemente coerentes com seus objetivos. Somos movidos por uma ideologia da competitividade onde prevalece quem tem “competência”, prevalece a ideia de progredir individualmente, de sucesso individual, mesmo que para isso tenha que colocar o outro para trás. Essa perspectiva tem como valor central, o individualismo.

O mais sério na perspectiva capitalista é que o sistema se coloca como única forma possível de organização da sociedade, como se não fosse possível construir uma sociedade em outras bases e isso é incorporado subjetivamente pelos humanos dessa sociedade. Secamos nossas utopias, entendendo-as como sonhos de impossível realização, e vamos parando de sonhar com a possibilidade de uma sociedade mais justa socialmente e com valores de valorização do humano e de todas as formas de vida. É como se sonhar com essa possibilidade fosse ultrapassado e fora de moda, evidenciado não só na sociedade em geral, mas junto àqueles que se dedicam à construção do conhecimento na academia. Nosso pensamento vai incorporando essas ideologias como naturais e inquestionáveis, e nossas ações fazem prevalecer e assegurar a ordem que a sociedade dominante deseja.

São inúmeras as alienações que brotam da submissão dos homens ao capital. A essência de todas elas, segundo Marx, está em tratar o ser humano como mercadoria. Desconsiderando por completo as necessidades do ser humano, o que impulsiona cotidianamente as prévias ideações é apenas o objetivo da acumulação privada do capital, tanto no plano individual quanto no plano global da sociedade capitalista. (LESSA; TONET, 2008, p.103)

Ou seja, manter a estrutura de poder que assegura os privilégios das elites que acumularam poder e que pretendem permanecer a todo custo usufruindo daquilo que o sistema lhes proporciona.

Diferentemente daquilo que os pressupostos teóricos epistemológicos da psicologia inatista que defendia que os humanos são determinados por sua natureza biológica, a psicologia sócio-histórica defende o humano historicamente construído na complexa relação articulada nas sociabilidades e as singularidades. Não é uma relação direta simples de causa e efeito, de estímulo-resposta no sentido behaviorista, mas mediada por uma relação complexa entre sujeitos, intersubjetivamente.

Segundo um estudo realizado por Vasconcelos (2010, p.87) sobre Marx e a subjetividade humana:

A dimensão da teoria do conhecimento: materialismo antigo ou empirismo tem o mérito de partir da objetividade das coisas, centrando-se no objeto. O idealismo, por seu lado, acentua-se unilateralmente o sujeito e a subjetividade. Marx assume a perspectiva hegeliana de que sujeito e objeto são indissociáveis, mas formulando uma nova noção de práxis, como teoria na ação, atividade prático-crítica ou revolucionária (Tese 1). Assim, a práxis é elevada a critérios epistemológicos de demonstração da

verdade, para além do pensamento. Dessa forma para verificar-se como verdade, um pensamento deve dar provas de sua eficácia histórica concreta.

O antigo materialismo mecânico, empirismo x idealismo visto dualisticamente como antagônico difere do materialismo de Marx, que não é apenas análise de objeto empírico em si, nem se prende ao sujeito distanciado do concreto, como no idealismo. Busca a relação entre a teoria no processo de transformação, formulando o conceito de práxis não no sentido da prática por si só, mas como o pensamento elevado sobre a realização da ação.

Segundo a concepção marxista é pela práxis que os sujeitos transformam sua própria natureza. É o movimento praxiológico que possibilita o sujeito exercer transformações no mundo concreto, bem como nas suas próprias subjetivações. O processo de transformação humana desencadeando-se desencadeia na concretização das ações que os humanos desenvolvem. Os objetos do mundo concreto estão penetrados pelas subjetividades humanas, inclusive por que a subjetividade humana pela práxis pode criar cultura e transformar o mundo das coisas.

Claro que a natureza por si só transforma o mundo com ritmo próprio, entretanto, o humano, ao descobrir que pode mudar a natureza, acelera e modifica o processo de transformação. Essa descoberta é a chave para a construção do conhecimento, pois são as pequenas transformações que formam as transformações posteriores que não eram aparentemente vislumbradas anteriormente. Ao descobrir as primeiras ferramentas de trabalho o humano não compreendia os desdobramentos que isso poderia acarretar na história posterior da humanidade. “O ser humano desenvolve suas faculdades especificamente humanas através do processo de objetivação que, para realizar-se, necessita que cada indivíduo se aproprie daquilo que foi objetivado pelas gerações que lhe antecederam”. (DUARTE, 1993, p.50)

Esse humano não descobriu apenas uma ferramenta, mas modificou a forma de lidar com a natureza e acelerou as transformações ocorridas na sociedade. O trabalho transformou o humano, pois através deste o sujeito pode transformar a natureza para atender suas necessidades. De acordo com Vigotsky (1995, p.94), “El dominio de la naturaleza y el dominio de la conducta están recíprocamente relacionados, como la

transformación de la naturaleza por el hombre implica también la transformación de su propia naturaleza”.

Baseado na teoria marxista, Vygotsky traz uma contribuição significativa para pensar o humano, nem mais como um ser apenas biologicamente determinado, como pensaram os inatistas, nem determinados unicamente pelo ambiente, mas concebe o sujeito numa relação dialética, constituída na relação entre sujeito interagindo com outros e com mundo. É na apropriação e transformação do mundo concreto que se configuram sujeito e mundo mutuamente determinados e determinantes.

Em síntese, podemos reconhecer que apesar dos esforços teóricos para desvendar a constituição humana ainda há mais dúvidas do que definições sobre a complexidade com que esse ser é constituído.

3.4.2 Concepções de subjetividade

Nossas subjetividades se modificam à medida que nos relacionamos com o mundo. Ao se relacionar com os outros sujeitos na luta permanente para satisfazer as suas necessidades, os sujeitos envolvidos em experiências educativas populares se superam na construção de relações de autonomia e emancipação. A educação popular presente nessas experiências influi na busca de relações libertárias permeadas pela economia popular solidária. Nossa abertura enquanto seres inconclusos leva à modificação/transformação no contato com o outro. Isso envolve dimensões que muitas vezes não percebemos. As transformações ocorrem no percurso de nossas experiências numa complexa relação que nunca é isolada, mas que se dá na relação com o outro.

A noção de homem como ser histórico traz implícita a concepção de que não há uma essência humana dada e imutável, pelo contrário, supõe um homem ativo no processo contínuo e infinito de construção de si mesmo, da natureza e da história. Esse processo não é linear e unidirecional pois está intimamente relacionado à evolução histórica das necessidades e dos interesses culturais. (REGO, 2010, p.98)

Introjetamos valores culturais produzidos historicamente que podem, inclusive, contradizer os nossos projetos, aquilo que desejamos para nós e para humanidade. O capitalismo liberal como ideologia atua no psiquismo. Há uma elevação do espírito

competitivo do sujeito, da busca de atender às necessidades individuais, do sucesso pessoal, sendo que essas dimensões vão se apresentar nas atividades humanas, bem como nas suas subjetividades. Na perspectiva de Lane (1995, p.73), “A subjetividade se objetiva nas ações do homem sobre o meio, assim como este meio e o que constitui objetivamente se tornam subjetivos no psiquismo humano”.

Apesar das divagações acerca do humano, ainda estamos longe de desvendar suas complexas possibilidades de (re)criar, de ser, de agir. Entendendo que as possibilidades humanas não se limitam ao universo das racionalidades, as teorias por mais profundidade que apresentem não dão conta da complexidade que contempla o universo humano.

Para Vygotsky (2004, p.42), “[...] à diferença do animal o homem tem história, e essa experiência histórica, isto é, essa herança não física, mas social difere-o do animal”. O homem se adapta à natureza de forma ativa, transformando-a em função de satisfazer as suas próprias necessidades. E essa experiência histórica se acumula ao longo das gerações. É por viver em sociedade que o humano ao nascer não começa o processo de conhecimento do zero, mas existe um conhecimento anteriormente acumulado que é passado de geração para geração. As riquezas culturais acumuladas, no entanto, só poderão ser preservadas se a sociedade vigente se encarregar desse papel. Uma sociedade que não consegue valorizar a sua cultura pode ter seus bens culturais dizimados e fragilizados em suas raízes culturais.

Para Duarte (1993, p.42) as características do gênero humano resultam do processo histórico de objetivação e não são transmitidas biologicamente aos membros do gênero humano, razão pela qual eles têm que delas se apropriar. A natureza biológica não dispõe das dimensões culturais desenvolvidas pela humanidade, sendo assim os humanos necessitam de uma apropriação dessa cultura que é uma atividade eminentemente social. Para Marx o trabalho está na base da constituição do ser social.

Na relação com os outros, essas necessidades também vão sendo modificadas, transformadas. Que relações foram produzidas, que homens e mulheres foram se constituindo no processo de humanização? A educação nesse processo se configura como uma dimensão essencial, parte da necessidade de passar o conhecimento cultural da humanidade para as gerações subsequentes, num processo permanente de interação entre sujeitos e seu ambiente. Nas palavras de Vygotsky (2004, p.284): “Tudo no homem pode ser educado e reeducado sob uma correspondente interferência social. Neste caso, o

próprio indivíduo não pode ser entendido como forma acabada, mas como uma permanente e fluente forma dinâmica de interação entre o organismo e o meio”.

Essa concepção de homem e de mulher abertos a processos educativos e de transformação de si e do outro em sua relação com o mundo encontra-se também na obra de Freire. É através de processos educativos entendidos como libertários que os sujeitos não apenas se apropriam do conhecimento, mas também ampliam as suas possibilidades de ir além daquilo que o seu desenvolvimento se deu até o momento. O objetivo da educação extrapola os conteúdos previamente estabelecidos, pois ela não atua naquilo que o sujeito é, mas na possibilidade daquilo que ele pode tornar-se (e cada um de nós está sempre a tornar-se, em seu devir histórico e singular), desenvolver(-se).

Na concepção de Vygotsky (2004) todo ser humano tem a capacidade de aprendizagem e a educação (e a escola) tem uma intencionalidade de colaborar para fazer avançar o aprendizado do aluno, criando assim, o que ela chama de zona de desenvolvimento proximal, que é a possibilidade do indivíduo ultrapassar aquilo que ele desenvolvera até o momento em que foi avaliado. Sendo assim ele vai propor dois níveis de desenvolvimento: o nível de desenvolvimento real (ou efetivo) e o nível de desenvolvimento proximal. Ele analisa a partir do desenvolvimento da criança.

A zona de desenvolvimento proximal é a distância o nível de desenvolvimento real – que se refere àquilo que a criança já conseguiu desenvolver até o momento – e o nível de desenvolvimento proximal que é aquilo que ela estar próxima a desenvolver. “[...] aquilo que a criança consegue fazer com a ajuda dos outros poderia ser, de alguma maneira, muito mais indicativo de seu desenvolvimento mental do que o que ela consegue fazer sozinha”. Há um debate em torno disso, valeria melhor entendimento e formulação: Assim, a zona proximal fornece os indícios do potencial, permitindo que os processos educativos atuem de forma sistemática e individualizada.

[...] a zona de desenvolvimento proximal a zdp pode ser lida de outra maneira: ela não consiste em ajudar o sujeito a realizar o que foi previsto para ele; a zdp consiste também em criar um quadro no qual o sujeito poderá acordar o impossível na sua própria atividade. A zdp é um lugar, de certa forma, no qual o psicológico ou o social favorece o sujeito para que ele encontre possibilidades não realizadas (essa visão não obriga a anular a outra perspectiva; elas são complementares). (CLOT, 2006, p. 21/22)

A presença do outro é essencial no desenvolvimento das potencialidades humanas por se afirmar e desenvolver. Nessa perspectiva a educação tem uma intencionalidade clara que é criar possibilidades de potencializar as aprendizagens dos sujeitos. Trata-se de ir além daquilo que o sujeito foi até aquele momento, daquilo que é negado pelas situações opressoras e injustas.

Embora existam diferentes concepções de subjetividade, apresentaremos a que se refere ao que vem do humano, mas não como ser isolado do seu mundo, mas em permanente relação. Só podemos conceber a existência do humano em seu mundo e isso já implica uma permanente implicação do outro. Porém, diferentemente do que propunham os primeiros behavioristas como Watson, que o meio era que determinava o sujeito, que o que valia era o comportamento e que o conhecimento psicológico para ser científico precisava desprezar aquilo que não era diretamente observável.

Afirmamos o contrário, que a complexidade do humano não só é apenas observável, como há uma infinita dimensão que não conseguimos dá conta. O pouco que pensamos saber sobre o humano nos permite pensar que, assim como previa Freud, sabemos muito pouco de nós mesmos. Subjetividade num sentido amplo, de construção do sujeito em sua historicidade, diferentemente de um ser pronto e acabado previamente. Essa visão de humano nos remete a um ser aberto às experiências que lhes são acessíveis. Assim, Vygotsky procurou construir “métodos indiretos”.

Sendo assim, os desdobramentos são danosos para outras espécies, inclusive para aquela que pensa, reflete e tem a capacidade de transformar a natureza em função de suas necessidades. Os humanos têm provocado e ao mesmo tempo têm sofrido profundamente as consequências não só material dessas práticas, como também o sofrimento psicológico/mental.

Imagine-se uma geração que vive mobilizada pela produção de necessidade de consumo e não pode consumir ao lado daqueles que ostentam seu consumo. Propagada pela mídia, haveria a possibilidade de sair de uma condição limitante, de forma imediata, e para isso só mostram as exceções (como no futebol, os jogadores que ficaram ricos). Aqueles que saíram das classes populares e conseguiram “se dar bem” na vida. E os tantos que ficaram para trás sem se dar conta da sua condição, de suas perspectivas de futuro? Trazemos essa questão só para lembrar que estamos num mundo com acentuadas

desigualdades econômicas, ao lado de processos de metabolização naturalizante e conformista da exploração. Essa discussão mostra que não é possível tratar da constituição da subjetividade humana sem relacioná-la com o mundo, com a vida do sujeito, mesmo que ele esteja vivenciando um mundo permeado por relações alienadoras.

A sociedade capitalista nutre em seu ideário liberdade, individualidade, autonomia, vida privativa, individualismo, valores pelos quais, proporciona o direito de possuir, de firmar contrato, de alimentar o mercado. Nesse sentido, Mészáros (2006, p.234) elucida proposições condicionadoras da manutenção dessa perspectiva de sociedade, houve uma preocupação com a liberdade individual que o capitalismo traz em sua base decorrente do

desenvolvimento dinâmico das relações capitalistas de produção, que exigiam a extensão universal da ‘liberdade a todo indivíduo, de modo que ele pudesse estabelecer ‘relações contratuais livres’ com outros indivíduos, com o objetivo de vender e alienar tudo que lhe pertencia, inclusive a sua própria força de trabalho.

Essa liberdade vai se tornando um ente naturalizado, que inerente a uma natureza humana vista de forma a-histórica, sem conexão com as relações sócio-históricas estabelecidas pelos humanos de um dado momento historicamente construído. Para o autor citado o avanço das forças produtivas do capitalismo elegeu uma forma de vida que enfatiza a questão da privacidade. É uma espécie de refúgio que o humano buscava diante de liberação da dependência direta da natureza. Ao lado da paradoxal intensificação da alienação e escravidão da dependência das forças produtivas geradas pelo sistema capitalista.

Essa análise evidencia como um paradoxo a liberdade propagada pelo capitalismo, visto que, à medida que o humano se desprende da dependência direta com a natureza (tendo em vista o avanço da produção, da utilização das máquinas, das tecnologias para exercer determinados tipos de trabalhos) ele próprio se torna preso a essas forças produtivas. E como se dá a constituição do sujeito e da subjetividade?

Para Duarte (1993, p.57) a constituição do gênero humano se dá através de um processo de objetivação e apropriação: “o desenvolvimento histórico-social do gênero humano, como também a relação entre a história do gênero e a vida dos indivíduos, são processos que se efetivam através da relação entre objetivação e apropriação”. É através da atividade que o humano executa que se configuram as objetivações das proposições humanas no mundo concreto. Ou seja, o humano se objetiva através do trato que mantém

com a natureza. O gênero humano pode se apropriar do mundo em si ou do mundo para si. Duarte (Idem) defende que a prática pedagógica pode exercer um papel preponderante na formação do indivíduo no sentido de proporcionar a elevação da consciência em sua historicidade, essa compreensão possibilita a genericidade para-si e a elevação da universalidade humana.

Do ponto de vista da prática pedagógica tem um papel fundamental na formação do indivíduo, qual seja, o de ser mediadora entre a vivência em-si, espontânea, da genericidade e a condução consciente da vida pela relação também consciente com o processo histórico de objetivação universal e livre do gênero humano. Em outras palavras, concebo a prática pedagógica como uma prática direcionada para elevação da consciência do indivíduo ao nível da genericidade para-si, ou seja, para a formação, pelo indivíduo, de uma relação consciente entre sua vida concreta, histórica e socialmente determinada, e as possibilidades de sua objetivação ao nível da universalidade do gênero humano. (DUARTE, 1993, p.119)

As concepções de práticas educativas emancipadoras do humano concebem uma relação de educação que considera a elevação do humano. Nesse sentido, o autor defende uma prática pedagógica que proporcione a elevação consciência do indivíduo, da vida genérica para-si em que o indivíduo possa exercer a sociabilidade para-si. Entretanto, mesmo que a sociabilidade se refira a relações concretas, isso não significa a apropriação da vida para-si. Duarte (1993) questiona que nem sempre indivíduo tem condições objetivas e subjetivas de se apropriar das objetivações historicamente construídas.

A formação educativa envolve não apenas a apropriação daquilo que poderia ser determinado pela concretização objetiva, visto que envolve a compreensão da existência de dimensões subjetivas imprescindíveis para os processos educativos, seja nos espaços formais ou informais. Apropriar-se do saber é condição indispensável para poder exercer a liberdade enquanto o indivíduo tem possibilidade de escolha, visto que a liberdade passa pelo poder de escolher, entre diferentes possibilidades, aquilo com que mais se identifica.

Porém, a relação entre objetivação e apropriação inerentes à constituição do gênero humano sempre estará limitada por questões que envolvem determinações de classe social, espacialidade, cultura, economia, e as subjetividades produzidas nas relações que o sujeito vai estabelecendo com o mundo. Logo, apropriação e objetivação estarão sempre presas às condições objetivas de existência pela qual o humano está historicamente inserido.

O que muda é que a consciência da historicidade, dos condicionantes que envolvem a realidade, a possibilidade de objetivar relações diferenciadas, de reconhecimento da condução da história em suas objetivações e apropriações que esse ser é capaz de traçar análises importantes para a vida cotidiana e o planejamento do projeto de vida, dando direção consciente a sua historicidade.

A compreensão da historicidade inerente à vida genérica dos humanos abre o horizonte para possibilidades de transformações impossíveis em sociedades sem consciência da história. Esse fato cria uma significação fundamental para o direcionamento da história dos humanos no mundo. Entretanto, existem concepções que escondem essa possibilidade humana, fazendo leituras naturalizadoras da realidade, com se existissem determinismos a-históricos. Assim, as objetivações e apropriações proporcionam a ampliação das oportunidades humanas de elevação de sua existência.

À medida em que, através da relação entre objetivação e apropriação, vá se tornando, sujeito da construção de sua individualidade. A outra questão a ser esclarecida é que esse processo não se passa apenas no âmbito da consciência, sendo sim um processo que só se realiza plenamente à medida a elevação da autoconsciência ao nível de genericidade para-si corresponda a uma elevação da existência do indivíduo ao nível de uma existência para-si, isto é, uma existência mediada pela relação consciente com a essência humana. (DUARTE, 1993, p.122)

A consciência da relação entre objetivação e da apropriação proporciona a construção da individualidade humana, processo pelo qual eleva a existência, visto que pode proporcionar uma autoconsciência elevada.

3.5 EDUCAÇÃO POPULAR

O advento da educação popular traz para o centro do processo educativo o humano advindo das classes populares. A importância do humano numa educação pensada como processo, que não se limita a apropriação do conhecimento produzido, mas que no seu percurso busca elucidar os problemas no intuito de transformação da realidade, bem como da própria transformação, enquanto sujeitos que se sentem responsáveis pelo mundo em que vivem, bem como pelo reconhecimento do direito de humanização. Essa educação tem um papel elucidativo de tornar visível a construção histórica do mundo, desnaturalizando

aquilo que está oculto pela ideologia, pelas falsas ideias que sustentam as relações desiguais. Uma educação assim não pode ser aceita por todos, tendo em vista que a educação tradicional visa manter a ordem social, inclusive as relações desiguais e as desumanidades vigentes.

Uma sociedade tal precisa de uma educação que lhe respalde, que justifique sua manutenção, embora para isso mantenha os humanos alienados, sem conseguir perceber a realidade enquanto tal. Ora, as possibilidades de uma alteridade estão presentes nas situações concretas, em sua imanência.

Segundo Freire (1987) o humano é um ser inacabado em permanente processo de desenvolvimento e com possibilidade permanente de aprendizagens. Todo ser humano tem a capacidade ontológica de ser mais na permanente luta por sua humanização. O que nos oprime, nos violenta e nos desumaniza, assim, o próprio humano tem a possibilidade de lutar por sua humanização. Embora existam papéis diferenciados, um educador numa concepção de educação popular fomenta a possibilidade de que educadores e educandos sejam igualmente sujeitos do processo educativo. Para Freire (1987, p.56) ambos (liderança e massa), co-intencionados à realidade, encontram-se numa tarefa em que ambos são sujeitos no ato, não só de desvendá-la e, assim, criticamente conhecê-la, mas também no de recriar este conhecimento.

Educação como possibilidade de atender as necessidades humanas individuais e coletivas de conhecer e construir conhecimentos na práxis, numa perspectiva de conceber o sujeito em permanente aprendizagem. Negar a dimensão individual ou coletiva é negar a própria condição humana que não se concebe a não ser em sociedade.

O sujeito para se humanizar precisa da sociedade, assim como a sociedade só existe a partir dos sujeitos. A relação entre o individual e o coletivo é de íntima conexão, indissociável. Uma sociedade que nega a existência das subjetividades está negando o reconhecimento do humano enquanto sujeito singular, com história de vida, inclusive com heranças e características que fazem parte da história de cada um, como cada um em sua singularidade conseguiu dar significação para relações intersubjetivas e sociais. No entanto, reconhecemos que essa subjetividade nunca é decorrente de processo do indivíduo em si, na sua indivisibilidade, mas é proveniente de uma relação complexa no limiar entre indivíduo e sociedade. A sociedade capitalista não as nega, reconhece sua força e exatamente por isso busca tê-las sob controle e torná-las produtivas de capital.

A possibilidade de desenvolvimento da individualidade está, portanto, articulada ao conjunto da humanidade. Quanto mais articulada for a existência de um indivíduo com a história da humanidade, mais humanamente desenvolvida será sua vida. E, vice-versa, a humanidade teria seu desenvolvimento paralisado se os indivíduos não se desenvolvessem no mesmo sentido. (LESSA; TONET, p.78)

Pensar na sociedade sem sujeitos é negar a própria condição humana, mas essa compreensão também traz a outra dimensão que é a sociedade que também não pode ser negada, visto que somos seres de relações. A educação nessa perspectiva está conectada com a realidade que envolve o singular e o plural.

Pensamos numa educação que relacione sujeito e sociedade, que possibilite a vida e a escola (inclusive a escola da vida) como indissociáveis. Educação que parte da materialidade da vida, que não nega a importância da cognição, mas que está tratando o tempo da vida, também em sua dimensão afetiva e social. Da evidência do sujeito educando na transformação da vida, da sociedade e do mundo. Um saber que se realiza na responsabilização dos sujeitos em gerir o seu projeto de vida, considerando as dimensões de singularidades e coletividades.

Buscar restringir o humano a determinações materiais é uma visão parcial das possibilidades humanas. Quando defendemos que só a materialidade determina o sujeito negligenciamos a complexidade específica dos humanos que é a capacidade de amar, sentir, desejar, planejar, criar, tomar consciência de sua realidade, transformar a natureza e o mundo para atender as suas necessidades.

Os humanos também se encantam pelo bom, pelo belo, como também pelo ter. O capitalismo busca criar não só o desejo, mas o sonho da possibilidade de possuir o que a leitura da realidade concreta revelaria não ser possível. Então é mais fácil ir pelo mito de um desejo que seria o seu. Segundo o pensamento de Freud somos movidos pelo desejo (inconsciente). O sistema capitalista busca construir sujeitos que seriam desejantes do desejo do capital, do sonho do capital. Assim, na ânsia de atender o seu desejo produziria lucro, atenderia aos interesses que na verdade são os do mercado. Precisamos trabalhar mais para ganhar mais e consumir mais. Essa foi a lógica preconizada fordismo e pelo Estado de bem Estar Social do norte. Decorrente desse processo existe uma produção

ideológica dessa lógica que cria novas necessidades, novos desejos que são necessários à manutenção da sociedade de mercado capitalista.

Entretanto, no intuito de transformar a realidade, também vão se transformando os humanos. O movimento multideterminado historicamente envolve jeitos de ser, se pensar, de agir, de trabalhar, de amar, de desejar, mediados pelo mundo concreto. Um campo em que o pensar crítico pode delinear outras possibilidades de intencionalidade dos sujeitos. O humano, diferente de outros animais, tem a capacidade de não apenas seguir as determinações históricas, reproduzindo-as fielmente, mas pelas suas singularidades de um pensar crítico pode buscar ousar enfrentar os determinismos historicamente construídos.

Essa construção humana é apropriada por aqueles humanos “mais espertos” que se apropriam dos bens intelectuais e materiais, com isso criando estratégias para se manter nas condições que lhes são favoráveis, dominando a sociedade através do econômico, da política, da cultura, da organização social, das subjetividades. “Subjetividade é um complexo e plurideterminado sistema, afetado pelo próprio curso da sociedade e das pessoas que a constituem dentro do contínuo movimento das complexas redes de relações que caracterizam o desenvolvimento social.” (REY, 2003, p.IX)

A educação nessa perspectiva busca evidenciar as contradições sociais dos humanos, não está isenta que seu público. Também visa evidenciar essas contradições, mas, de acordo com o pensamento de Freire (1987), desaloja o opressor que está dentro de cada um, tira-lhe dele o poder de oprimir.

No campo da educação popular é no contato com o outro que se possibilitam as aprendizagens, através das mediações, nesse aspecto vemos aproximação de Freire com Vygotsky, a qual dá pistas para uma educação como um movimento de busca permanente de autonomia dos sujeitos. De acordo com Vygotsky (2004, p.77) “deve considerar como traço essencial da educação o momento de não fixidez, de fluidez, de crescimento e de mudança autônoma do organismo”.

Assim como outras invenções eminentemente humanas, a educação é uma forma dos humanos (re)produzirem, transmitirem e se apropriarem da cultura gerada ao longo da história da humanidade, sendo a cultura uma produção humana decorrente da necessidade de sobrevivência. O que diferencia os humanos dos outros animais é exatamente a sua capacidade de produzir a sua própria sobrevivência, o que se dá através do trabalho. Entretanto, o humano tem a capacidade de simbolizações, o que pode estar na base de suas

ideações, de sua práxis. Mas, como as subjetividades humanas vão se produzindo na vida dos humanos?

De acordo com as concepções presentes, tendo como objetivo a elevação da educação como forma de os humanos construírem sua autonomia junto a outros sujeitos, permite-se que, ao produzirem cultura, irem também eles se transformando. A educação como uma maneira de os humanos se apropriarem dos bens culturais produzidos pela humanidade está fundamentada em teorias voltadas à visão de humano e de sociedade que o sujeito apresenta.

Onde um tipo de educação pode tomar homens e mulheres, crianças e velhos, para torná-los todos sujeitos livres que por igual repartem uma mesma vida comunitária; um outro tipo de educação pode tomar os mesmos homens, das mesmas idades, para ensinar uns a serem senhores e outros, escravos, ensinando-os a pensarem, dentro das mesmas ideias e com as mesmas palavras, uns como senhores e outros, como escravo. (BRANDÃO, 2007, p.34)

A educação teve concepções diferenciadas de acordo com as intencionalidades nem sempre explícitas por cada sociedade. De acordo com a análise sócio-histórica, podemos conceber uma educação tecida pelos pensamentos em torno de concepções diferenciadas de educação que carregam consigo opções de mundo, de sociedade e de homem e mulher. Uma educação para produção e manutenção da lógica dominante de um lado; de outro, os movimentos de uma educação libertária concebida como educação popular.

No entanto, a educação que se concebeu como dominante, que atende aos anseios de uma sociedade com ideais de democracia, de liberdade, de igualdade, de direito à propriedade, fundamenta-se em princípios baseados no individualismo, na competição, no valor econômico acima das necessidades humanas, no desrespeito às dimensões ambientais.

Há uma contradição concreta entre os ideais liberais e a base de seus valores éticos que inviabiliza os seus ideais, pois este projeto que inclui a educação voltada para atender as necessidades estabelecidas na atualidade pelo mercado capitalista não poupa as populações expostas à degradação e a situações desumanas, sem considerar os danos ecológicos provocados. Para os liberais não importam as desigualdades, as injustiças sociais. O que prevalece é o desenvolvimento de uma lógica de mercado, de capital, de propriedade. A educação nessa perspectiva deve estar voltada para o crescimento

econômico direcionado para os privilegiados economicamente. Ao se apropriarem do conhecimento que é acessível e produzido em função de seus interesses, esses sujeitos só acumulam vantagens, diferentemente do que ocorre com as classes populares.

Por outro lado, percebemos os indícios de uma educação que tem como problema central a questão das desigualdades sociais. Por ser fruto de inquietações frente aos problemas sociais é que essa educação se denomina de educação popular. Hoje, é voltada para a emancipação humana, para a valorização da vida em todas as suas dimensões. Concebe a educação como uma aprendizagem compartilhada entre os humanos em processo de libertação mútua. Essa concepção de educação desencadeia o que Brandão denomina de “educação cidadã”, que se configura num processo contínuo e permanente ao longo da vida em que os sujeitos vão tomando consciência do mundo e do seu papel não apenas de apropriação da cultura, mas de produzir e criarem saberes que sirvam a humanidade.

[...] a partir da concepção de Educação Popular, está exigindo mais pesquisas que contribuam para aprofundar o seu papel, os referenciais e o como fazer a formação humana, organicamente inserida nestes processos de construção de alternativas ou projetos alternativos de desenvolvimento, articulada com a necessidade de construção de um novo projeto para o Brasil. (PALUDO, 2001, p.207)

O horizonte de um projeto de sociedade que não está posto, mas que está presente nas utopias daqueles que constroem uma educação esperançosa em prol de uma humanidade melhor, construída na história dos homens e mulheres que não desejam esse mundo só para si, mas para todos e todas. Está posto numa educação vivenciada nos conflitos, nas inquietações que não se limite às racionalidades, mas que considere o desafio de se deixar penetrar por outras dimensões humanas que se manifestam na possibilidade de criação, de invenção de mundos mais repletos de beleza, de sentimentos, de afetos e de felicidades também vivenciadas no experimentar desta educação.

A educação que esteja em função da vida das pessoas incluindo todas, que ao vivenciá-la como humanos, pessoas, indivíduos, sujeitos possam ser e viver a plenitude da vida construindo um mundo que se aproxime das utopias de equidade social, de respeito às singularidades e de felicidades para todos e todas.

Reconhecemos que a realidade apresenta desafios crescentes de produções em sentidos inversos, de valores pautados no individualismo, no crescimento pessoal, do eu.

Porém, pensamos não num mundo só do coletivo, mas que as singularidades sejam respeitadas numa busca de aproximar direitos coletivos e individuais, num ideal de solidariedade vivenciada no compartilhar cotidiano das pessoas.

Os valores do mundo capitalista, da lógica de predomínio do mercado, do econômico acima dos valores humanos mercantiliza nossas relações que são contaminadas por um bombardeio ideológico. Mesmo porque não estamos isentos desse modelo, mas o que nos diferencia é poder experimentar efetuar uma análise crítica do mundo e poder também atuar a partir dela. Nosso diálogo com o outro representa um papel fundante nessas análises da realidade.

Na contramão dessa lógica, a educação popular é essa possibilidade de pensar a realidade para além de nosso próprio olhar, de ampliar nossas capacidades reflexivas sobre o mundo. A esperança, no sentido freireano, é pautada na transformação das nossas atitudes diante do mundo, de nossa intervenção diante das realidades desumanizantes. Não temos a pretensão de transformar tudo, mas nossa presença no mundo não pode ser imperceptível a ponto de calar e aceitar que as desigualdades e as injustiças sejam naturalizadas e tome nossos corpos, nossas ideias, nossas melodias, nossas criações, nosso ar, precisamos ao menos não calar nossa voz.

Os ideais teóricos de educação e de mundo se alastram historicamente e ganham força na produção de ideologia, de cultura, de ideais que se incorporam ao mundo coletivo e individual dos sujeitos. E a educação pode tornar possível esse alastramento que ocorre dentro e fora da escola. Se esses ideais atendem ou não ao projeto de humanidade que intencionamos é um questionamento que não podemos calar, mesmo com todas tentativas desse modelo dominante que tenta convencer a todos que é o único que nos resta. Nessa direção, os ideais liberais reforçados pelo chamado neoliberalismo ganham força diante da não existência de outro modelo concreto, reconhecido como ideal de sociedade. Para Perry Anderson (1995, p. 23) “política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito [...] disseminando a simples ideia de que não há alternativas para os seus princípios”.

O conhecimento acumulado é que os defensores do sistema produzem dimensões para além das racionalidades que constituem não apenas dimensões do mundo concreto, mas sentimentos, jeitos de ser, de atuar e de pensar o mundo, a cultura, a subjetividade. Todavia, não basta o pensar crítico sobre o mundo, tendo em vista que as alternativas e projetos de um mundo diferenciado do modelo dominante passam por outras dimensões,

entre as quais a presença da educação popular. Educação que evidencie em seus enunciados, em sua metodologia, em sua práxis a construção da autonomia dos sujeitos, deixando claro seu legado para os que virão. Os educadores precisam não apenas vivenciar as experiências, mas tornar acessível os seus registros que são tão essenciais na apropriação e emancipação dos humanos. Registros necessários e que inspiram a continuar esse desafio de pensar um mundo mais justo e menos desigual socialmente.

Ideias e práticas são concebidas e incorporadas aos jeitos de ser, de pensar e de atuar no mundo. No entanto, em nossos discursos costumamos elevar nossas racionalidades e desconsiderar outras dimensões que decorrem da condição humana enquanto seres em permanente construção, e ter essa consciência possibilita a condição de melhorar as nossas relações com outros humanos, nas nossas afetividades, nas nossas emoções e na permanente busca de uma vida melhor que seja, inclusive, para todos e todas.

Essa busca permanente do humano de uma vida melhor acontece na práxis permeada por uma ética que tenha como princípio a vida. Busca primeiramente a eliminação de todas as formas de opressão, de injustiça social, de desigualdades. Nesse caminho se faz imprescindível a presença permanente de uma educação que seja emancipadora, que promova processos de autonomia, intersubjetivamente. Um jeito de viver que se constrói e experimenta na vida em solidariedade, no respeito às diversidades humanas seja de cor, de classe, de gênero, de espacialidade, de raça, de escolhas sexuais, com a intencionalidade de promoção mútua de elevação dos sujeitos, numa construção permanente, na busca de superação das nossas limitações econômicas, sociais, culturais, psicológicas, não para competir com o outro, mas no intuito de sermos humanos melhores e mais felizes neste mundo. Essa é a utopia que perseguimos.

A realidade social, histórica, econômica, cultural, subjetiva coloca como desafio em todas as nossas atuações sejam em pesquisas, práticas profissionais, relações institucionais, movimentos sociais ou relações intersubjetivas a produção de perspectivas em construções teóricas e práticas de uma perspectiva de sociedade que não pode ser apenas fruto de utopias, mas de práxis. As perspectivas teóricas em construção orientam a sociedade que aspiramos.

Evidenciamos sonhos, utopias, esperanças de humanos movidos pela esperança comprometida e não ingênua, mas que vão produzindo práticas, teorias, pesquisas, metodologias, experimentações, intercâmbios, vivências, redes, ou seja, uma práxis capaz

de construir e transformar realidades e sujeitos num mundo socialmente mais justo e com humanos mais elevados em seus patamares éticos de respeitabilidade de todos e todas para emancipação de sua humanidade.

Educação proporciona mediações produtoras de subjetividade, no entanto, essa educação pode atender a diferentes propósitos, a diferentes concepções de sociedade e de humanos. O que Freire (1987) traz é o reconhecimento de uma condição e de sua possibilidade de transformação permeada por um tipo de educação libertária das amarras do determinismo. Sistematiza uma educação que não serve para manter situações de opressão, para evidenciá-las e transformá-las. A educação popular por ele defendida não nega a necessidade do conteúdo, mas de um conhecimento que se dá na criticidade, na releitura. E o mais significativo é que não se limita ao conhecer, mas ao transformar, inclusive o sujeito da aprendizagem que são educandos/as educadores/as. Possibilidade de ver o humano em processo de aprendizagens que se dão em suas relações e sempre possibilidades de estar em permanente desenvolvimento, portanto, a ideia de educação ao longo da vida.

Uma educação que tem como pressuposto a libertação de situações opressoras, a transformação das pessoas e do mundo está intrinsecamente relacionada com a psicologia crítica, questionadora das realidades estabelecidas de formas opressoras e naturalizadas nas relações humanas. A psicologia não pode se tornar ou se manter neutra diante da opressão, do sofrimento, das desigualdades advindas de um sistema que secundariza homens e mulheres em função de relações propiciadoras de ganhos materiais, de acumulação ampliada de capital.

Podemos indagar: como aprendemos? As nossas relações com a educação não começam nem terminam na escola, até porque parte da população nem sequer chegaram a frequentar essa instituição. Nesse sentido, educação ultrapassa o limite da escola formal. Mesmo em se tratando da escola, ela não está isenta nem distanciada da realidade social. A sociedade produz problemas que perpassam a escola, assim como a escola vivencia esses problemas e muitas vezes os reproduz.

Para os comportamentalistas, os processos de aprendizagem se dão a partir do meio, enquanto que para Jean Piaget a aprendizagem se dá através de um processo de assimilação e acomodação que ocorre na relação sujeito-objeto. Já para Vygotsky o conhecimento se dá através da relação com o mundo e na relação intersubjetiva, ou seja, é na relação com os

outros humanos e com o mundo concreto que ocorre a aprendizagem. Nesta perspectiva de aprendizagem ocorre um movimento permanente constituído na historicidade da vida do sujeito. A aprendizagem está diretamente relacionada ao desenvolvimento do sujeito, essencial ao processo de desenvolvimento humano. Todo ser humano tem a capacidade de aprendizagem e desenvolvimento, independente da sua dinâmica atual.

A respeito ao trabalho pedagógico, Vygotsky (2004, p.456) afirma que:

Seja no campo da ciência teórica, do trabalho ou da atividade prático social, através do objeto que ensina ele estará ligando a escola à vida. Assim, o trabalho pedagógico estará necessariamente fundido ao amplo trabalho social do cientista ou do político, do economista ou do artista.

Vygotsky enfatiza a relação do educativo com a vida, como um trabalho social importante para a sociedade.

3.5.1 A permanente busca da autonomia

A natureza humana é a condição que nos é fornecida a partir de nossa existência no mundo, mas é no contato com o outro que essa natureza vai se modificando. É no contato com o mundo da cultura que os humanos transformam a sua natureza mais enraizada no biológico, buscando o cultural.

A autonomia do sujeito não diz respeito a uma individualidade para si, mas à possibilidade de se superar para se autorrealizar na relação com o outro. Uma educação para a autonomia vislumbra a construir espaços de ruptura com o estabelecido como normalizador, porque autonomia pressupõe a possibilidade do sujeito se auto conduzir, mas na educação ninguém está sozinho. A autonomia pressupõe sempre a relação com o outro.

Aprendizagem não é um fenômeno isolado, ninguém aprende sozinho, pois está sempre mediado pelo mundo e por outros indivíduos. Ou por objetos, artefatos, ideias construídas por outros humanos que se acumulam, transformam e são socializadas para as novas gerações. A educação foi a forma que os humanos encontraram para transmitir, apropriar-se e construir novos conhecimentos considerados por eles necessários. Cada geração assimila a herança cultural dos antepassados e estabelece projetos de mudança. Ou

seja, estamos inseridos no tempo: o presente não se esgota na ação que realiza, mas adquire sentido pelo passado e pelo futuro desejado (ARANHA, 2006).

A autonomia não se dá no isolamento, mas na relação com o outro. Esse outro pode não estar presente materialmente, mas de alguma forma estar sim através de objetos, de ideias. Então, não existe uma autonomia total, absoluta, pois ela ocorre sempre na relação com o outro, o que exige uma posição, pressupõe ação do sujeito para gerir a própria vida, de se colocar no mundo dando rumo à sua dinâmica de vida.

Exige uma postura diante do mundo, de dar direção à sua práxis. Trabalhar a práxis educativa requer uma postura também diferenciada dos educadores e educandos. O educador não ocupa a postura daquele que sabe e os alunos os que não sabem. Educadores e educandos vão cooperando no exercício de compartilhar saberes, de construir uma prática em que todos sejam corresponsáveis pelo processo educativo.

É no exercício da práxis que as pessoas exercitam aprendizagens que exigem a fundamentação nas teorias, reconhecendo que elas em si não bastam, mas que sua riqueza ocorre na relação possível com a prática. A prática e a teoria não coincidem em absoluto, não são lineares, mas uma deve estar ancorada na outra.

As teorias deveriam servir para que possamos fazer com que nossas práticas melhorem e que daí decorra num mundo que seja para todos e todas. Essa é uma utopia que continua nos perseguido. Precisamos de utopia, mas como ideal a ser buscado, sempre buscando uma aproximação entre teoria e prática, mesmo reconhecendo que elas não se encontrarão em absoluto, mas é preciso ter um algo a atingir que não pode ser igual à realidade, caso contrário não tem sentido lutar.

A perspectiva de transformação em função de algo é o que nos mobiliza, nos faz vivos a enfrentar os desafios que pareciam intransponíveis. Aquilo que aparentemente parecia absolutamente impossível num tempo histórico, poder ser absolutamente possível no tempo atual e o impossível da contemporaneidade pode se tornar possível num tempo histórico posterior. Então não existe uma utopia que seja absolutamente impossível de vir a se transformar em concretização, mas aí ela já deixa de ser utopia. A capacidade humana de sonhar não pode ser negligenciada como algo de uma segunda categoria, mas algo a ser cultivado, pois sonhos mobilizam os sujeitos a realizarem o impossível.

O sonho historicamente construído seria o ponto de partida para a mobilização do sujeito a realizar as transformações possíveis em suas vidas. Para isso precisa estar movido

pela esperança ancorada na prática, não na passiva espera. Porque a falta de esperança tenciona como algo imobilizador do sujeito que não acredita na capacidade de transformação. A ideologia fatalista, imobilizante, que anima o discurso neoliberal anda solta no mundo. Com ares de pós-modernidade, insiste em convencer-nos de que nada podemos contra a realidade social que, de histórica e cultural, passa a ser ou a virar “quase natural” (Freire, 1996, p.19) Um educador sem esperança pode imobilizar a capacidade criadora e transformadora de seus educandos.

Reconhecer o humano como um ser aberto à transformação sócio-histórica é reconhecer a possibilidade de ocorrer transformações permanentes, num movimento contínuo durante toda a existência humana. E essas transformações são decorrentes de influências, inclusive de ideias, de pensamentos, de sonhos que já vêm sendo tecidos mesmo antes de nossa própria existência material.

[...] é o homem como sujeito histórico real, que no processo social de produção e reprodução cria a base e a superestrutura, forma a realidade social como totalidade de relações sociais, instituições e ideias; e nessa criação da realidade social objetiva cria ao mesmo tempo a si próprio, como ser histórico e social, dotado de sentido e potencialidades humanas, e realiza o infinito processo da humanização do homem. (KOSIK, 1976, p.51)

O pensamento aparentemente racional é decorrente não do sujeito em si, mas de uma relação de sujeitos que construíram historicamente um conhecimento que vai passando de geração a geração. É a herança cultural que vai sendo construída e deixada para os que virão, inclusive as heranças utópicas, os sonhos de justiça social, de liberdade, de autonomia, de equidade social, de emancipação humana, de respeito à vida e de tantos outros que são enfrentados por aqueles que ousam dizer não ao estabelecido e construir cultura.

A acumulação de invenções humanas anteriores e atuais possibilita avanços que são decorrentes do material cultural historicamente acumulado nas coisas concretas, nas ideias e pensamentos. Isso permite não apenas mudanças nas coisas, mas nas pessoas.

3.5.2 Perspectivas de uma educação crítica

A educação da qual estamos nos reportando se refere àquela que ocorre em espaços tanto formais quanto informais, desde que tenham a intencionalidade de formação

emancipatória dos sujeitos. Nesse sentido ela se dá não apenas na escola formal, mas nos movimentos sociais, organizações não governamentais, comunidades, associações, grupos.

No entanto, essa educação não pode ser qualquer tipo de educação. Fica a questão: que educação poderá promover processos desencadeadores de autonomia e emancipação? Uma educação libertária poderia estar sendo gestada em bases autoritárias, de monopólio do saber, em que os sujeitos sejam impedidos de se expressar?

Nosso intuito não se reporta à educação apenas como uma restrita apropriação de conteúdos, mas à necessidade de instigar o pensamento crítico sobre o mundo, para além da mera sala de aula. Um processo que ensina não apenas os assuntos em pauta, mas as experiências desencadeadas na práxis, podendo ser sentidas, refletidas, pensadas, problematizadas e elevadas a níveis diferentes do primeiro momento. No caso da experiência em estudo podemos evidenciar como momentos privilegiados dessa natureza a experiência desencadeada pelos processos de intercâmbio proporcionados pelas visitas às experiências em curso que possibilita uma experiência empírica, dialógica, reflexiva e desencadeadora de construção de processos outros de concretização de alternativas semelhantes.

Uma educação para ser libertária tem que estar munida de uma práxis que proporcione o acesso a processos além da fala, da leitura, da escrita, da expressão corporal, da liberdade de pensamento, de movimento, de criação e de invenção. Isso se justifica numa prática educativa em que sejam experienciadas no decorrer do seu processo formativo, na busca permanente de aproximação entre teoria e prática.

Eu acho que a maior aprendizagem de minha vida, foi assim, exatamente isso, você ser, você buscar o aprendizado fora da sala de aula, que é uma sala de aula muito mais ampla, que é o setor da popularidade, você recebe o apoio do espaço, de formação popular, você é um produtor, você comercializa, você coordena a associação.¹⁹

É imprescindível nesse tipo de educação estar pautado num processo dialógico entre os sujeitos. Educação essa que está em permanente movimento de produção, sendo pautada na crítica e autocrítica dos sujeitos envolvidos. Porém, pautada em princípios de

¹⁹ Fala de um dos entrevistados para esta pesquisa, residente no assentamento de reforma agrária Padre Gino e membro da feira agroecológica da UFPB, campus I, João Pessoa.

respeito à vida, ao ambiente, ao humano que valorize dimensões de cooperação, sem abrir mão da luta necessária em manter o que se conquistou e buscar justiça e equidade social.

No entanto, todos nós sabemos que a educação escolar é apenas uma parte da educação que as pessoas vivenciam ao longo da vida. Há outra educação, que não se realiza pela escola, e que é fundamental na formação do indivíduo e da sociedade. Ela está no contexto familiar, nos espaços de trabalho, lazer, comunitário e pode ser realizada pelos mais diversos veículos de transmissão de conhecimentos e habilidades. É também um forte transmissor de valores culturais, normas e comportamentos. (HADDAD, 2011, p.27)

Quando o humano se descobre sujeito, gera uma força interior que transpassa as relações dos grupos que lutam por objetivos comuns. Concretamente, o percurso histórico nos faz perceber que as conquistas foram se dando a partir do desenvolvimento de um movimento que mobilizou forças humanas em busca de realizações coletivas necessárias à transformação de suas realidades.

Freire (1987) traz à tona a evidência do sujeito do processo educativo, busca evidenciar a importância da potência afirmada ao dizer sua palavra, de construir o conhecimento, assim como a possibilidade de transformação da realidade. Evidencia o educando em seu movimento de constituição historicamente condicionado, mas aberto à transformação de sua realidade.

O humano é eminentemente um ser de incompletude que se evidencia não só porque tem necessidades biológicas a serem satisfeitas, além de que precisa do outro para a proliferação da espécie, mas porque é no outro que se concretiza sua humanização como algo não mais apenas de natureza, mas de criação que esse sujeito vai sendo capaz de inventar a partir das necessidades que surgem na sua realidade singular e coletiva.

Essa abertura e incompletude do sujeito humano que aparece como um sujeito inacabado é o que possibilita a ampliação da sua natureza, que não se limita ao que foi estabelecido pelo biológico, mas é sempre um ser de possibilidades, não podendo ser dominado em sua completude, visto que a dinâmica da natureza humana impossibilita um enquadramento. Daí a dificuldade da apreensão de uma epistemologia linear em estudos humanos.

O que parece uma necessidade ou fragilidade pode ser uma potencialidade, um desafio para construção de outras possibilidades. Porém, a inventividade humana não é

obra de uma mente que pensa idealmente, daí surgindo ideias nunca postas. O conhecimento sempre parte de uma realidade, de algo sobre o que se pergunta e se deseja responder. Dinâmicas instigadoras de indagações são ambientes férteis a produção de conhecimento, de inovações. E isso repercute nas subjetividades humanas que estão em permanente movimento; o humano é um ser de movimento que não precisa necessariamente do outro para se movimentar, mas o outro mexe na dinâmica desse movimento.

Dessa forma, concebemos que as nossas subjetividades se produzem e se refazem nas relações que estabelecemos com os outros sujeitos e com as condições que nos são favorecidas. Essa perspectiva é evidenciada em Marx, assim como em Vygotsky, ao reconhecer a necessidade de relacionar o sujeito com seu mundo. Nosso intuito é buscar pistas de como se dão as transformações subjetivas frente às transformações sociais. Como nos constituímos enquanto sujeitos?

O processo educativo permanente em si não desencadeia processos de transformação dos sujeitos, mas a transformação das subjetividades depende de interações significativas com o outro. São as interações propiciadas nas relações educativas ao longo da vida que promovem as possibilidades de que ocorram interações de saberes, valores desencadeando a apropriação e criação de cultura: “A gente vai conhecendo mais experiências, vai enriquecendo o trabalho, nossa parcela, nossa comunidade.”²⁰

O encontro promove relações complexas que não se limitam às dimensões econômicas, pois é na relação com o outro, em uma relação social, que se desencadeiam processos de transformações singulares. Em nosso campo empírico, é nesse encontro que detectamos a geração de relações afetivas que não existiriam se não fossem as feiras.

A história singular proporciona significações diferenciadas, portanto, o que vai desencadear processos de transformações do sujeito carrega uma complexidade tal que se diferencia para diferentes sujeitos. Porém, alteramos a realidade e somos alterados nessas transformações. Esse processo promove sociabilidades que não ocorreriam fora daquela realidade.

Retomando o pensamento de Vygotsky, a aprendizagem desencadeia processos de desenvolvimento que não ocorreriam sem essa aprendizagem que é mediada pelo mundo e

²⁰ Entrevista realizada com participante da feira agroecológica da UFPB, membro do assentamento Dona Helena, Cruz do Espírito Santo.

pelo outro. Assim, aprendizagem não é desenvolvimento em si, entretanto, é imprescindível aos processos de desenvolvimento humano.

Processo de educação permanente é imprescindível na transformação de relações estabelecidas entre os sujeitos que se relacionam, seja na organização e realização das feiras, seja nas relações com os consumidores. A apropriação cultural contribui para a criação de outros processos culturais. Além de que a presença do outro proporciona um espaço dialógico.

3.5.3 A constituição do sujeito na realidade social

Nossa investigação não é algo que se esgota na atual pesquisa, tendo em vista a complexidade do objeto. Entendemos que nosso intuito se configura, neste momento, na busca de indicações que nos remetam a essa constituição humana dentro do movimento de produção das feiras em transição agroecológica.

Existe um esforço de elaboração coletiva que provoca o outro e evidentemente é provocado pelo outro e que toca diferentes dimensões do sujeito inserido na coletividade, bem como as indagações próprias de cada sujeito. Um ser que provoca e é provocado pelo outro dentro de dimensões obviamente diferenciadas, mas que não são neutras. A presença do outro é provocadora, seja de indagações, de questionamentos, de crítica, de animo, de desânimo, desacomoda situações incômodas, porque põe em evidência a práxis como possibilidade de construção, com o outro, de uma alternativa às suas condições objetivas através da transformação da natureza. É imprescindível a presença do outro para a concretização da alternativa.

Nessas experiências é importante a presença do outro, mas não qualquer outro, mas um outro que promova situações ou provocações mobilizadoras de realização dos sujeitos, um outro que colabore para o desenvolvimento mútuo. Esse outro precisa estar em movimento de aprendizagem necessária para realimentar a realização das atividades necessárias à concretização das feiras. O que não ocorre naturalmente, mas necessita de aprendizagens acumuladas por parceiros que promovem situações de sociabilidades conjuntas. Esse processo se dá através de reuniões, encontros, visitas, conversas.

É uma grande educação, aqui nós temos estudantes que estão fazendo agroecologia que vem as nossas palestras e eles aprendem com a gente e

a gente aprende com eles. Eu recebo no meu sítio e eles ficam dizendo hoje eu aprendi muito e a gente também. A gente não via isso: um agricultor dando aula para universidade.²¹

São ambientes provocadores de discussão, de pensamento, de indagações aos camponeses, o que ocorre não só em ambientes fechados, mas nas moradias, nas parcelas de cada um. Um exemplo dessa natureza são os encontros que ocorrem com os participantes da feira de Patos, em que há uma preparação e apresentação das experiências em desenvolvimento, considerando o que cada um tem pesquisado, experimentado em sua parcela de terra. O que se faz fundamental é a sociabilização das experiências provocadoras de discussão. Essa socialização promove apropriações fundamentais às concretizações posteriores das atividades das feiras.

Esse processo envolve as famílias de camponeses que passam por esse processo, sendo um encontro para que cada família receba os parceiros em seus locais de produção e/ou moradia e apresente suas experimentações. A organização é coordenada pela família que prepara a alimentação dos participantes que é posteriormente rateada entre eles e conta com uma assessoria técnica que auxilia no planejamento e realização do evento.

Indagamos: o que isso muda? O fato de se colocar como sujeito provocador da discussão em pauta, de suas experiências, dos questionamentos já põe em movimento algumas questões fundamentais: primeiro, a responsabilização por uma atividade coletiva; segundo, a exposição das pesquisas e experimentos realizados; terceiro, o fato de se colocar na posição de coordenação já promove um avanço no sujeito que se coloca diante do outro e; quarto, há uma democratização da coordenação das atividades do grupo, promovendo um rodízio, mesmo que seja de forma provisória.

A evidência do sujeito se dá na sua relação com o mundo e os outros. Isso significa que o sujeito se forma a partir das relações que estabelece junto a outros sujeitos e o mundo que o circunda, entretanto, não há uma personalidade *a priori* que defina o sujeito. São as multiplicidades que se estabelecem no mundo que definem a constituição do sujeito.

A visão unilateral de sujeito determinado pelo meio, no empirismo clássico, e, por outro lado, um idealismo de um subjetivismo definida no sujeito em si limita a leitura das possibilidades de compreensão da constituição do sujeito e da subjetividade. As

²¹ Fala de um dos entrevistados para esta pesquisa, residente no sítio Ribeiro e membro da feira agroecológica realizada na Estação Velha, Campina Grande.

extremidades, em se tratando de sujeito, são leituras equivocadas que desconsideram a multiplicidade que constitui o sujeito em sua dimensão coletiva e individual.

A dúvida está presente na vivência dos humanos, são as indagações que possibilitam o humano avançar em sua inventividade. É esse eterno inconformismo inerente às invenções que eleva as transformações mais profundas. Mas, nem só de indagações vivem os humanos, visto que existe uma tendência ao conformismo e ao condicionamento a situações “cômodas”.

4 REALIDADE EM ANÁLISE: SUBJETIVIDADE E EMANCIPAÇÃO NO ÂMBITO DAS FEIRAS AGROECOLÓGICAS

Este capítulo contempla a análise da realidade estudada com a demonstração da realidade expressa pelos participantes, pelas observações realizadas no percurso da pesquisa de campo e sua articulação com as dimensões teóricas. Além das análises realizadas no decorrer do texto, demonstraremos a realidade encontrada nas revelações feitas pelos sujeitos que realizam essas atividades investigadas. Esta sessão demonstra pistas elencadas nas falas expressas nas entrevistas e nas observações realizadas durante o estudo de campo, visando analisar o indício de subjetividade, como categoria principal que versa todo o trabalho da tese, e a categoria emancipação.

4.1 INDÍCIOS DE SUBJETIVIDADES

As sinalizações de subjetividades estão presentes em todo o percurso histórico de construção das feiras agroecológicas solidárias, visto que as experiências são resultantes da atividade humana que envolve o sujeito em sua totalidade. Abordaremos uma análise no sentido de responder a seguinte questão: as subjetividades que envolvem os sujeitos das feiras agroecológicas permeados por uma educação popular proporcionam emancipação humana?

Partiremos da análise das relações de trabalho e comercialização que envolvia uma terceira pessoa que é denominada de atravessador, o qual comprava a produção dos camponeses por um preço abaixo do oferecido no mercado e vendia para outros. Em todas as experiências estudadas foi unânime a necessidade anterior em eliminar essa relação.

Assim, as feiras agroecológicas modificam uma trajetória econômica que foi transformada em sua radicalidade, que é a relação de comercialização que antes era estabelecida a partir da relação com o atravessador que ditava os preços dos produtos dos agricultores. Com a realização das feiras a comercialização passa a ser realizada diretamente ao consumidor. Processo inclusive que gera outra relação entre agricultores e consumidores, alimentada no cotidiano das feiras.

Esse processo de trabalho de organização e realização das feiras não é apenas uma transformação comprovada empiricamente na realidade econômica, mas transformações

nas relações, na cultura e nas subjetividades. “No curso destas relações, de trabalho, de produção, engendram-se transformações sobre a natureza e configurou-se a espécie humana. Uma trama, um campo altamente complexo e instável, onde o que há é uma rede de conexões que não pára de se produzir.” (ATHAYDE, 2004, p.197)

É na atividade no mundo concreto que se configuram as transformações humanas complexas, num movimento inacabado, aberto e de constantes transformações. Além das relações de poder ocorrentes a partir das lutas sociais desencadeadas pelos sujeitos. Isso se verifica com processos que rompem com uma lógica secular de relações aparentemente determinadas. São estratégias coletivas desencadeadores de utopias e práxis. Nesse espaço de configuração das experiências das feiras os pequenos camponeses ganham força, visto que se apropriam do fruto do seu trabalho, envolvendo-se no processo de planejamento até a comercialização direta ao consumidor.

Transformações individuais ou coletivas requerem planejamento estratégico, considerando o tempo histórico para realização imediata e posterior. Isso obviamente passa por um projeto de vida quando se trata das questões mais singulares e de um projeto mais socializado, em se tratando de demandas coletivas. Pensar o futuro assegurando os passos a ser seguido faz parte da constituição de um sujeito social e autônomo que toma conta do seu presente e constrói o seu futuro não permitindo apenas que as determinações sociais definam o seu futuro.

As condições históricas possibilitam tal realização, porém, a estratégia é imprescindível para realização de processos alternativos de desenvolvimento social, econômico, ecológico, subjetivos, sejam quais forem as dimensões que envolvem o fenômeno, tendo em vista que a realidade é concebida de forma articulada. O que pode ser desencadeado a partir da organização dos movimentos sociais e entidades de apoio que contribuíram com a construção de outras possibilidades. Podemos destacar dois momentos que são evidenciados pela luta com os movimentos. O primeiro para as áreas de assentamento, a luta pela conquista da terra através da reforma agrária, com apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT); e depois com a organização em torno da sobrevivência na terra ainda com o apoio da CPT, da Articulação do Semiárido (ASA), Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), da Cáritas e dos sindicatos rurais que, juntos desencadearam o movimento agroecológico na Paraíba.

Esse movimento busca resgatar as experiências dos camponeses valoradas pelas experimentações realizadas pelos próprios. Entretanto, não se configuram como práticas espontâneas, pois apresentam intencionalidades educativas presentes.

Com esse processo de produção e comercialização com a inclusão de todo mundo nas questões tem como base, manter o processo agroecologia, com essa produção sendo isso como meta para comercialização mais para o sistema de vida, um trabalho que venha fortalece processo da vida tanto do ser humano quanto de seres vivos desse planeta, então isso é um dos mais fieis, mais forte a gente não pode fugir desse processo agroecológico, a gente tem que ter esse carinho estar cumprindo isso, está sempre atento a isso é um ponto de base, até porque a gente precisa manter esse processo e ampliando a ele até porque não tivemos ainda a possibilidade de dizer assim, todo o processo da agroecologia a gente está praticando.²²

A educação desencadeada nessas experiências oportuniza educação formal àqueles que não tiveram acesso no período de infância e adolescência, objetiva a superação de realidades opressivas e a elevação do sujeito, o que se dá por meio de uma educação de processo.

4.2 REALIDADES EM CONSTRUÇÃO

A necessidade está na raiz da mobilização dos sujeitos desde os primórdios, organização que parte da necessidade de melhorar a vida, inclusive em sua dimensão econômica. Entretanto, as condições objetivas e subjetivas iniciais ainda não estavam postas para sua concretização. A possibilidade em si ainda não é condição para que ocorra a transformação de uma dada realidade.

Que milhares de pessoas morram de fome atualmente, quando existem condições materiais para que isso não ocorra, isso é alienação, pois decorre do submetimento dos seres humanos a relações de dominação, isto é, submetimento dos homens a um produto da própria atividade humana (DUARTE, p.61).

Na feira realizada no campus I da UFPB os sujeitos revelam que sua origem da ocorreu através de um desejo inicial de transformação de uma realidade que já vinha sendo

²² Fala de um dos entrevistados para esta pesquisa, residente no assentamento de reforma agrária Padre Gino e membro da feira agroecológica da UFPB, campus I, João Pessoa.

mobilizada desde quando a luta pela terra ainda se apresentava como uma utopia. Porém, a conquista da terra em si não assegura a sustentabilidade do sujeito, existe um desdobramento posterior que exige uma atividade fundamental à sua permanência. Nesse percurso histórico não foram poucos os que desistiram por não conseguirem visualizar sua concretização.

Mesmo com as dimensões em comum, as feiras agroecológicas apresentam particularidades, fruto da especificidade histórica pela qual tal experiência se desenvolveu. No caso do processo de organização da feira em questão existe em suas raízes a luta pela terra na região da várzea paraibana. A região tem 18 assentamentos de reforma agrária, tendo em sua história a existência das Ligas Camponesas na década de 1950. E, posteriormente, a atuação da CPT e do MST na região, num processo de ocupações e apoio à luta dos camponeses que desencadeou num aglomerado de assentamentos de reforma agrária.

A dimensão organizativa se afirma como preponderante na gestação dessa experiência, não só na sua concepção, mas na constituição de toda a mobilização no seio do movimento social popular de luta pela terra através da CPT, que esteve presente durante todo o processo organizativo. Várias lideranças da feira também fazem parte da CPT. A entidade ligada à igreja católica tem um papel expressivo na luta pela terra no estado, não só como apoio, mas na organização dos trabalhadores e trabalhadoras que lutam pela reforma agrária. Nessa perspectiva, o processo educativo e a mística religiosa têm sido temas transversais presentes em todos os espaços organizativos dos grupos e em particular nesta experiência.

Isso se dá na relação construída entre os agricultores e agricultoras e a assessoria da CPT que, a partir de uma perspectiva da Teologia da Libertação²³, procura refletir as dimensões da vida, relacionando com a espiritualidade. Esse aspecto é muito forte e acompanha toda a trajetória do grupo, o qual continua utilizando rituais religiosos, a exemplo de oração, leitura e reflexão da bíblia, relacionando-a com a realidade.

Segundo um dos coordenadores da feira:

Depois da feira, a gente tem um momento de oração muito importante. Não se sai sem fazer a oração. A gente agradece a Deus a forma que saiu

²³ Movimento que busca unir as dimensões religiosas e materiais da vida, contribuindo à organização dos oprimidos.

de casa até que chegou, por ter comercializado. Pela pessoa que apóia a gente, por aquele que está envolvido nessa luta. É um processo de oração da palavra de Deus. Isso ocorre também nas assembléias, em todo momento de trabalho nosso. A gente costuma iniciar e também finalizar assim.²⁴

Antes da participação na organização da feira, seus membros já participavam de outras organizações como a associação do assentamento, o grupo de mulheres, de jovens, o grupo religioso, o sindicato de trabalhadores rurais, o Partido dos Trabalhadores (PT) e a CPT.

A origem começou com um grupo de agricultores que buscava em produzir comercializados, e com a atitude de eliminar o atravessador, até porque achava que produzia e perdia no fruto da colheita cinquenta por cento para o atravessador. Fomos a luta com várias reuniões, para que agente pudesse conseguir um espaço físico, com uma estrutura para que a gente pudesse fazer a comercialização dos nossos produtos. A discussão ele foi feita a base de apoios, com entidades (CPT, Cáritas, o gabinete do deputado Frei Anastácio/PT).²⁵

Existe uma relação entre a trajetória vivenciada nos diversos espaços que permeiam o cotidiano de luta dessas pessoas e a elaboração de uma proposta de desenvolvimento coletivo. Assim, foi no processo de organização da vida, da luta que eles perceberam que só através da organização poderiam mudar suas vidas. Segundo a entrevistada:

Eu aprendi e isso vem de muito tempo, porque eu comecei a me organizar com essas coisas desde a minha luta pelo sindicato de Sapé. Eu comecei a minha luta pela comunidade de base. A gente vivia na base, onde eu morava era a comunidade de base.²⁶

4.3 INDÍCIOS DE SUPERAÇÃO DA SUBMISSÃO

Como uma das problemáticas em questão, era apresentada nas reuniões a comercialização através da presença do atravessador. A ideia era eliminar esse tipo de negociação por um que favorecesse aquele que produz, e que o trabalho realizado

²⁴ Membro da coordenação da Feira, texto de entrevista realizada para esta pesquisa.

²⁵ Fala de um dos entrevistados para esta pesquisa, residente no assentamento de reforma agrária Padre Gino e membro da feira agroecológica da UFPB, campus I, João Pessoa.

²⁶ Conversa informal de uma das participantes da Ecovárzea, pertencente ao assentamento Dona Helena, Cruz do Espírito Santo.

contribuísse para transformar a vida das pessoas de forma qualitativa, o que não ocorria por via do atravessador. A forma de comercialização estabelecida anteriormente desvalorizava o trabalho realizado na produção de alimentos, visto que o atravessador ditava os preços dos produtos, sempre alargando sua margem de lucro.

Eliminar a figura do atravessador é comum ao discurso dos camponeses e camponesas presentes em todas as feiras estudadas. Os trabalhadores reconhecem posteriormente que essa eliminação era apenas uma das etapas, visto que necessitaria de um processo de planejamento complexo envolvendo desde a escolha dos produtos, o plantio, a forma de produzir, a comercialização, a relação com o outro - seja os companheiros, seja o freguês.

Para superação da realidade posta era necessário construir estratégias que vislumbrassem um caminho que não negasse o anterior, mas que apontasse para pensar sobre o fazer em construção. E as reuniões são um momento fundamental para fomentar estratégias de mobilização para realização das atividades.

Essa primeira feira só se concretizou após um processo de cerca de cinco anos de discussões e tentativas do grupo de assentamentos, visto que as condições objetivas para sua realização foram dadas: primeiro, o conhecimento de outras alternativas existentes que demonstravam êxito; e, segundo, a mobilização do grupo assessorada pela Cáritas e pela assessoria do deputado Frei Anastácio (PT) e membro da CPT.

A realização da feira precisou de condições objetivas que possibilitassem sua realização, bem como a objetivação dos sujeitos que colocaram em prática uma alternativa que era mobilizada desde os primórdios da organização. Houve uma apropriação de algo que já ocorria em outras realidades semelhantes e uma objetivação da realidade, transformando a natureza em função das necessidades.

No caso das feiras da UFPB, durante sua realização e reuniões existe uma realização de rituais que incluem religiosidade, bem com a presentificação de elementos da natureza como dimensões místicas que instigam a espiritualidade e subjetividade dos sujeitos envolvidos. Essas dimensões são realizadas e trazidas para o debate da realidade concreta dos sujeitos, buscando envolver a consciência de ser pertencente a um mundo que só pode ser transformado através de uma mobilização em função da realização de sonhos em realidades concretas de interlocção entre parceiros que são diferentes, mas com necessidades semelhantes, e o que resta é juntar as forças. É reconhecida a necessidade da

presença imprescindível do outro para que haja outra realidade construída através de planejamentos continuados. Parceria sem a qual não haveria luta pela terra, não haveria a organização das feiras agroecológicas e alternativas dessa natureza.

A problemática de uma organização econômica presente na vida das classes populares decorre, entre outras coisas, da cultura pela qual os sujeitos vivenciaram o processo de trabalho em que o saber, o planejamento, o conhecimento em geral está centrado num grupo que domina o poder. O fato de não se vivenciar determinadas situações na concretização da vida não promove subjetivações fundamentais para a realização de projetos posteriores, inclusive do projeto de vida.

Na trajetória das feiras agroecológicas há uma afirmação do outro como parceiro de realização que é a base pela qual as experiências exitosas prosperam. Parece óbvio, mas essa dimensão do reconhecimento do outro pode ser primordial para os grupos que desejam se mobilizar nessa direção, visto que nas relações capitalistas dominantes em que existe um dono ele pode comprar o trabalho do outro. Porém, nessa relação constituída por pessoas das classes populares não existe um dono específico, todos são igualmente responsáveis pela totalidade da organização, mesmo que alguns exerçam papéis diferenciados, mas ninguém pode exercer o papel de patrão, visto que tira o caráter coletivo cooperativo de tal organização e pode mobilizar desacordos incompatíveis.

Muda a partir do conhecimento, as informações que você recebe, têm a consciência transformada por conta disso. A participação, a capacitação que você tem quando você participa das visitas de intercâmbio. Então isso faz com que a gente veja o mundo de outra forma, principalmente com essa visão agroecológica, para ficar mais forte, dar mais estabilidade nas discussões você está preparado para fazer reuniões, fazer entrevistas em qualquer lugar que seja, para quem quer que seja, dar mais segurança, mais responsabilidade. Eu vou levar esse processo amplo a todo o grupo, mas alguém pode falar algo que não falava anteriormente, quando ele vivia no processo convencional. Hoje fala de uma coisa nova, essa coisa nova ele aprendeu e estar tentando praticar, então isso estar evoluindo e isso é mudança. Então o novo sempre é mudança para a gente, você manter todo o final de semana a sua renda, isso é uma coisa que você não tinha no passado. Com esse processo de organização, porque no passado você era privado, O povo tem um ditado popular: “pau mandado”. Chegava alguém a mandar você fazer algo e lá para outra semana você recebia.²⁷

²⁷ Fala de um dos entrevistados para esta pesquisa, residente no assentamento de reforma agrária Padre Gino e membro da feira agroecológica da UFPB, campus I, João Pessoa.

A relação entre sujeitos das classes populares que desejam realizar projetos ou experiências dessa natureza tem com princípio fundamental uma relação eminentemente de cooperação.

As formas de trabalho no âmbito das feiras agroecológicas se baseiam em princípios e valores como a autogestão, com o envolvimento de todos os participantes das feiras em todos os processos de planejamento, de organização e de gestão das atividades. Diferente de uma heterogestão, onde há uma concentração do poder: “A heterogestão parece ser mais eficiente em tornar empresas capitalistas competitivas e lucrativas” (SINGER, 2002, p.23). Assim como é fundamental o êxito do outro para que exista de fato uma emancipação coletiva.

Trabalhos individuais e trabalhos coletivos não são um paradoxo, são necessários para que se realize aquilo que foi planejado, o que é de reponsabilidade individual e o que é de responsabilidade do coletivo. O enfrentamento desse conflito tão presente nas discussões de esquerda se coloca como um desafio a ser enfrentado numa dialética em que se supere a contradição entre coletivistas e individualistas, mas que se reconheçam as dimensões presentes nas relações humanas de singularidades e coletividades.

Apesar da necessidade de organização economicamente presente nos discursos, na vivência e na realidade concreta dos agricultores e agricultoras, o processo de criação dessa alternativa de comercialização dos produtos da terra foi concretizada após uma certa maturidade dos grupo, que reconheceram que seria imprescindível existir uma organização coletiva para realizar os objetivos propostos.

A necessidade econômica existia desde o princípio da organização como algo isolado, visto que há uma necessidade de abordar outras dimensões para que o problema seja enfrentado. Foi preciso a apropriação de elementos que não estavam presentes na cultura local para que houvesse uma objetivação das propostas discutidas. O conhecimento anterior de uma atividade efetivada na realidade concreta tem estado presente nas falas dos participantes. O processo de organização prescinde de um planejamento sistemático, da produção agroecológica, comercialização.

Os participantes originam-se de situações diversas: empregados de usinas de cana de açúcar, trabalhadores alugados, desempregados, situações que limitavam a autonomia

para planejar e comercializar a produção. Isso se reflete na dificuldade de desenvolvendo posterior após a conquista da terra, entretanto, herdaram a cultura da discussão dos problemas coletivos, e isso foi primordial no desenvolvimento da constituição da atividade coletiva.

As feiras apresentam uma organização que envolve práticas educativas que fortalecem a aprendizagem de todo o processo produtivo, da comercialização junto a uma reflexão coletiva através dos encontros, reuniões e na própria realização da Feira. Uma atividade alternativa dessa natureza requer um processo educativo permanente que possibilite sua viabilidade com intuito de transformação da vida na direção da realização do que se objetiva. A apropriação das dimensões técnicas não garante sua efetivação, visto que a proposto tem que fazer sentido para os sujeitos envolvidos.

A alternativa de produção e comercialização solidária implica um planejamento anterior da produção, da organização, de atendimento aos anseios dos parceiros consumidores. Essa relação de interlocução com o outro produz tanto a necessidade de planejamento para atender expectativas quanto outras necessidades, outras vontades, outras demandas, inclusive em relação à produção. O exercício do planejamento ajuda no raciocínio abstrato, pois não se pode mais pensar no concreto e no imediato, mas é preciso se preparar para o futuro, o que ajuda poder realizar uma análise crítica da realidade imediata.

A prática em atividade demanda dimensões que estão no limiar entre o concreto e o subjetivo, sendo que a dimensão concreta é perceptível por suas formas objetivadas, enquanto que as dimensões subjetivas podem ser invisibilizadas em decorrência das relações desenvolvidas. Elucidar aquilo que está oculto pode ser uma estratégia significativa para enfrentar problemas, o dado se transforma em possibilidades, ou liberdade para escolher.

Reconhecer a produção de possibilidades nos humanos é uma estratégia importante para as classes populares, em especial para aqueles que não conseguem vislumbrar a transformação de suas vidas. A capacidade humana de abstrair produz sonho, visualizar daquilo que deseja, o que em si não é realidade, mas que se apresenta como perspectiva, direção a ser buscada. O sonho vai nortear o caminho do sujeito.

Para mim o que é mais importante é o trabalho que faço e também conseguir aquilo que a gente deseja. E a mudança de local que também é importante, é como se fosse sair do Nordeste para morar no sul. Isso é importante, eu tenho até uma viagem marcada agora no mês de julho para conhecer uns familiares. Meus irmãos perguntaram se eu queria ir de ônibus ou de avião, eu quero ir de avião porque além de ser uma viagem rápida é um sonho que eu quero realizar.²⁸

Para além da feira em si, constroem-se sonhos, e sua existência cria as condições para que eles possam ser viabilizados. O trabalho realizado vai proporcionar aquilo que representa a dimensão do sonho, de um desejo a ser realizado. A importância de uma atitude crítica no processo de constituição da emancipação humana.

A crítica é está na base da construção de sociabilidades emancipatórias libertárias, tendo em vista que o processo de constituição humana passa necessariamente pela presença do outro que deixa sua marca na nossa história. A presença expressa pela crítica possibilita que outro olhar amplie nossa capacidade de pensar e agir no mundo. Isso obriga um olhar para si, possibilitando uma autorreflexão e uma autoavaliação das próprias singularidades. As críticas são fundamentais na constituição de valores éticos.

A crítica é fundamental porque constrói uma ética necessária à vivência com princípios básicos que constituem relações de respeito à vida das pessoas e ao ambiente. Entendendo que o mundo não é algo que esteja apenas para atender singularidades de alguns em detrimento da maioria. Sem o exercício da crítica os caminhos são percorridos sem paradas necessárias para a correção daquilo que se deseja alcançar. A crítica é imprescindível para construir princípios que norteiam os caminhos.

Há uma dimensão subjetiva construída nas relações intersubjetivas que ocorrem em torno da organização e realização das feiras agroecológicas que são sinalizadas nas expressões singulares dos sujeitos, bem como nas relações sociais. Essas dimensões nem sempre reconhecidas em seu valor e relevância estão na base de constituição das experiências estudadas. Estas estão presentes nos discursos e no cotidiano das relações que se estabelecem entre os camponeses e camponesas e entre os diversos parceiros que apoiam as iniciativas em curso, sejam as assessorias, movimentos sociais, sindicatos,

²⁸ Fala de um dos entrevistados para esta pesquisa, residente no assentamento de reforma agrária Padre Gino e membro da feira agroecológica da UFPB, campus I, João Pessoa.

entidades da igreja, instituições públicas, universidades, MDA, prefeituras ou os consumidores que usufruem dos produtos agroecológicos.

São vínculos de natureza diferenciada, mas são primordiais na sua sustentação das experiências desenvolvidas pelos camponeses da agricultura familiar. No que se refere à produção da agricultura familiar que vivia na obscuridade diante da exaltação do agronegócio, hoje há indícios de visibilidade dessa produção.

Segundo dados do Censo 2006 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a agricultura familiar é a principal responsável pela produção de alimentos básicos para os brasileiros, sendo também uma grande fornecedora de proteína animal. O critério utilizado para denominar as áreas de agricultura familiar segue a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, quais sejam:

a área do estabelecimento ou empreendimento rural não excede quatro módulos fiscais; a mão de obra utilizada nas atividades econômicas desenvolvidas é predominantemente da própria família; a renda familiar é predominantemente originada dessas atividades; e o estabelecimento ou empreendimento é dirigido pela família.” (IBGE, 2006)



Figura 06. Números da agricultura familiar
Fonte: IBGE, 2006

A pesquisa citada apresenta dados oficiais do reconhecimento real da produção agropecuária da agricultura familiar brasileira que até então era obscura. Essa visibilidade

demonstra um papel social significativo daqueles que produzem alimentos básicos a exemplo da mandioca, feijão, café, arroz, trigo e soja, além do reconhecimento do fornecimento da proteína animal. Dentre essas estatísticas estão a produção da agricultura familiar paraibana e em singular a produção das feiras em transição agroecológicas como produtoras e fornecedoras de alimentos diretamente ao consumidor.

O programa A Voz do Brasil desta terça-feira (28) ressaltou que 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros são oriundos da agricultura familiar e destacou a importância do Selo da Agricultura Familiar, programa criado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para dar visibilidade aos produtos da agricultura familiar, que compõem em torno de 70% dos alimentos consumidos no Brasil, e como mecanismo de informação sobre procedência dos produtos.²⁹

Nessa perspectiva de trabalho o conhecimento ganha horizontalidade e os camponeses se apropriam dos saberes postos. Diferentemente do modelo do agronegócio que manipula os conhecimentos, as técnicas e os insumos, na agroecologia os saberes são sociabilizados. O conhecimento é social e preciso estar disponível para ser utilizados por aqueles que dele precisam. Nesse sentido, a agroecologia trabalha em função da convivência do humano com o ambiente.

Na medida em que possibilitam a negação aos agrotóxicos, as práticas produtivas agroecológicas geram mais autonomia e controle dos camponeses sobre os recursos utilizados na produção dos alimentos, diminuindo a necessidade de empréstimos, distanciando-os, assim, da dependência às indústrias oligopolistas do setor de insumos químicos. (SANTOS, 2010, p.199)

Essa conquista ocorre dentro de uma conjuntura social e política de movimentos sociais, ONGs, sindicatos rurais, ASA/PB e ASA/Brasil que se articulam num movimento que tem como base a agroecologia. Essa articulação tem uma dimensão local e nacional que envolve uma luta política de valorização dos pequenos agricultores que produzem o alimento saudável e mantêm uma convivência respeitosa com o ambiente em que vivem.

Tem vários aspectos de mudança na minha vida, primeiro a consciência, o desejo de definição você está definindo, você já é definido por uma

²⁹ Fonte: Site oficial do Ministério do Desenvolvimento Agrário Brasileiro.

categoria à agricultura familiar mais você dentro desse processo definiu a produzir, num processo agroecológico, por que não é só produzir, é também conhecer e defender, praticar preservar isso. Qual é o princípio da agroecologia? conhecer, depois você passa a defender, depois de defender você tem duas coisas: você tem que praticar e preservar ou preservar e não praticar. Começa a praticar esse processo, e tem área que já é agroecológica, tem de preservar aquilo e não só produção dia ou parcial. O conhecimento ele é para o processo de defesa e preservar é no sentido amplo num ambiente onde quer que você esteja, não só na sua casa, na comercialização, onde que você esteja você tem que está definindo, defendendo, conhecendo e defendendo e preservando.³⁰

A realização do trabalho nas feiras se amplia na vida do sujeito com desdobramento nas dimensões culturais, porque há uma transformação da vida do sujeito. A categoria individualidade para-si desenvolvida por Duante (1993) se refere à possibilidade humana de reconhecer de forma consciente.

O homem não criou a natureza, mas criou a sociedade, criou o mundo humano. Para que ele não se aliene perante o mundo por ele criado, ele precisa ver a si próprio objetivado nesse mundo, precisa reconhecer esse mundo como um produto de sua atividade. Isso porém, não é possível a não ser no interior do processo através do qual o homem transforma as relações sociais em relações para-si. DUARTE (1993, p.82)

A ética está presente nos regimentos internos ou estatuto das associações, mas a sua efetivação ocorre pela incorporação do sujeito. Ela ocorre nas reuniões, visitas às áreas de produção, nas discussões com os parceiros. E aparece frequentemente no discurso direcionado para os consumidores. São evidenciadas quando os consumidores indagam sobre a procedência dos produtos. Como no seguinte trecho: “aqui a gente faz tudo para não decepcionar o consumidor, porque se a gente decepcionar o consumidor, estamos decepcionando a nós mesmos.”³¹ Essa fala revela pistas de uma relação de confiabilidade do consumidor que precisa ser mantida, assim como uma confiabilidade direcionada a si mesmo, como algo que ocorre na relação intersubjetiva.

³⁰Fala de um dos entrevistados para esta pesquisa, residente no assentamento de reforma agrária Padre Gino e membro da feira agroecológica da UFPB, campus I, João Pessoa.

³¹ Fala de uma camponesa em entrevista para essa pesquisa, participante da Feira de Patos/PB.

No início da feira eu posso dizer que eu era uma pessoa e hoje sou outra, porque não tinha conhecimento com as pessoas pouco eu sabia falar, desenvolver uma pergunta que me perguntasse. Eu ficava matutando e não conseguia responder nenhuma pergunta que me faziam, talvez de dez eu respondia uma certa. Hoje eu acho que sei mais porque quando a gente se apegar com o conhecimento é mais fácil você fazer uma pergunta e eu saber responder e quando não tem conhecimento é muito difícil. Por isso os cursos que a gente faz são muito importantes a gente pega conhecimento.³²

A fala citada remete à importância do conhecimento no processo de transformação do sujeito. Para um dos camponeses:

a feira não é apenas um espaço de comercialização, mas um espaço de encontro, de diálogo, tem uma relação, há valores que estão sendo produzidos. Trás uma autonomia, você produz e sabe que vai comercializar. É um processo de confiança, de credibilidade.³³

Como já afirmara Marx: (2009, p.31) “A produção das ideias, das representações, da consciência está em princípio diretamente entrelaçada com a atividade material e o intercâmbio material dos homens, linguagem da vida real”.

4.4 A NEGAÇÃO DO USO DE AGROTÓXICOS: ENTRE A ALIENAÇÃO E A CONSCIÊNCIA

Partimos a nossa análise de um dos depoimentos que elucidou danos fatais as pessoas pelo uso de agrotóxicos:

Eu perdi um sobrinho e um vizinho. Estava fazendo universidade, já se formando. Estava pulverizando com um corte no braço e pingou e começou a sentir dor de cabeça, o pai dele é dessas pessoas fechadas e ele só veio se queixar a mãe no outro dia. A dor de cabeça cresceu, lavaram ela para Campina Grande e o médico disse tem que ir para João Pessoa, levamos ele na sexta e trouxemos no sábado ele no caixão. Ele usou polysul. Nós começamos a pesquisar o que estava acontecendo. E a solução foi deixar de usar o veneno. O que estava acontecendo é que veneno mata e não é para se colocar em coisa nenhuma, nem para gado, nem para gente. Eu usei 15 anos mas faz 15 anos que a gente não usa veneno. Não era por maldade, era porque a gente vendia na Ceasa e se levasse mercadoria fraca a gente não vendia, você tem que competir com

³² Fala de um dos entrevistados para esta pesquisa, residente no assentamento de reforma agrária Padre Gino e membro da feira agroecológica da UFPB, campus I, João Pessoa.

³³ Fala de um dos participantes da Feira realizada na UFPB/JP, pertencente ao Assentamento de Reforma Agrária Padre Gino, localizado no município de Sapé.

o outro, tem que ser esperto e apresentar uma mercadoria melhor, se não tinha prejuízo. A gente tinha 14 tipos venenos, fungicida, inseticida... a gente misturava, isso tudo tem agrotóxicos na composição. Hoje a gente não tem nenhum, só água e estrumo, a gente produz melhor que antes, hoje eu tenho saúde. Veneno não é para se colocar em coisa que se come.³⁴

O depoimento revela uma transformação de perspectiva de produção a partir de fatalidades vivenciadas e sentidas na realidade do sujeito. E a partir de uma consciência da realidade danosa é que o sujeito resolveu mudar a forma de trabalhar, e mudou também a forma de refletir a respeito de suas práticas. Passou a ter consciência dos danos provocados pelo modo de realizava seu trabalho.

Entretanto, os danos provocados pela produção com o uso de agrotóxicos nem sempre são visibilizados, seja para os humanos que utilizam na produção, seja no consumo de alimentos contaminados com substâncias nocivas à saúde, com todas as doenças provocadas a curto e longo prazo. Além das consequências que deixam no ambiente, e a aparência pode estar escondendo o que existe de fato no produto, visto que em geral não é informada para o consumidor a procedência de determinados produtos.

As feiras em transição agroecológicas são ambientes que trazem como princípio básico, comum a todas as feiras dessa natureza, a não utilização de fungicida, herbicida, venenos ou qualquer tipo de agrotóxicos. Os produtos utilizados são confeccionados a partir da própria natureza com o esterco do gado, a pimenta, algumas plantas que não sejam danosas para saúde. É um princípio básico de respeito à vida que vai se firmando na ética dos grupos que trabalham na base da agroecologia.

As feiras apresentam dimensões em comum que perpassam o processo organizativo referentes a todas elas, como a dimensão ética, que está na base dos princípios. Não é admissível a utilização de agrotóxicos/venenos nos plantios realizados para produção das feiras. Esse princípio é comum a todas as feiras em transição agroecológica: “A responsabilidade da gente está trabalhando com agricultura saudável, sem contaminação, sem uso de agrotóxicos, usando os defensivos naturais”³⁵.

³⁴ Fala de um camponês entrevistado para essa pesquisa, participante das feiras realizadas nos municípios de Campina Grande e Lagoa Seca.

³⁵ Fala de uma camponesa em entrevista para essa pesquisa, participante da Feira de Patos/PB

A utilização de produtos como pesticidas não é permitida, sendo assegurado em documentos, estatutos e regimento interno, além de comissões de ética que avaliam se tal pressuposto está sendo cumprido. Os problemas gerados a partir de qualquer deslize são levados para discussão em reuniões e assembleias das associações dos camponeses. Quem não cumprir tal princípio é excluído das feiras agroecológicas.

Outra questão é a evidência do trabalho que envolve a família, com relações em que as mulheres camponesas ganham espaço, visto que participam ativamente do processo de produção e comercialização. “As mulheres tiveram mais participação na organização da feira, trazendo seus produtos para a ajuda familiar e para as mulheres se desenvolverem. As mulheres agricultoras tomaram mais autonomia”³⁶. Além de um reconhecimento do papel da mulher nessas atividades, elas contribuem significativamente com a renda e, inclusive, no papel político de organização das feiras, visto que das três experiências analisadas, duas são formalmente coordenadas por mulheres.



Figura 07. Participantes da feira em Patos/PB.
Fonte: Nelsânia Batista, 2012.

³⁶ Fala de um camponês entrevistado para essa pesquisa, participante das feiras realizadas nos municípios de Campina Grande, residente no município de Lagoa Nova.

4.5 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A pesquisa de campo, com a aproximação através de visitas, diálogos informais e entrevistas sinaliza algumas indicações a serem analisadas posteriormente, mas já aponta algumas pistas:

Primeiro: a realização das feiras passa por uma experiência acumulada sociabilizada com parceiros que se articulam através de encontros, reuniões, seminários, visitas de intercâmbios, com acompanhamento de uma assessoria técnica responsável.

Segundo: a disposição de socializar um saber que passa de um grupo para outro tem sido imprescindível na construção dessas experiências, indicando uma aprendizagem anterior à realização e concretização das experiências. Assessores ou camponeses apresentam as experiências acumuladas para outros grupos que têm interesse na realização de alternativas semelhantes.

Terceiro: a importância dos intercâmbios que proporcionam visitas aos locais de produção e comercialização. Esse momento é composto de visualização da concretização do fenômeno, bem como a socialização do processo de planejamento e execução da atividade. O contato com uma prática que já vem se realizando em diversos espaços e o diálogo com os parceiros proporciona uma credibilidade em concretizar algo dessa natureza.

As palavras de Iasi (2011, p.169) traduzem esse tipo de processo educativo tão necessário à emancipação das classes populares:

Para nós, então, de forma sintética, a realidade concreta é a nossa matéria prima, é o ponto de partida de todo conhecimento e é, também, o ponto efetivo da atividade de formação, é o nosso instrumento de superação das aparências e de compreensão da realidade. A atividade de formação é o encontro entre a vida e a teoria, quando o esforço pedagógico se expressa na tentativa de traduzir a teoria em vida, vivenciá-la.

A realidade vivenciada produz aprendizagens que repercutem na vida dos sujeitos em sua concreticidade como nas dimensões sociais e afetivas. Além dessas questões, é perceptível nos diálogos com os participantes um discurso que demonstra satisfação em trabalhar com algo que não só oferece renda, mas que produz um alimento saudável que não agride o ambiente e não utiliza venenos. Outro aspecto é o vínculo com o consumidor que tem demonstrado indicações de afetividade.

Além da dimensão afetiva, essa relação de devir produz implicações fundamentais na constituição de uma ética inerente a esse tipo de atividade:

Essa é a conclusão do nosso trabalho. Agricultores, não vendedores, produtores que estejam na atividade agrícola, produzindo para trazer para feira aqui. A gente tem aqui consumidor fiel e a gente tem que ser fiel a eles também, porque quando a gente passa sinceridade para eles, eles dão aquele apoio. A gente sente que eles confiam tanto na gente, que se a gente frustrar, eles ficam frustrados também. O consumidor está em primeiro lugar para mim e acredito que seja para todo mundo aqui. A gente sabe que o que está no campo é o que nossos avós consideravam a medicina alternativa deles e eles procuram aqui, porque eles têm isso na cabeça.³⁷

As feiras pesquisadas carregam uma singularidade de encontrar uma identificação nas raízes culturais vivenciadas nos resgates estabelecidos pelas tradições culturais dos participantes e evidenciadas em seus discursos. Busca-se o novo baseado nas experiências culturais dos camponeses que ficaram na memória daqueles que buscam esse tipo de alternativa.

Destarte, há uma educação em processo que se dá de forma dialógica, mas que se pauta num conhecimento que se dá entre camponeses, assessorias, entidades, movimentos sociais, instâncias governamentais e não governamentais. Essa educação imprescindível a uma prática diferenciada daquela que prevalece na sociedade capitalista requer necessariamente um processo educativo que possibilite a socialização de outras práticas com princípios de respeito a vida e o ambiente.

A gente começou a passar por um processo de formação, capacitação na base da projeção e economia solidária, e nós conseguimos montar esse objetivo com um termo coletivo, aí nós começamos a entender que para esse processo existir precisava de que a gente tivesse um processo organizativo na base da coletividade, então nós começamos a produzir e com essa produção busca esse objetivo de comercialização e a partir das discussões para o termo formação tanto da comercialização, que não é só comercializar que comercializar é a palavra mais por traz dela tem todo um processo que precisa ser formado de atender bem um cliente, de ter um processo de higiene, um processo ético, tem toda uma formação que você tem que estar preparado para atender o público. Dentro desse mesmo espaço a gente também estava pensando no processo da feira, da infra estrutura, a gente vai comercializar precisa de um espaço no

³⁷ Fala de uma camponesa em entrevista para essa pesquisa, participante da Feira de Patos/PB.

primeiro momento, depois a gente tem a estrutura, para colocar na rua e fazer esse processo, fomos a luta e conseguimos essa estrutura.³⁸

Existe um trabalho aparentemente implícito que é realizado nos bastidores do processo, mas que é imprescindível para sua realização. A esse trabalho denominamos de trabalho educativo em que os sujeitos se apropriam de conhecimentos necessários à realização das alternativas, sem o qual as peculiaridades inerentes as tornariam inviáveis, visto haver uma lógica de organização, de princípios que sustenta esse tipo de organização.

[...] aprendizado não é desenvolvimento: entretanto, o aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental e põe em desenvolvimento vários processos de desenvolvimentos que, de outra forma, seriam impossíveis de acontecer. Assim, o aprendizado é um aspecto necessário e universal do processo de desenvolvimento das funções psicológicas culturalmente organizadas e especificamente humanas. (VYGOTSKY, 1998, p 118)

As contribuições de Vygotsky levam a pensar a importância da aprendizagem como desencadeadora de processos de desenvolvimento humano. Assim, sem o processo histórico de aprendizagem pelo qual passaram os participantes, essas experiências não teriam se realizado dessa forma, como também os sujeitos envolvidos não teriam os conhecimentos que tais experiências lhes proporcionaram. A construção dessas atividades gera um processo de desenvolvimento humano que não ocorreria sem os processos educativos desencadeados nas reuniões, nos encontros, nos intercâmbios, nos seminários e no curso das experiências objetivadas: “O professor Sebastião Pinheiro passou três dias dessa semana conosco, discutindo sobre nossas experiências e os estudos que ele realiza. Seria muito bom que tivesse outros professores que realizassem um trabalho como ele”³⁹.

Esses processos buscam resgatar as práticas enraizadas na cultura popular que sejam compatíveis com tais princípios, ou seja, o uso de um saber acumulado pelas populações camponesas de preservar a vida, o trabalho e as pessoas em suas relações fundamentais para essas experiências que exigem convivência e relação de cooperação.

As transformações das dinâmicas sociais não são proporcionadas por uma relação de causa e efeito como previam os comportamentalistas ortodoxos, mas tais transformações decorrem de processos mediados por sujeitos que mobilizam outros

³⁸ Fala de um dos entrevistados para esta pesquisa, residente no assentamento de reforma agrária Padre Gino e membro da feira agroecológica da UFPB, campus I, João Pessoa.

³⁹ Conversa informal com um dos participantes das Feiras Agroecológicas da ECOBORBOREMA.

sujeitos na possibilidade de transformação de suas realidades concretas. O sujeito observa as possibilidades desenvolvidas em experiências concretas, faz suas indagações a partir do diálogo e a partir desse concreto ele visualiza a possibilidade de construção de suas próprias experiências.

Segundo um dos participantes das feiras existe uma transformação nas pessoas "a partir do momento que você participa, debate sobre as questões, fica mais comunicativo e procura se organizar mais"⁴⁰. Isso confirma a compreensão de que as transformações não ocorrem instantaneamente, nem são permanentes, requer um processo educativo permanente junto a essas experiências. Existe um tipo de educação presente nessas experiências que se diferencia da educação formal, entretanto, isso não dispensa a necessidade paralela de uma educação formal: "Cada vez mais aprendemos mais, porque a gente participa dos cursos e se desenvolve mais, adquire conhecimentos que antes a gente não tinha. Então eu creio que quem vive nessa feira pegar outros conhecimentos que não tinham"⁴¹.

Entretanto, a construção do conhecimento necessário à elevação dessas alternativas não decorre da troca de conhecimento, mas da possibilidade elaborativa que os sujeitos intencionam. A necessidade de produção de conhecimento nesse campo se evidencia pela perspectiva de avanço das experiências em curso, mas também daquelas que ainda não aconteceram pela falta de condições, inclusive de acesso ao conhecimento.

Destaca-se a necessidade de produção de conhecimento e não simplesmente a promoção de uma relação entre saberes acadêmicos e saberes populares. Essa produção de um conhecimento transpõe a dimensão meramente de troca de saberes. Isto ocorre nas ações extencionistas, nos exercícios de auto-gestão e em tantas outras possibilidades, mas não se constitui, simplesmente, de processos relacionais. Vislumbra-se a produção de conhecimento acadêmico com a participação da comunidade na busca da autonomia própria. (MELO NETO, 2004, p.111)

⁴⁰ Fala de um camponês entrevistado para essa pesquisa, participante das feiras realizadas nos municípios de Campina Grande e Lagoa Seca.

⁴¹ Fala de um dos entrevistados para esta pesquisa, residente no assentamento de reforma agrária Padre Gino e membro da feira agroecológica da UFPB, campus I, João Pessoa.

O panorama das feiras em transição agroecológicas traz a discussão sobre a lógica desenvolvida a partir dessas experiências, dentre as quais a promoção de subjetividades. Esse panorama traz dimensões fundamentais na sustentação dessa perspectiva:

Primeiro: a perspectiva de que a alternativa tem suas peculiaridades, porém, desenvolvida dentro de um modelo dominante de sociedade que segue a lógica do capital, portanto, as experiências em curso não estarão isentas da vinculação e desdobramento desse fato. A questão que se coloca: é possível construir uma alternativa autêntica diferenciada desse modelo, se o que prevalece são relações que privilegiam o capital?

Segundo: sua perspectiva de desenvolvimento é alimentada por uma visão que considera outras dimensões como fundamentais ao desenvolvimento. O trabalho carrega consigo uma dimensão associativa de camponeses oriundos de áreas de assentamentos de reforma agrária e de pequenos trabalhadores e trabalhadoras da agricultura familiar. Há uma busca de respeito à vida, seja humana ou do ambiente, e as relações de trabalho são exercidas pelas famílias camponesas, o que favorece uma aproximação entre seus membros. Esse movimento é alimentado por um trabalho educativo com intencionalidade de construção de uma perspectiva agroecológica. Essa educação não formal possibilita que os camponeses se apropriem de um saber que não existia anteriormente no seu cotidiano, além de resgatar práticas desenvolvidas por seus antepassados que são fundamentais a preservação da vida e o trato do meio ambiente em que vivem.

Terceiro: existe uma política de governo de incentivo a essas alternativas. Isso pode ser importante porque traz um incentivo concreto de investimento para os pequenos produtores, entretanto as experiências correm o risco de se tornarem dependentes das políticas governamentais que tendem a se modificarem.

Quarto: a dimensão praxiológica de poder exercer a atividade e refletir sobre ela, além de poder exercer a criação e experimentação de experiências que podem ser desenvolvidas pelas famílias e compartilhadas entre os parceiros.

Quinto: a gestão compartilhada entre os camponeses que exercem um planejamento coletivo das atividades a serem desenvolvidas pelo grupo e as atividades individuais que serão desenvolvidas pelas famílias.

Sexto: É imprescindível a relação de parceria entre os camponeses que de forma individualizada não poderia exercer tais atividades da forma como vêm se desencadeando essas experiências.

Sétimo: o papel da experiência concreta no desencadear de outras alternativas, sendo as visitas de intercâmbio o lugar privilegiado de elevação do diálogo a partir de uma experiência experienciada na prática. Esse momento de visita se dá através da observação e de um diálogo que se estabelece entre os parceiros que compartilham suas experiências no intuito de que aquele diálogo crie expectativas, imagens, sonhos e possibilidade de construção de um processo semelhante. Esse processo tem uma dimensão educativa estratégica, uma educação que não ocorre formalmente, mas que possibilita saberes fundamentais com noções de economia, gestão, princípios, ética, leis, regimentos e principalmente aprendem essa forma de compartilhar saberes para exercerem com outros.

Estes argumentos retomam a questão inicial: como os humanos produzem subjetividades no percurso de transformação de suas realidades?

A subjetividade se objetiva na realização das objetividades humanas, ou seja, na realidade que apresenta formas reais e concretas. Logo, o concreto está permeado de subjetividades. É o fazer humano que está presente no mundo concreto, construído pela realização da atividade humana.

Diferente do fazer das tecnologias que precisam da criação humana para existir, os humanos não só criam objetos concretos, mas produzem subjetivações que vão além da concretude. Têm a capacidade de produzir suas próprias subjetividades, e isso se dá nas relações que se estabelecem com os outros e com o mundo. A relação com o outro nunca é neutra, sempre traz transformações significativas para ambos, porém, esse movimento não é linear nem segue um determinismo preconizado pelo comportamentalismo clássico, o qual partia da ideia de que o humano seguia repostas comportamentais determinadas de forma direta, num movimento de causa e efeito. Entretanto, na sociedade contemporânea predominam relações de exploração do trabalho, visto que isso permite maior acúmulo de capital, independente dos danos provocados no outro.

As discussões em curso sobre a perspectiva da agroecologia têm intencionalidades reais que se concretizam a partir das experimentações que se realizam em diversos espaços, mas que têm em comum a perspectiva de transformação da sociedade dominante na contemporaneidade.

A ideia é que a possibilidade de a experiência contribuir com o desenvolvimento de outro jeito de viver, pautado em outros valores. Valores éticos que preconizem a vida em toda sua plenitude, tendo para isso parâmetros éticos que priorizem outras relações, entre

as quais a de trabalho, a relação com o outro, com as afetividades, com o ambiente, com os saberes.

[...] tais feiras instrumentalizam os camponeses na busca pelo afastamento ou rompimento total das antigas relações de subordinações as quais os mesmos se encontravam submetidos no que se refere ao processo de produção e comercialização agrícola. Nesse contexto, é comum que as transformações técnicas realizadas através da agroecologia sejam acompanhadas por um discurso político a eles correspondente, que mobiliza uma forte oposição em relação a agricultura “convencional” e ao agronegócio, entendidos como tipo de produção responsáveis por inúmeros problemas ambientais e sociais no campo. (SANTOS, 2010, p.16)

A perspectiva da agroecologia mostra um horizonte a pensar outras possibilidades de trabalho e convivência com o ambiente, com os seres vivos e com os outros humanos de forma a elevar o sujeito. Entretanto, paradoxalmente, essa busca de autonomia humana construída, distanciada de um processo pedagógico emancipador, pode reproduzir outras relações de subordinação no seu interior.

O trabalho deve se livrar das relações de exploração, escravidão e injustiça. Trabalho para atender as reais necessidades humanas. Para tanto, o próprio consumo deve se basear em priorizar aqueles produtos, os quais não são frutos de relações injustas. As relações devem se pautar na cooperação, pois o outro é um parceiro que contribui para elevação dos demais. As relações com os outros precisam ser alimentadas pela solidariedade, pela partilha, pela dádiva. Para tanto, precisamos desenvolver o espírito de desapego, da satisfação em poder compartilhar com os outros.

Sensações que tocam sentimentos e criam laços importantes para que as relações se deem de formas mais satisfatórias para ambos. Isso não significa que sentimentos ambíguos e contraditórios não possam ocorrer na realidade dessas experiências, mas que os sentimentos bons possam ser alimentados à medida que elevem as relações afetivas dos sujeitos, seja com a família, com os amigos, com os companheiros de trabalho, com os consumidores. A todo o momento as relações estão se constituindo. Em todos os espaços de atividade humana podemos identificar relações de afetividade presentes e essas experiências em curso não são diferentes, a diferença é que tipo de afetividade está sendo alimentada a partir do que está sendo vivenciado.

Cabe dizer que os ganhos econômicos não são os mais importantes. A produção limpa, a preservação da vida enquanto princípio para a manutenção da biodiversidade trouxe novos horizontes que precisam ser apoiados via políticas públicas consequentes, onde essas práticas sejam valorizadas e a relação campo-cidade seja cada vez mais estreitada em laços de solidariedade e confiança mútua e na busca de um verdadeiro projeto de reforma agrária que possibilite ao nosso país um passo a mais em direção a verdadeira cidadania. (RODRIGUES et.al, 2008p.203)

Essas experiências são espaços de fomento de sociabilidades e de disseminação de uma cultura do cuidado com o alimento que vai ser consumido por pessoas que também exigem que esses princípios sejam assegurados, seja no diálogo, nos questionamentos da procedência dos produtos, tudo isso produz uma cultura diferenciada que transforma as pessoas, assim com transforma sua forma de trabalhar, o cuidado com a terra, com as plantas, com a produção, com aquilo que leva para aquele que aguarda seus produtos. Tudo isso gera um vínculo que é elucidado nas falas dos camponeses e camponesas, expressão da importância não apenas de produzir, mas da presença do consumidor que vai até as feiras. São relações que se configuram durante a realização das feiras, nas visitas, nas conversas e na afetividade expressa no encontro entre aquele que produz o alimento através do seu trabalho e aquele que se alimenta daquele produto.

O ambiente é um bem comum que deve ser cuidado por todos, sendo uma responsabilidade coletiva cuidar de todas as formas de vida que existem à nossa disposição. Para tanto, entre tantas questões priorizamos o cuidado com a terra, com os alimentos que são produzidos, não interessa apenas a quantidade, mas a forma como são produzidos os insumos que são utilizados. São saudáveis do ponto de vista agroecológico, pois não basta ser orgânico, mas que também considere relações de convivência entre os humanos e o ambiente que deve estar livre de venenos, de agrotóxicos, de produtos transgênicos e de qualquer ameaça à vida das pessoas e do ambiente.

Análises unilaterais do humano desconsideram dimensões que são a base de sua constituição. Um dos equívocos da psicologia foi pensar o sujeito separado do mundo da vida, das relações múltiplas que se realizam ao longo da história dos “indivíduos” numa sociedade. Tendo em vista uma relação multideterminada concebida nas relações de trabalho, mas também nas relações afetivas que o sujeito mantém com os outros. Só somos o que somos porque somos seres de relações que se transformam a partir das relações com os outros.

Hoje eu me sinto outra pessoa, antes eu não conversava. Eu ficava calada, muitas vezes eu queria falar o que estava sentido, mas tinha medo, vergonha, era muito difícil, mas hoje não, se eu perceber algo que estar errado eu falo, se estiver certo eu elogio, mudei significativamente.⁴²

O processo de participação na feira proporcionou a superação da cultura do silêncio que prevalecia no depoimento apresentado pela camponesa citada. A cultura do silêncio é uma denominação abordada por Freire quando se refere àqueles que foram condicionados a não dizer a palavra, de não se expressarem enquanto sujeitos.

Porém, essa não é uma relação direta, mas de elaboração a partir das diversas mediações que tomam sentido na vida, na história individual e social. No entanto, esse individual nunca se refere a um isolamento, mas às singularidades que são próprias dos sujeitos em sua historicidade, a qual é sempre em relação.

São as vivências que transformam os sujeitos, e isso não considera apenas as dimensões racionais, pois que somos seres movidos por necessidades, emoções, sentimentos que são constituintes das configurações humanas. É a vivência praxiológica que possibilita a incorporação de outras dinâmicas na vida do sujeito.

A aprendizagem só se configura como práxis, como vivência reflexiva e crítica. Exige prática, para se tornar conhecimento exige reflexão, exercitando a capacidade de abstrair para construir novos conhecimentos. A transformação não ocorre imediatamente, mas é um processo que se desencadeia dependendo de uma multiplicidade de forças que entrelaçam e se instituem enquanto cultura predominante no sujeito.

As transformações se dão em um emaranhado de relações mediadas por sujeitos ativos que mexem na dinâmica e que desencadeiam relações que tanto podem ser produtoras de uma cultura autoritária como, por outro lado, podem desenvolver vínculos em que predominem relações eminentemente libertárias e emancipatórias. As relações que se estabelecem podem ser geradoras de um aprendizado cujas dimensões nem mesmo o sujeito percebe.

Entendemos que a aprendizagem decorrente de tais relações não é dada, são imprescindíveis as mediações intencionais que se constituem a partir das relações, das vivências no percurso das experiências individuais e coletivas. Mas, para que haja um

⁴² Fala de uma camponesa entrevistado para essa pesquisa, participante da Feira realizada no município de Patos.

desdobramento das experiências, os saberes que são aprendidos precisam necessariamente ser compartilhados, nesse caso, através de parceiros que experimentaram realizar a concretização da experiência a partir de um outro compartilhar com outros parceiros, um processo que se desencadeou e que se desdobra em outras experiências que são fundamentais à sua disseminação.

A evidência da necessidade como fazendo parte do seu mundo e o reconhecimento de seu papel de sujeito na transformação de tal realidade consegue mobilizar os sujeitos. “Repetimo-lo mais uma vez: a consciência da necessidade absoluta de um fenômeno só pode aumentar a energia do homem que simpatiza com ele e que se considera a si próprio uma das forças que originam esse fenômeno” (PLEKHANOV, 2011, p.109). A participação parte da necessidade de se manterem, bem como do desejo de transformação de suas vidas. Para tanto, os fenômenos têm de alguma forma manter uma identidade com o sujeito.

Entretanto, o levantamento dos argumentos contraditórios dentro das experiências são eminentemente necessários na construção de uma teoria crítica em bases dialéticas. Uma das críticas realizadas à experiências que se intitula como economia solidária é que na verdade não é uma alternativa ao sistema capitalista, mas uma forma de manutenção para a sociedade capitalista. Ainda prevalece a ideia em grupos de esquerda radical que rejeitam essas alternativas e só acreditam em transformações estruturais.

Para Martins: “[...] experiências ressocializaram os trabalhadores, romperam interpretações e dependências, viabilizaram a criatividade cultural e ideológica, ajudaram a construir um novo ponto de vista sobre a vida, sobre a sociedade, sobre os outros e sobre eles mesmos” (MARTINS, 1999, p.164).

É nas relações que se dão nas experiências que se viabilizam outras posturas interpretativas sobre o mundo, os sujeitos reinventam realidades e constroem possibilidades reais, concretas para viabilização de suas vidas. Porque é na viabilização dessas alternativas que ocorrem mudanças que afetam o concreto, bem como os sujeitos. É no percurso historicamente construído por sujeitos que produzem cultura. Para Marx e Engels (2009, p.35), “A libertação é um ato histórico, não é um ato de pensamento, e é efetuada por relações históricas [...]”.

O conhecimento quando se torna doutrina perde a dialeticidade, a crítica e autocrítica necessárias ao avanço da emancipação humana tão desejada pelos

revolucionários ou por aqueles que desejam fazer de sua existência ou de seu trabalho um caminho para transformação das realidades degradantes, desumanas, injustas.

A emancipação tão desejada não pode se restringir a um pequeno grupo de vanguarda que tem acesso e consciência como representantes de uma minoria, mas a socialização do conhecimento, da riqueza cultural acumulada deve ser objeto de socialização para toda a humanidade. Claro que isso não poderia ser de forma linear, mas considerando a equidade, dependendo de cada espaço, cultura. Mas, o fundamental é a disponibilidade de acesso a todos e todas. Assim, numa sociedade em transformação que se deseja mais justa socialmente é necessário um trabalho eminentemente educativo e acessível a todos os sujeitos que desejem ou queiram trilhar uma diversidade de caminhos.

Especialmente em relação àqueles que não teriam essa oportunidade não fossem atitudes revolucionárias que possibilitassem tal situação. Estamos diante de uma luta permanente de acesso, de manutenção e de consequente transformação da vida de alguns que ousaram ir além do que as restrições econômicas espaciais, étnicas, de classe. Avançar nessa luta por espaço e universalização da cultura também é uma das formas de revolucionar, de possibilitar emancipações. Até porque a emancipação no sentido que nos colocamos é muito mais do que direitos legais, mas é um permanente movimento de possibilidades de viver plenamente nesse mundo. Para Erich Fromm (1975, p.15), a visão de emancipação em Marx era de: “emancipação espiritual do homem, sua libertação dos grilhões do determinismo econômico, sua reintegração como ser humano, sua aptidão para encontrar unidade e harmonia com seus semelhantes e com a natureza”.

4.6 EMANCIPAÇÃO

Uma das questões destacadas reside no fato de enfatizar as transformações ocorridas a partir da organização das feiras que se referem ao nível das singularidades e da coletividade. De que forma essas transformações se dão nas condições dadas por esse movimento congrega a organização, bem como as relações que ocorrem em seu percurso, inclusive os desdobramentos inerentes a esse processo. Na fala de um dos camponeses aparecem dimensões significativas para nossas argumentações, entre as quais destacamos: a repercussão do seu trabalho no coletivo, no poder proporcionar o viver bem para si e o estímulo para o outro; os laços de amizade; as informações e o conhecimento importantes

para o desenvolvimento do sujeito; além do reconhecimento do papel da mulher na participação das feiras como fator de contribuição com a família e do desenvolvimento de sua própria autonomia.

É bom vender essas coisas porque a gente vive bem e estimula o outro a viver bem. É uma organização que trabalha em prol de todos. Esse laço de amizade, as informações, o conhecimento. Fiquei mais conhecido, mais comunicativo, mais acreditado. As mulheres tiveram mais participação na organização, trazendo seus produtos e contribuem com a família. As mulheres se desenvolveram e como agricultoras tomaram autonomia.⁴³

Reconhecemos o desenvolvimento da sociedade repercutindo diretamente no desenvolvimento do sujeito, que embora considerando as contradições e os processos de alienação anteriormente mencionados, há uma relação entre sujeito e sociedade.

Não há desenvolvimento social que não implique, de algum modo, também no desenvolvimento dos indivíduos e vice-versa. Este último é uma necessidade e uma possibilidade postas pela reprodução social. Por isso a reprodução da sociedade e a do indivíduo são dois pólos do mesmo processo, isto é, são momentos distintos, porém sempre articulados. (LESSA; TONET, 2008, p.77)

Porém, em si o desenvolvimento da sociedade não implica autonomia e emancipação do sujeito. Essas dimensões humanas serão atingidas à medida que o sujeito conquista a possibilidade de participar e usufruir, entre outras questões, das decisões e de poder desfrutar dos resultados do seu trabalho.

O enfoque das feiras agroecológicas enquanto forma de *insubordinação camponesa* sustenta-se na realidade concreta de negação que os camponeses paraibanos, aqui considerados, puderam empreender diante da situação que atravessavam no seu passado. A relação tecida com os clientes, cuja importância atribuída pelos camponeses já observamos claramente, é um momento fundamental desse processo. Constitui-se o ponto em que os produtos – enquanto objetivação do trabalho familiar – são comercializados e a renda da terra, antes subordinada pelo capital comercial/industrial, passa a ser apropriada pelos produtores. A desvinculação aos atravessadores e a consolidação de uma produção assentada na agroecologia, possibilitaram, além de uma melhoria na renda, o empreendimento de uma série de transformações nas relações sociais estabelecidas pelos camponeses, entre si (por meio de sua

⁴³ Fala de um dos camponeses participante da Feira Agroecológica da Estação Velha, em Campina Grande.

organização, e com a sociedade como um todo. (SANTOS, 2010, p.194-195)

Os participantes das feiras em estudo reconhecem a transformação de suas vidas a partir da constituição das feiras, tendo em vista que trabalham e comercializam diretamente seus produtos. Esse fato se deu com a eliminação do atravessador, porque ainda não reconheciam outras possibilidades mais favoráveis para os camponeses.

A organização e manutenção das feiras de base agroecológica é um desafio permanente dos camponeses que diante de uma imensidão de dificuldades buscam superações. Estas são facilitadas pelas lutas anteriores, como as dificuldades de comercialização, a luta pela terra, no caso dos assentados. As vivências anteriores foram essenciais para o enfrentamento das situações atuais, porém, as feiras demandam outros desafios que exigem demandam outras habilidades, seja de organização, de planejamento, frequência, de cuidado, assiduidade, de compromisso, diversidade de produtos, tendo como base a agroecologia.

Os novos desafios requerem um movimento de mudanças nas atividades práticas, além das dimensões abstratas do pensamento, da fala, da comunicação, dos afetos. Visto que outras relações vão se configurando num encontro que não ocorria, do camponês agroecológico com o consumidor do seu produto, numa relação direta, com exigências postas, críticas, demandas, afetos e compromissos. Esse encontro estabelece um compartilhar de aprendizagens mútuas. Emancipação política dos cidadãos que assegura os direitos fundamentais para exercer sua cidadania, com direitos e deveres assegurados perante a sociedade vigente. Para Marx (2006, p.29), “emancipação política em si não é emancipação humana”.

A questão que se coloca diante dos desafios apresentados é se é possível a emancipação humana na sociedade capitalista contemporânea. O que indagamos já nos desafia, porém, a questão nesse momento para os propósitos atuais é que a emancipação não está dada, visto que é uma conquista a ser exercida pelos humanos durante sua existência para que possamos aperfeiçoar jeitos de lidar com a organização da vida para construção de uma sociedade libertária dos humanos.

A emancipação humana se evidencia na elevação do humano como fazedor de sua história, de poder escolher e viver em liberdade. Entretanto, esse caminho apresenta sérias limitações numa sociedade de classes, na quais predominam relações desiguais e injustiças

sociais evidentes. Para Paulo Neto, Lessa, Tonet, Mészáros e para o próprio Marx não existe possibilidade de emancipação humana dentro da sociedade capitalista. A sociedade que pode possibilitar a emancipação seria a sociedade comunista. O trabalho nessa perspectiva passa a ter significado de realização de algo importante no sentido de produzir algo que tem um reconhecimento social, com indícios de emancipação.

Trabalhamos com a prevenção e esse produto que acreditamos que será a esperança dos nossos filhos, do nosso futuro, no caso esse produto orgânico, trabalhar sobre isso para o futuro da nação. A gente vivia uma agricultura tradicional e para a gente mudar esse sistema é uma nova aprendizagem, seja assistindo reportagens e vendo o desenvolvimento desse produto e pensando no futuro da nação foi o que fez com que a gente mudasse para essa agricultura orgânica, acreditando que no futuro alguém vai agradecer aqueles que iniciaram porque eles vão está colhendo o fruto que é a saúde do homem.⁴⁴

Os indícios de emancipação são demonstrados na consciência de que o trabalho realizado oferece um reconhecimento de si mesmo como realizador de um bem maior que terá repercussões e reconhecimento no futuro. Outra questão observada nessa fala se refere à importância da aprendizagem para que ocorresse a mudança na forma de trabalho. Outro aspecto é o desdobramento social que um trabalho dentro de uma perspectiva de uma agricultura orgânica ou agroecológica pode favorecer para questão da saúde dos humanos. Esse aspecto vai além porque os benefícios vão além do homem e da mulher, mas envolve todo o ambiente.

O que é primordial na história da emancipação humana para o propósito atual é compreendê-la enquanto dispositivo de constituição de uma subjetividade humana reconhecidamente criadora de possibilidades de vida para além dos condicionantes que estabelecem a história social e individual como unicamente determinada na exterioridade do sujeito, seja pelos que deslocam o sentido da existência humana para as dimensões religiosas ou para aqueles que se edificam o capitalismo como única possibilidade de organização da sociedade, sem alternativa para transformações libertárias dos humanos. Esses antagonismos que distanciam a responsabilidade pela condução da vida, seja para uma entidade, o Estado, ou o mercado, favorecem a reprodução de subjetividades que ajudam a condução das relações de poder estabelecidas pela sociedade atual.

⁴⁴ Participante da Feira da agricultura familiar do município de Patos.

A construção de outro pensamento ou ideias requer vivência, conhecimento e especialmente o reconhecimento de existem outras alternativas em construção e em criação. Que essa não é a única possibilidade, mas as alternativas como essas precisam de visibilidade para que possam se constituir enquanto possibilidades concretas.

Na perspectiva teórica de Vygotsky teorizada por Clot (2006), a zona de desenvolvimento proximal, contempla não apenas uma visão engessada da obra de Vygotsky, em que se limita apenas aquilo que foi prescrito, mas amplia para o espaço de criação, não apenas do previsto, mas no sentido de possibilidades que o sujeito venha a desenvolver. No sentido de que o observado no comportamento do sujeito é uma ínfima parte daquilo que pode vir a ser realizado.

Concebemos a emancipação não como um estado de elevação humana alcançado, mas como um devir, como a criação de possibilidades humanas de exercer a autonomia, a liberdade de poder escolher melhores formas de viver. Do sujeito se reconhecer nesse mundo como um alguém que produz a sua própria história.

As alternativas em construção mesmo que em estado embrionário e com todas as dificuldades que lhe são peculiares se apresentam como horizontes a serem vislumbrados por aqueles que desejam construir caminhos em que as relações de trabalho sejam mais humanizadores, eliminando as subalternidades desenvolvidas nas situações de exploração do trabalho tão presentes na sociedade. Que se reconheça o papel transformador do trabalho humano enquanto produtor não apenas de objetos no seu sentido objetivo, mas capaz também de produzir subjetivações enriquecedoras, prazerosas, que elevem a satisfação em poder contribuir não só materialmente para sociedade, mas que possa deixar uma contribuição para humanidade, seja durante a existência nesse mundo ou para a posteridade.

O homem, ao produzir os meios para a satisfação de suas necessidades básicas de existência, ao produzir uma realidade humanizada pela sua atividade, humaniza a si próprio, na medida em que a transformação objetiva requer dele uma transformação subjetiva. Cria, portanto, uma realidade humanizada tanto objetiva quanto subjetivamente. Ao se apropriar da natureza, transformando-a para satisfazer suas necessidades, objetiva-se nessa transformação. (DUARTE, 1993, p.31)

Reconhecer-se nesse nível de contribuição humana além das necessidades imediatistas se configura como uma qualidade humana reconhecidamente emancipatória.

Por descolar apenas das necessidades imediatas e buscar a satisfação naquilo que edificará as singularidades e trará edificação coletiva.

Esse é o desafio: considerar as necessidades que satisfazem as singularidades do sujeito, bem como as questões que são bens coletivos, necessários a todos. Esse desafio se apresenta como algo em conflito no sentido do individualismo, da propriedade privada, da desigualdade, dos privilégios, dos desperdícios, dos exageros, das injustiças, da exclusão, da miséria. Questões estas que precisavam ser superadas numa sociedade emancipada, mas que se apresentam como desafios a serem enfrentados na sociedade atual.

Para os pensadores marxianos a sociedade capitalista não possibilita a existência efetiva da emancipação humana que ocorrerá diante da eliminação do capital e de todas as suas categorias de sustentação. É imprescindível a eliminação radical da sociedade capitalista, visto que esta produz desumanidades, desigualdades, miséria, impossibilita a efetiva liberdade dos humanos. Apresentando como alternativa viável o processo de produção associado.

Esta forma de trabalho é a única que pode impedir a apropriação privada das forças sociais e, com isso, eliminar o capital, as classes sociais, a divisão social do trabalho, o mercado e todas as objetivações democrático-cidadãs. Por isso mesmo, também é a única que pode permitir a construção de uma autêntica comunidade humana, ou seja, de uma comunidade onde todos os indivíduos possam ter acesso amplo a todas as objetivações – materiais e espirituais – que constituem o patrimônio da humanidade; onde poderão desenvolver amplamente as suas potencialidades; onde se encontrarão em situação de solidariedade efetiva uns com os outros e não de oposição e concorrência. (TONET, 2005, p.3)

A produção seria em grupos, o que necessitaria a produção para atender a toda a sociedade, o que foi resultado do processo de evolução tecnológica da sociedade capitalista. Há um reconhecimento de que a sociedade atual dispõe de condições objetivas e recursos necessários para atender as necessidades humanas como nenhuma outra esteve na história anterior da humanidade.

Outra discussão é a redução da jornada de trabalho para que seja disponibilizado tempo para atividades humanas livres e criativas. Disponibilidade para a criação artística, pintura, música, teatro, dança, esportes, lazer e todas as possibilidades de emancipação das possibilidades humanas de se elevar em sua humanidade.

4.7 EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA

A educação libertária estaria como pressuposto básico da construção permanente de uma sociedade emancipada. E pressupõe: compartilhar conhecimento; o poder de expressão; realização coletiva das proposições. Vygotsky (1995) defende a existência de uma área de desenvolvimento em termos de possibilidades que pode ocorrer no campo da aprendizagem humana: “o processo de desenvolvimento não coincide com a aprendizagem, o processo de desenvolvimento segue o da aprendizagem, que cria a área de desenvolvimento potencial”.

A importância da convivência em grupos que proporcionem espaços de reflexão referentes às determinações sociais, à análise de conjuntura e às proposições possíveis são primordiais no processo de conquista da emancipação humana. Conquista porque a emancipação não é um estado que se estabelece de forma fixa e permanente, porém, tendo em vista o processo de evolução da humanidade podemos compreender que a emancipação vai ser sempre algo em permanente conquista.

Entretanto, determinadas relações favorecem perspectivas emancipatórias humanas, como o contato com parceiros que alimentem uma perspectiva fundamental àqueles que lutam para que tal possibilidade seja construída na intersubjetividade.

Nessa concepção o grupo se apresenta com uma estratégia na educação popular, capaz de potencializar e produzir conhecimento, de compreender as múltiplas relações que se dão na realidade, de construir outros modos de existir, de pensar a realidade, de outras possibilidades de intervir no processo de transformação da vida. (SILVA, 2008, p.105)

O reconhecimento da convivência em grupo como potencializadora entende as condições objetivas de uma dada realidade para então poder intervir. Então, encontram-se como pressupostos necessários para a ampliação da emancipação humana o acesso ao conhecimento, seja daquilo que já foi produzido pela humanidade, seja daquele conhecimento em produção contemporânea.

Em síntese, podemos afirmar que as feiras em transição agroecológicas sinalizam na prática indícios de uma práxis entre parceiros e parceiras das classes populares que se associaram em torno de objetivos coletivos com um processo educativo permanente em seu percurso de realização que promove relações de autonomia e emancipação.

A situação de alienação anterior se revela pela utilização nos alimentos de produtos destruidores do ambiente e da saúde humana. Outra situação exploradora/alienadora era pela produção e venda dos produtos através de atravessadores que limitavam o valor da produção. Uma situação danosa pode se reproduzir de forma naturalizada, sem que se tenha consciência da realidade produzida por tal atividade.

A consciência constituída com a presença do grupo faz com que se perceba a insustentabilidade das formas predatórias pelas quais executava o cultivo da agricultura com a utilização de insumos e venenos no cultivo de alimentos. A consciência se revela no fato de entender que o trabalho possa proporcionar um reconhecimento enquanto sustentação da vida, além da possibilidade se ver contribuindo com um bem comum.

Há um trabalho que se revela para além da atividade em si, que se constitui não apenas pela produção de alimentos necessários para as pessoas, mas por considerar que são alimentos cultivados considerando princípios que carregam uma ética a ser seguida de convivência respeitosa com o ambiente em que são produzidos os alimentos, além de considerar a vida das pessoas envolvidas nesse trabalho, diferente de um trabalho meramente orgânico. Uma produção pode ser orgânica, entretanto, desconsiderar as relações de trabalho estabelecidas, produzindo, por exemplo, através de um processo de subordinação e exploração do humano. Nessa perspectiva se revela uma diferenciação no sentido de que o trabalho agroecológico considera os ecossistemas, mas considera as necessidades humanas daqueles que trabalham e vivem daquele trabalho.

5 DISCUSSÃO ENTRE EDUCAÇÃO E SUBJETIVIDADE

A premissa do pensamento crítico de esquerda de que o que determina a consciência são as circunstâncias concretas fez com que seus sectários de esquerda criassem uma doutrina pautada numa elevação do coletivismo ao ponto de não priorizar as perspectivas singulares presentes nas lutas, movimentos e revoluções.

Essa negação não eliminou os indivíduos, apenas desconsiderou teoricamente, porém, as produções subjetivas dos sujeitos sempre estiveram presentes nessas lutas. O que não pode ser confundido com a força da energia dos sujeitos em coletividade. Essa força percebida na associação de sujeitos que apresentam uma problemática idêntica é potencializadora de transformações. Entretanto, o coletivo também carrega as singularidades pertencentes a cada sujeito, visto que sua negação não as elimina.

Mudou muito porque a gente se sente encorajado e fortalecido, ciente de que a cada quinta-feira a gente vai estar aqui, se eu vendo a galinha de capoeira, já vou suprimindo outras necessidades que tem na minha casa, de um outro complemento que estava precisando. Me encorajou cada vez mais, me sinto bem, me sinto digna. Estamos regando pelo nosso trabalho. Está muito transformado, pensando melhor num futuro e vendo que isso aqui tem progressividade. Porque o forte é nosso consumidor, porque a gente tem isso aqui por causa dele. Todo esse pessoal se tornou uma família, quando alguém está com um problema, está todo mundo ali com ele. Trouxe muita solidariedade.⁴⁵

O trabalho realizado gera uma segurança que fortalece sua manutenção e a melhoria da vida das pessoas envolvidas. Trabalho esse que se mistura a dimensões que alimentam a vida e a existência das alternativas, como no trecho citado: “estamos regando pelo nosso trabalho”. Considerando-se um reconhecimento de que existe uma solidariedade constituída nas relações com os consumidores e entre os camponeses. Além de que o processo gera uma esperança no futuro. Esperança no sentido defendido por Freire (1992), entendida não como algo que se espera, mas como algo que se constrói na realização cotidiana da vida. Esperança pensada na racionalidade, experimentada na realidade, mas também sentida profundamente nas relações que ocorrem durante o percurso das experiências: “Repetimo-lo mais uma vez: a consciência da necessidade absoluta de um

⁴⁵ Fala de uma das participantes da feira de Patos, moradora do município de Quixaba, em entrevista concedida para esta pesquisa, Nov.2010.

fenômeno só pode aumentar a energia do homem que simpatiza com ele e que se considera a si próprio uma das forças que originam esse fenômeno” (PLEKHANOV, 2011, p.109).

Reconhecer a importante existência das singularidades, das histórias pessoais do sujeito não elimina as lutas coletivas necessárias àqueles que sempre estiveram em situação desprivilegiada. As teorias críticas que caminham nessa direção ou nesse campo precisam adentrar em questões mais íntimas desse sujeito que vai a luta, mas que tem necessidades específicas inerentes a sua história pessoal e social. Desconsiderar as necessidades subjetivas pode ser um equívoco para as transformações que se deseja de uma sociedade. Emoções, afetos, carinho, amor, ódio, raiva são inerentes as relações humanas, não é possível neutralizá-los, pelo contrário, precisam ser reconhecidos e expressos. Os humanos precisam de liberdade de expressão dos sentimentos, entretanto, isso não significa poder ferir o outro. Nas relações associativas se faz necessária a presença de princípios que baseiem uma ética de respeito profundo pelo outro.

Foi preciso um acúmulo de conhecimento necessário para que determinadas criações e descobertas fossem desencadeadas. A construção do conhecimento não se dá de forma isolada, mas é parte integrante de uma construção social, em que se passam diversos sujeitos, por diversas histórias. As referências, os conhecimentos acumulados, os diálogos, os instrumentos, os sujeitos, as indagações são constitutivos de um bem social acumulado que ultrapassa a nossa existência.

A subjetividade é materializada nas produções, criações, invenções, seja no mundo artístico, como na música, na poesia, na pintura, na dança, seja nas inovações tecnológicas que os humanos são capazes de criar para inovar suas produções. No entanto, o conhecimento sempre carrega a influencia de um conhecimento histórico, assim, as descobertas não são instantâneas fruto de um conhecimento imediato, mas vem se produzindo de forma sistemática por aqueles que se permitem se dedicar a essa construção.

Mas, esses caminhos e produções também modificam subjetividades, inclusive a do próprio pesquisador, logo, a subjetividade é parte integrante da pesquisa. Não no sentido de descaracterizar a validade da pesquisa, mas porque a pesquisa é inerente ao pesquisador que não é um sujeito neutro, mas um ser em movimento, em transformação, em produção de subjetividade. Negar subjetividade é negar a presença humana no processo de constituição do próprio projeto de pesquisa, que é criação humana, construção humana social.

O coletivismo que nega o sujeito de exercer a sua história pode cometer atos de desumanização tão graves quanto o extremo individualismo, para um projeto de sociedade que se diz humanizador. Um projeto de sociedade justo e equitativo precisa possibilitar experiências libertárias das ideias, dos sentimentos da construção de autonomia, da crítica, da discordância, mas acima de tudo o profundo respeito pelo outro, pela diversidade de ideias, de projetos, de modos de expressão.

O coletivismo pode negar singularidades tão fundamentais à libertação das amarras subjetivas que possam os sujeitos estar ocultando nas relações opressoras produzidas na sociedade. O coletivismo parece mais humanizador, mas vai ao outro extremo que é a negação o sujeito que sente, que tem sua história, seus valores, suas significações que são importantes na construção de uma sociedade libertária. Portanto, nem coletivismo, nem individualismo, mas a liberdade de expressão das coletividades sociais importantes na constituição do sujeito, assim como a liberdade para ser e exercer as singularidades inerentes aos sujeitos humanos.

Essa liberdade reporta a dimensão como fundamental a discussão da subjetividade que se refere à dimensão simbólica desencadeada pela subjetividade humana. As palavras, por exemplo, além do significado, trazem dimensões que são significativas para o sujeito que vão além da palavra em si, dependendo das necessidades inerentes ao sujeito e das emoções delas desencadeadas. Assim, a dimensão da atividade em si não determina o sujeito, mas carrega uma dimensão de significados que estão no mundo das ideias que se encontram ligados a dimensões que vão além da realização imediata. Os significados que cada atividade desenvolvida desencadeia no sujeito se reportam a dimensões que a atividade em si não comporta.

Os processos de sociabilidade são evidentemente geradores de transformações das subjetividades humanas. As realidades humanas são desencadeadas de um movimento dinâmico historicamente constituído nas relações que se dão entre sujeitos e mundo concreto. Porém, a capacidade de abstração permite ao humano transpor a realidade concreta e criar imagens mentais, ideias, não obstante, a partir daquilo que lhe foi acessível.

Uma educação não restrita a uma sala de aula, mas uma educação para a vida, com perspectivas claras, não neutras, com uma clara intencionalidade de promover relações que produzam novas sociabilidades. O trato dessa educação não se restringe a uma sala de aula

formal, mas a uma possibilidade de constituição de novas sociabilidades que venham a se desencadear a partir da relação de aproximação com o outro. Esse encontro possibilita a produção cultural, de experiências que se disseminam no contato mediado pelo outro.

A possibilidade de desenvolvimento da individualidade está, portanto, articulada ao conjunto da humanidade. Quanto mais articulada for a existência de um indivíduo com a história da humanidade, mais humanamente desenvolvida será sua vida. E, vice-versa, a humanidade teria seu desenvolvimento paralisado se os indivíduos não se desenvolvessem no mesmo sentido. (LESSA; TONET, p.78)

Essa educação tem a intencionalidade não apenas de apropriação de conhecimento, mas da inserção do sujeito que pensa de forma crítica sobre o mundo em que vive. Para tanto, é convidado a se inserir num processo que é responsável pelo seu próprio aprendizado, pelas próprias experimentações desenvolvidas nos trabalhos que serão posteriormente avaliados. Pensar criticamente sobre as experimentações de grupos específicos servirá como base para o desenvolvimento de outras experimentações e para desdobramentos de estratégias importantes para as classes populares.

A trajetória parte da necessidade vivenciada pelos sujeitos, do compartilhar os problemas com o outro e de uma possível alternativa para o problema. Para desencadear essas alternativas se faz necessária a interlocução com o outro. O outro é mobilizador de energia, de contato primordial na realização do trabalho do grupo.

- As transformações são eminentemente proporcionadas pela relação entre sujeitos que se identificam com problemáticas que se articulam com os outros.
- A subjetividade não é inerente a características fixas presentes na natureza humana. Este conceito se refere a transformações no sujeito a partir de suas relações com o mundo, com os outros e consigo mesmo.
- Os processos educativos que centram na autonomia são imprescindíveis para a transformação da realidade e do sujeito.
- A aprendizagem que visa transformação requer além do dialógico, o praxiológico.

Se o trabalho é o fundamento do ser social, tornamo-nos humanos pela práxis. O fundamento educativo que eleva o sujeito ao movimento de busca da emancipação está necessariamente em movimentos praxiológicos. A práxis é indispensável ao processo de

aprendizagem. O desafio é promover processos educativos que possibilitem ir além da mera reprodução intelectual, mas que envolva a produção do movimento do próprio sujeito da aprendizagem.

Nem toda prática educativa se configura numa aprendizagem emancipatória, tendo em vista que pode servir aos propósitos de um fazer que reproduz uma visão autoritária, unilateral, baseada em conteúdos absolutizados, sem uma perspectiva de provocar elevação do pensamento crítico, de uma prática reflexiva. Enfim, baseada em uma prática autoritária que submete os sujeitos a responderem determinadas práticas e valores que atendem à manutenção do pensamento dominante na sociedade.

A emancipação humana não se configura num estado em que o sujeito atingiu um patamar de sua evolução, mas algo que se constitui enquanto exercício de poder exercer as possibilidades humanas mais elevadas, seja no trabalho necessário para atender as suas necessidades, seja no exercício de criação, na realização do ser, na produção, na arte, na cultura, no lazer, no amor, na solidariedade, na dádiva entre tantas possibilidades humanas de exercer sua liberdade. Uma riqueza da qual são excluídos em sociedades centradas nos interesses de reprodução do capital, visto que secundarizam demandas (necessidades, vontades, desejos) humanas.

Em contraposição a essa lógica que nos consome, existem alternativas que buscam alimentar outras possibilidades de outra lógica de sociedade em que se eleve a vida em detrimento das necessidades do capital. Porém, trata-se de um ideal que nem sempre é possibilidade, existe sempre um lugar de emancipação a ser conquistado nos espaços da vida concreta do sujeito. Para tanto o sujeito precisa reconhecer a possibilidade de exercer o desenvolvimento de suas atividades indispensáveis à vida. É nesse mundo concreto, contraditório, com possibilidades de vivenciar outros tipos de relações em função de uma sociedade diferenciada que se produz e transforma cultura, subjetividade.

As experiências das feiras agroecológicas têm demonstrado indicativos de transformações possíveis de as populações camponesas se colocarem como propositoras de sua própria realidade, onde constroem outras possibilidades diferenciadas das formas como tratava entre outras questões, o processo como lidava com o econômico. As feiras e as práticas agroecológicas têm demonstrado que é possível através da sua organização planejar a vida em diversos aspectos fundamentais, entre os quais se destacam a

organização para o desenvolvimento do trabalho de gestão, produção, comercialização considerando dimensões humanas, afetivas, sociais, ambientais.

Bem como o reconhecimento do papel social que passam a exercer através do trabalho exercido de forma consciente, ligada a princípios e valores que colocam a vida em primeiro lugar:

Se as motivações iniciais dos camponeses nos momentos em que as feiras agroecológicas estavam se constituindo eram predominantemente ligadas à produção e comercialização dos produtos (busca pela eliminação do atravessador, negação aos agrotóxicos, etc.), os efeitos decorrentes da criação das feiras vão muito além dessas questões. Um destaque importante é a mudança na visão de vários desses camponeses sobre seu lugar social, isto é, sobre o papel que exercem na sociedade através do trabalho realizado na vida cotidiana (SANTOS, 2010).

A vivência da atividade promove um movimento múltiplo que se desdobra em transformações tais que ultrapassam as racionalizações iniciais do processo de organização. Assim, não somos movidos apenas pela necessidade imediata, mas pelas ideias, pelas possibilidades de realização de projetos que tenham significações importantes de transformação. É preciso vislumbrar um sonho, algo mais, mas que possa dar sentido ao viver melhor. A imaginação humana tem a capacidade de criar cenas, sonhos, imagens que permitem antecipar aquilo que ainda está no mundo das subjetivações. Isso não é algo menor quando relacionado às perspectivas concretas de realização. Para um dos camponeses,

A feira não é apenas um espaço de comercialização, mas um espaço de encontro, de diálogo, tem uma relação, há valores que estão sendo produzidos. Traz uma autonomia, você produz e sabe que vai comercializar. É um processo de confiança, de credibilidade.⁴⁶

A participação na feira é sentida pelos camponeses como um espaço que proporciona, além da comercialização, a promoção de diálogo, relações, valores, confiabilidade. E essa credibilidade conquistada possibilita a confiança de que produzindo terá um espaço de comercialização, e isso já se apresenta como indício de autonomia. Essas experiências apontam especificidades que lhe são inerentes, entre as quais, a organização coletiva do planejamento do trabalho promovida através de reuniões em que são planejadas as estratégias a serem executadas no coletivo e individualmente.

⁴⁶ Fala de um dos participantes da feira da região da Varzéa, pertencente ao assentamento Padre Gino.

Esta tese disponibilizou uma análise em torno das feiras agroecológicas solidárias populares, envolvendo a questão da constituição da subjetividade, da educação popular na construção de pistas em busca da emancipação humana como exercício profundo de busca permanente do humano.

As feiras se apresentam como uma realização de camponeses e camponesas das classes populares com dificuldades de lidar com as dimensões econômicas da sua produção. Entretanto, sua organização e realização ultrapassam tal dimensão. As feiras se originam em meio ao movimento popular dos camponeses através de um processo organizativo que tem em sua base uma educação que busca problematizar a realidade de forma coletiva em busca de proposições que atendam às necessidades e desejos dos camponeses. Ao mesmo tempo, os processos educativos com suas aprendizagens fundamentam as práticas a serem realizadas, buscando relacionar as teorias com as práticas cotidianas vivenciadas em suas experiências, com ênfase naquelas experiências e alternativas que demonstram trazer melhor desenvolvimento para as necessidades dos camponeses.

Essas experiências têm suas raízes na luta pela terra e para se manter nesta, envolvendo camponeses pertencentes as áreas de assentamento de reforma agrária e de agricultura familiar. Fundadas na aproximação de uma vivência proporcionada por movimentos de camponeses assessorados por ONGs, organizações da igreja católica, no caso da Cáritas e da Comissão Pastoral da Terra, na organização das associações, dos sindicatos, nos movimentos populares, no movimento agroecológico. É um movimento intencional de camponeses em busca de alternativas de vida no campo articulados com pessoas que precisam do seu trabalho para se alimentar.

Essas organizações seguem uma ética de todos baseadas em princípios de respeito à vida, ao cuidado com o ambiente em que vivem e trabalham, com as pessoas que são envolvidas na produção e consumo. Para tanto, é inconcebível a utilização de produtos químicos produzidos pela indústria de venenos e defensivos agrícolas.

O que por sua vez já se distingue do modelo de desenvolvimento agrícola protagonizado pela produção em larga escala com a utilização de venenos, sem uma responsabilização pelos danos proporcionados ao ambiente e às pessoas que trabalham e consomem os seus produtos.

Tais experiências apresentam uma diferenciação substancial não só em termos econômicos, mas especialmente em termos sociais, na verdade, envolvem dimensões humanas múltiplas, porém, no momento destacaremos duas importantes que são acarretadas por essas práticas: primeiro, a dimensão humana, da perspectiva de um lugar para morar, para trabalhar, de produzir alimentos que podem ser consumidos pelas próprias famílias, isso em si já trás uma segurança importante para vida, mas o mais importante é a repercussão desse fato que ocorre pelo fato de que aquelas famílias não precisam deixar as suas terras para tentar a sorte nas periferias das cidades, com todos os problemas que lhes são peculiares, o que por sua vez tem uma repercussão social importante para a sociedade (inclusive, houve depoimento de que os filhos queriam voltar para o campo por perceberem o desenvolvimento da melhoria de vida da família a partir da alternativa das feiras); o segundo aspecto trata dos desdobramentos mais universais no sentido de seguir princípios que tem uma repercussão para humanidade de pensar no trabalho de respeito à vida do ambiente e vida dos humanos. Princípios pelos quais se travam lutas ecológicas mundiais - isso proporciona uma consciência da satisfação de trabalhar com algo significativo não só para si, mas especialmente para sociedade.

Essas experiências seguem uma lógica diferenciada da lógica do mercado da sociedade contemporânea em que prevalecem a competitividade entre os produtores que, quando se aglomeram, é para garantir lucro, diferentemente da lógica solidária, onde interessa que todos os participantes consigam comercializar os seus produtos e, em vez da competição, o que é alimentada é a cooperação entre os parceiros que precisam e se relacionam uns com os outros para elevar o outro. Isso não significa que as contradições foram eliminadas, mas que elas são trabalhadas nas associações que são formadas para organização do trabalho. Há na verdade uma produção que se baseia em princípios que buscam seus ajustes na coletividade.

O humano, nessa perspectiva, reconhece-se como sujeito em uma sociedade, construindo relações importantes para si e para o outro, produzindo desdobramentos que não se limitam às relações imediatas estabelecidas no interior da experiência, mas produz pistas para outra lógica de pensar a sociedade.

Mesmo reconhecendo as ambiguidades existentes nesses processos inseridos numa lógica de sociedade predominantemente capitalista, ainda assim, precisamos olhar para essas experiências e analisar criticamente sua importância no contexto do movimento

agroecológico e de transformações sociais para se viver melhor nesse mundo. Contribuir para a vida é uma responsabilidade que necessita ser compartilhada por todos e todas nós.

As feiras agroecológicas apresentam caminhos que podem indicar trajetórias a serem construídas por outros parceiros em semelhantes situações, inclusive porque existe compartilhamento das experiências através das visitas de intercâmbios, as quais são imprescindíveis para desdobramentos em outras experiências semelhantes. Todas as feiras pesquisadas tiveram como base o conhecimento da práxis realizada por outros camponeses através dessas visitas, as quais produzem uma perspectiva organizativa possível de ser realizada na realidade prática daqueles que produzem e desejam comercializar seus produtos diretamente aos consumidores.

As feiras se objetivam nas intervenções de camponeses movidos por relações fundamentais à sua realização e que tiveram as condições construídas para tal. A existência de um movimento que congrega a cultura da agroecologia e carrega essa bandeira de luta se apresenta como fundamental para o fortalecimento desse movimento das feiras agroecológicas que não se resume ao estado da Paraíba. Além desses locais indicados, existem experiências que buscam seguir características dessas feiras em outros locais, mas que não estão no universo das feiras agroecológicas solidárias.

Um dos desafios apresentados pelos participantes das feiras em estudo é a realização de uma divulgação de sua importância nos municípios e no estado como um todo: “A gente precisa de divulgação incentivando as pessoas a conhecerem nosso trabalho”⁴⁷.

Este trabalho de pesquisa proporcionou uma análise em torno dos sujeitos envolvidos na realização das feiras agroecológicas solidárias. Nossa pretensão foi buscar pistas que demonstrem a evidência de subjetividades que suscitem emancipação dos sujeitos. Toda essa trajetória tendo com fundo a presença da educação popular num processo educativo permanente com marcas sinalizadas em cursos, encontros, reuniões, mobilizações, intercâmbios. Processo esse decorrente de relações geridas na relação intersubjetiva de construção das experiências.

No entanto, reconhecemos as contradições presentes nas relações desenvolvidas dentro de uma sociedade com princípios eminentemente em função do capital, e essas

⁴⁷ Fala de um dos participantes da feira de Patos.

experiências não estão isentas de serem envolvidas por uma lógica em que o humano não se configura como centro do processo de desenvolvimento.

As feiras são objetivações humanas de sujeitos que apoiados por outros e por organizações da sociedade civil, movimentos sociais, entidades públicas se organizaram em torno da possibilidade de melhorar suas vidas. Essa forma de organização demonstra pistas importantes para organização das classes populares, mas é apenas uma das possibilidades inventivas humanas, porém sinaliza como estratégia de viver melhor a partir da relação de cooperação com outros parceiros que estão em situações semelhantes. Assim, podemos pensar em termos possibilidades humanas, de inventividade, de tantos vir a ser. Mesmo porque esteve no centro das discussões o lugar que o sujeito ocupa nesse tipo de organização e a questão ambiental que permeia todo o processo. Evidenciamos um processo educativo que eleva os sujeitos na atividade e nas discussões do processo, inclusive na evidência de suas contradições.

Nas transformações no mundo objetivo, na concretização do trabalho de realização das feiras em transição agroecológicas há um processo educativo que promove subjetividades e cria possibilidades, entre as quais, a de emancipação humana.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise da realidade vivenciada pelos sujeitos das feiras agroecológicas solidárias populares, com indícios de constituição de subjetividades na expressão das falas dos sujeitos envolvidos, bem como no cotidiano da práxis demonstrada na concretização das experiências foram feitas sinalizações que podem proporcionar indícios de sociabilidades pautadas numa perspectiva que alimenta relações fundamentadas em concepções críticas da sociedade contemporânea, que buscam estratégias de transformações da realidade em curso e das relações que ocorrem ao longo do momento histórico. Entre as quais, as questões ambientais, as relações de trabalho, de consumo, tendo na agroecologia, na economia solidária popular, na educação popular fundamentos para tais iniciativas.

A questão que se coloca é: o que essas experiências estudadas nos fazem pensar? A pesquisa referente à subjetividade vai sempre escapar dos nossos olhos, especialmente em se tratando de emancipação numa sociedade com contradições evidentes, sempre apontará como um devir permeado de limitações e possibilidades.

Vygotsky aborda a questão do trabalho integral com a superação da dualidade entre dimensão intelectual e física. Essa discussão remete ao desenvolvimento humano com a superação de tal dicotomia. O trabalho transforma a natureza humana e proporciona o desenvolvimento humano. O autor evidencia dimensões como coletivismo, superação da dicotomia entre trabalho físico e intelectual, bem como a eliminação desta, além da transformação das relações de gênero.

Coletivismo, a unificação do trabalho físico e intelectual, uma mudança nas relações entre os sexos, a abolição da separação entre desenvolvimento físico e intelectual, estes são os aspectos fundamentais daquela alteração do homem que é o assunto de nossa discussão. E o resultado a ser alcançado, a glória e coroamento de todo esse processo de transformação da natureza humana, deveria ser o aparecimento da forma mais alta de liberdade humana que Marx descreve da seguinte maneira: “Somente em comunidade,[com os outros, cada] indivíduo [possui] os meios de cultivar seus talentos em todas as direções: só em comunidade, então, é possível a liberdade pessoal”. Assim como a sociedade humana, a personalidade individual precisa dar este salto que a leva do reino da necessidade à esfera de liberdade, como foi descrito por Engels. VYGOTSKY (2004, s/p)

As transformações nas relações de trabalho e na sua forma de concebê-lo, no qual contemple o físico e o intelectual, remete a transformações da natureza humana. Esse processo cria possibilidades de transformação humana podendo promover, entre tantas outras possibilidades, o aparecimento da forma mais elevada de liberdade, a qual Vygotsky enfatiza. Seu enunciado condiz com a emancipação do homem e da mulher realizada na criação de possibilidades humanas através das relações que possibilitam interferir no mundo, assim como de transformar sua própria natureza. Ao contrário do que aparenta o discurso, esse processo é multifacetado, com continuidade e descontinuidades, multideterminado. Aberto a alterações, sob influências claras ou obscuras, contraditórias ao próprio sujeito. Sobre a natureza humana temos mais obscuridades do que certezas, o que nos resta são as pistas que dão possíveis caminhos, sempre como possibilidades, nunca com determinismos.

Podemos pensar as feiras agroecológicas solidárias populares como espaços que proporcionam emancipação humana sinalizadas nas seguintes demonstrações expressas na vivência de camponeses e camponesas:

- a. o trabalho de produção de alimentos é realizado livre de produtos contaminados com agrotóxicos, ou seja, é eticamente proibida a utilização de produtos químicos que produzam danos aos humanos e ao ambiente;
- b. as feiras estudadas promoveram eliminação da figura do atravessador que gerava uma desvalorização da produção e do trabalhador, visto que a relação entre produtor e consumidor é alterada por uma relação direta;
- c. há uma gestão coletiva ou autogestão da organização em busca da equidade entre os parceiros, ou seja, as decisões importantes ocorrem através de discussões coletivas em reuniões ou assembleias; quem trabalha na atividade física, concomitantemente, realiza reflexões, planejamentos, decide, numa busca de aproximar o trabalho prático do exercício do pensamento;
- d. presença da mulher no processo de produção e comercialização, ampliando suas possibilidades de melhorar condições de vida, inclusive econômicas;

- e. processo educativo presente: nas feiras, nos diálogos entre os diversos participantes, além das reuniões, encontros, cursos, visitas de intercâmbios, inclusive, nas relações que estabelecem com outros parceiros de instituições e entidades, sejam os movimentos sociais, ONGs, universidades, alunos, professores, pesquisadores.

Essas dimensões estão distantes de responder ao universo complexo, o qual envolve os sujeitos das feiras estudadas, entretanto, são dimensões que a nosso ver dão visibilidade ao processo às possibilidades humanas de ampliar seu desenvolvimento, aprendizagem, de criar, de construir novas zonas, de outro devir dando margem a processos em movimento de emancipação humana.

No percurso de organização das feiras agroecológicas solidárias populares ocorre um processo educativo que engendra uma ampliação das potencialidades humanas, onde são constituídas subjetividades que alimentam o processo de emancipação. Subjetividade entendida como produção humana intersubjetiva, constituída nas relações de sociabilidade com outros e com o mundo objetivo. O trabalho de pesquisa demonstra pistas referentes à constituição da subjetividade humana, na organização social de camponeses e camponesas que realizam um trabalho, evidenciadas na práxis e no discurso dos envolvidos nessas experiências.

Após a aproximação com a realidade concreta, das abstrações que realizamos no confronto entre dimensões da prática e das teorias que nos serviram de base, reafirmamos nossas proposições iniciais no sentido de que as relações constituídas no processo de realização das feiras agroecológicas solidárias promovem subjetividades. Ou seja, no percurso de transformação de suas realidades, os sujeitos envolvidos na realização destas experiências transformam o mundo objetivo e concomitantemente transformam sua própria natureza humana. Abstrações fundadas nas dimensões teóricas e na prática. Reafirmamos que, na organização social das feiras agroecológicas, através da prática de educação popular, encontra-se em curso a produção de subjetividades que promovem relações de emancipação entre os sujeitos envolvidos.

Essas vivências promovem situações que engendram a superação de si mesmo, das singularidades que são constituídas não no sujeito em si, mas nas múltiplas relações sociais que se constituem na intersubjetividade permeada pelo mundo concreto com todas as suas

contradições. Essas afirmativas se materializam nas demonstrações dos sujeitos que criam possibilidades de transformação de suas vidas na relação de cooperação com outro que vivencia condições semelhantes, os quais decidem conduzir sua própria história compartilhada com vistas à emancipação.

REFERÊNCIAS

- ADDAD, Sergio. A dimensão política da educação não escolar. *Revista Caros Amigos*, Edição especial, Educação: o que fazer para tirar o Brasil do atraso. Ano XV número 53, junho 2011.
- AMADEO, Javier. Mapeando o Marxismo. In. BORON, Atílio A.; AMADEO, Javier; GONZALEZ, Sabrina. *A Teoria Marxista Hoje: Problemas e Perspectivas*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- ANDERSON, Perry. As ideias e a ação política na mudança histórica.
- AMADEO, Javier; GONZALEZ, Sabrina. *A Teoria Marxista Hoje: Problemas e Perspectivas*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In SÁDER, Emir; GENTILE, Pablo (Orgs.). Pós-neoliberalismo. *As políticas sociais e o Estado democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo editorial, 1999.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da Educação e da pedagogia: geral e Brasil*. São Paulo: Moderna, 2006.
- ATHAYDE, Milton Raimundo Cidreira. *Processo produtivo, espaço educativo: um campo de lutas*. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Paraíba, 1988.
- ATHAYDE, Milton Raimundo Cidreira. Psicologia e trabalho: que relações?. In. MANCEBO, Deise e JACÓ-VILELA, Ana Maria. *Psicologia Social: abordagens sócio-históricas e desafios contemporâneos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.
- BATISTA, Maria do Socorro Xavier. Estado, luta de Classes, movimentos sociais e as políticas de educação do campo. In. BATISTA, Maria do Socorro Xavier. *Movimentos sociais, Estado e políticas públicas de educação no campo: pesquisas e práticas educativas*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2011.
- BOCK, Ana Mercês Bahia. (Org.) *Psicologia e Compromisso Social*. São Paulo: Cortez, 2003.
- BOCK, Ana Mercês Bahia; GONÇALVES, MARIA da Graça M. Indivíduo-Sociedade: uma relação importante na psicologia social. In. Bock, Ana Mercês Bahia. (Org.) *A Perspectiva sócio-histórica na formação em psicologia*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A educação popular na escola cidadã*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação?* São Paulo: Brasiliense, 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Economia Solidária. Disponível em: <www.mda.gov.br> Acesso em: 20 jan. 2012.

CALADO, Alder Julio. Educação Popular como processo humanizador: quais protagonistas? In. LINS, Lucicléa Teixeira. *Educação Popular e Movimentos Sociais Aspectos multidimensionais na construção do saber*. João Pessoa: Universitária, 2008.

CERQUEIRA, Laurez. *Florestan Fernandes: vida e obra*. São Paulo; Expressão Popular, 2004.

CLOT, Yves. Vygotski: para além da Psicologia Cognitiva. *Pro-Posições*, v.17, n. 2 (50) – maio/ago. 2006.

COSTA, Edmilson. *A Globalização e o capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

CUNHA, Marcus Vinícius. *Psicologia da Educação*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

DESCARTES, René. *Discurso do método*. São Paulo: Ícones, 2006.

DUARTE, Newton. *A individualidade para-si*. Contribuição a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo. Campinas: Autores Associados, 1993.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. Saberes Necessários a prática pedagógica. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREUD, Sigmund. *Obras Completas de Sigmund Freud*. Edição Estandard Brasileira. Vol. XIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A alternativa implica que a sociedade assuma a educação pública. In. Educação, o que fazer para tirar o Brasil do atraso. *Revista Caros Amigos*. Ano XV, número 53, junho, 2011.

FROMM, Erich. *Conceito Marxista do homem*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1975.

FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GRAMISCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 1978.

HADDAD, Sergio. A dimensão política da educação não-escolar. In. *Educação, o que fazer para tirar o Brasil do atraso*. Revista Caros Amigos. Ano XV, número 53, junho, 2011.

HERNÁNDEZ, Jaime Morales; HERNÁNDEZ, Maria de Jesus Bernardo. Agricultura sustentável e a construção de conhecimentos locais. In. *Agriculturas*. Rio de Janeiro: ASPTA, Vol.7, n.1, 2010.

IASI, Mauro Luiz. *Ensaio sobre consciência e emancipação*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 12 fev. 2012.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LANE, Silvia T. M. A mediação emocional na constituição do psiquismo humano. In. LANE, S.T.M e SAWAIA, B.B. (Orgs.). *Novas Veredas da Psicologia Social*. São Paulo: Brasiliense: EDUC, 1995.

LANE, Silvia T. M. Avanços da psicologia social na América Latina. In. LANE, S.T.M e SAWAIA, B.B. (Orgs.). *Novas Veredas da Psicologia Social*. São Paulo: Brasiliense: EDUC, 1995.

LANE, Silvia T. M. O processo Grupal. In. *Psicologia Social. O homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

LAZZARATO, Maurício. *La Fabrique de l'homme endetté*. Paris: Eds Amsterdam, 2011.

LESSA, Sergio; TONET, Ivo. *Introdução à filosofia de Marx*. Debates & perspectivas. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso*. Ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: HUCITEC, 1999.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia Alemã*. São Paulo: Expressão Popular, 2009

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Textos sobre educação e ensino*. São Paulo: Editora Moraes, 1992.

MARX, Karl. *Manuscritos econômicos-Filosóficos*. São Paulo: Martin Claret, 2006.

MELO NETO, José Francisco de. *Autogestão*. In. CANDEIA, Cezar Nonato Bezerra.

MACDONALD, José Brendan; MELO NETO, José Francisco de. (Orgs.) *Economia Solidária e Autogestão*. Ponderações Teóricas e achados empíricos. Maceió: EDUFAL, 2005.

- MELO NETO, José Francisco de. Educação popular uma ontologia. In. SCOCUGLIA, Afonso Celso; MELO NETO, José Francisco de (Org.). *Educação popular: outros caminhos*. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2001.
- MENDONÇA, Sonia Regina. *A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento*. João Pedro Stedile. (Org.). São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- MÉSZÁROS, István. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- MINAYO, Maria Cecília de Sousa. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In. MINAYO, Maria Cecília de Sousa. (Org.) *Pesquisa Social*. Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2008.
- MOLON, Susana Inês. *Subjetividade e constituição do sujeito em Vygotsky*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. As Ligas Camponesas e os conflitos no campo. *Saeculum*. Revista de História [18]. João Pessoa, jan./jun. 2008.
- MOREIRA, Emília & Targino, Ivan. *Capítulo de Geografia Agrária na Paraíba*. João Pessoa: Universitária, 1997.
- NETTO, José Paulo. & BRAZ, Marcelo. *Economia Política uma introdução*. São Paulo: Cortez, 2007.
- PAIVA, Vanilda. *História da Educação Popular no Brasil: educação popular e educação de adultos*. São Paulo: Edições Loyola, 2003.
- PALUDO, Conceição. *Educação Popular em busca de alternativas: uma leitura desde o campo democrático e popular*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.
- PATTO, Maria Helena Sousa. *Mutações no cativoiro escritos de psicologia e política*. São Paulo: Edusp, 1997.
- PATTO, Maria Helena Sousa. O que a história pode dizer sobre a profissão do psicólogo: relação Psicologia-Educação. In BOCK, Ana Mercês Bahia. (Org.) *Psicologia e Compromisso Social*. São Paulo: Cortez, 2003.
- PAVLOV, Ivan. Textos escolhidos. *Os pensadores*. São Paulo: abril cultural, 1984.
- PETERSEN, Paulo. Construção do conhecimento agroecológico: novos papéis, novas identidades. Encontro Nacional de Agroecologia, 2. *Anais...* Articulação Nacional de Agroecologia - ANA. 2007.
- PINTO, Álvaro Vieira. *Ciência e Existência. Problemas Filosóficos da Pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

PLEKHANOV, Guiorgui Valentinovitch. *O papel do indivíduo na história*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

REGO, Tereza Cristina. *Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

REICH, Wilhelm. *Análise do caráter*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

REY, Fernando González. *Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação*. São Paulo: Thomson, 2005.

REY, Fernando González. *Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural*. São Paulo: Pioneira Thomson, 2003.

RODRIGUES, Maria de Fátima Ferreira et.al. Pesquisa, reflexão e ação: novos fazeres que conduzem a distintas construções geográficas e utopias. Disponível em www.prac.ufpb.br/feira/textos.html. Acesso em 25/03/2012.

ROSA, Elisa Zaneratto; ANDRIANI, Ana Gabriela Pedrosa. Psicologia Sócio-histórica: uma tentativa de sistematização epistemológica e metodológica. In. KAHHALE (Org.) *A diversidade da psicologia: uma construção teórica*. São Paulo: Cortez, 2011.

ROSAS, Agostinho da Silva. *Criatividade em educação popular: um diálogo com Paulo Freire*. Tese (Doutorado em Educação) - UFPB. João Pessoa, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Milton. *O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania*. São Paulo: Publifolha, 2002.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, Thiago Araújo. *Agroecologia como prática social: feiras agroecológicas e insubordinação camponesa na Paraíba*. Dissertação (Mestrado). São Paulo: USP, 2010.

SAUER, Sérgio & BALESTRO, V. Moisés. (Org.) *A diversidade no rural, transição agroecológica e caminhos para a superação da revolução verde: introduzindo o debate*. In. *Agroecologia e os desafios da transição agroecológica*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia histórico-crítica*. Campinas, São Paulo: Autores associados, 2005.

SCHMITT, Claudia Job. *Transição agroecológica e desenvolvimento rural: um olhar a partir da experiência brasileira*. In. SAUER, Sergio; BALESTRO, Moisés Villamil. (Orgs.). *Agroecologia e os desafios da transição agroecológica*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SILVA, Nelsânia Batista. *Educação popular e subjetividade na feira agroecológica*. Dissertação (Mestrado em Educação) - UFPB. João Pessoa, 2006.

SILVA, Nelsânia Batista. Educação Popular e as Perspectivas para uma Economia Solidária. In. LINS, Lucicléa Teixeira. *Educação Popular e Movimentos Sociais Aspectos multidimensionais na construção do saber*. João Pessoa: Universitária, 2008.

SILVA, Nelsânia Batista. Subjetividade em Educação Popular. In. MELO NETO, José Francisco & ROSAS, Agostinho da Silva. *Educação Popular enunciados teóricos*. V.2. João Pessoa: Universitária, 2008.

SINGER, Paul. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

TONET, Ivo. Cidadania ou Emancipação Humana. *Revista Espaço acadêmico*, 44, jan. 2005. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/044/44ctonet.htm>,

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. *Karl Marx e a subjetividade humana*. Volume I. São Paulo: Editora Ucitec, 2010.

VYGOTSKY, Lev Seminovich. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VYGOTSKY, Lev Seminovich. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In. *Psicologia e Pedagogia*. Bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento. São Paulo: Moraes, 1991.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. *A transformação socialista do homem*. Marxist Internet Archive. 2004. Disponível em: www.marxists.org/portugues/vygtsky/1930/atransformacao-socialistadohomem.htm>. Acesso em 10 de janeiro de 2012.

VYGOTSKY, Lev Seminovich. *Obras Escogidas III*. Problemas del desarrollo de la psique. Madrid: Visor, 1995.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. *Psicologia Pedagógica*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

APÊNDICE A
ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1 - Quantas feiras agroecológicas existem e quais são?
- 2 – Existe algum tipo de relação entre elas?
- 3 - Qual a origem das feiras agroecológicas?
- 4 - Quais os princípios embasam as feiras agroecológicas?
- 5 - O que mobiliza a realização das feiras?
- 6 - O que muda com a existência das feiras agroecológicas?
- 7 - O que você considera que mudou na sua vida com o trabalho da feira?
- 8 – Algo mudou em você?
- 9 - O que tem de mais importante nessas experiências?
- 10 – Existe educação nessas experiências?
- 11 – Qual a aprendizagem que você considera mais significativa nesse movimento das feiras?
- 12- Como são as relações entre os envolvidos nesta atividade?
- 13- Qual o objetivo da feira agroecológica?
- 14 – O que alimenta a existência da feira?
- 15 – Como você era no início da feira e como é hoje?

APÊNDICE B

FEIRAS AGROECOLÓGICAS

01 - Feira Agroecológica de Campina Grande, realizada na Estação Velha



Fonte: Chico Nogueira, 2008.

02 - Feira Agroecológica de Campina Grande, realizada na Estação Velha



Fonte: Chico Nogueira, 2008.

03 - Feira Agroecológica de Campina Grande, realizada na Estação Velha



Fonte: Nelsânia Batista, 2011.

04 - Feira agroecológica de Campina Grande, localizada no bairro do Catolé



Fonte: Nelsânia Batista, 2011.

05 - Feira agroecológica de Campina Grande, localizada no bairro do Catolé



Fonte: Nelsânia Batista, 2011.

06 - Feira agroecológica de Campina Grande, localizada no bairro do Catolé



Fonte: Nelsânia Batista, 2011.

07 - Feira agroecológica de Campina Grande, localizada no bairro do Catolé



Fonte: Nelsânia Batista, 2011.

08 - Feira Agroecológica da UFPB, Campus I



Fonte: Nelsânia Batista, 2011.

09 - Feira Agroecológica da UFPB, Campus I



Fonte: Nelsânia Batista, 2011.

10 - Feira Agroecológica da UFPB, Campus I



Fonte: Nelsânia Batista, 2011.

11 - Feira Agroecológica da UFPB, Campus I



Fonte: Nelsânia Batista, 2011.

12 - Assembleia da ECOVARZEA, realizada no Assentamento de Reforma Agrária Padre Gino, município de Sapé/PB.



Fonte: Nelsânia Batista, 2011.

13 - Reunião realizada no final da feira agroecológica na UFPB, Campus I



Fonte: Nelsânia Batista, 2006.

14 - Reunião sobre as feiras agroecológicas no Assentamento de Reforma Agrária Padre Gino, município de Sapé-PB



Fonte: Nelsânia Batista, 2011.

15 - Feira Agroecológica em Patos, localizada na região do sertão da Paraíba



Fonte: Nelsânia Batista, 2012.

16 - Feira Agroecológica em Patos, localizada na região do sertão da Paraíba



Fonte: Nelsânia Batista, 2012.

17 - Feira Agroecológica de Remígio-PB



Fonte: Chico Nogueira, 2007.

18 - Feira Agroecológica de Remígio-PB



Fonte: Chico Nogueira, 2007.

19 - Festa da Semente da Paixão, Patos-PB



Fonte: Chico Nogueira, 2007.

ANEXO I

DIVULGAÇÃO DA FEIRA AGROECOLÓGICA

Primeiro panfleto informativo de divulgação da primeira feira agroecológica da Várzea Paraibana, realizada no Bairro de Mangabeira, João Pessoa/PB

FEIRA AGROECOLÓGICA DA VÁRZEA PARAIBANA

A 1ª Feira Agroecológica da Várzea Paraibana será realizada domingo, dia 18, a partir das 6h, na Praça Cristo Rei, em Mangabeira - próximo ao mercado público do bairro - onde serão comercializados produtos primários e agro-industriais resultantes da produção dos assentamentos de reforma agrária Dona Helena, no município de Cruz do Espírito Santo; Padre Gino e João Pedro Teixeira (Boa Vista), em Sapé.

Os produtos colocados à venda são bastante variados, a exemplo de frutas, verduras, legumes, mandioca, inhame, batata, galinhas de capoeira, ovos, mel e derivados, comidas típicas e lanches diversos. Com a criação da feira, tanto os agricultores conseguem uma forma alternativa de escoar grande parte da produção dos assentamentos, como a população tem acesso à alimentos e produtos orgânicos, sem o uso de agrotóxicos, que causam diversas doenças ao organismo humano e danos ao meio ambiente.

Participe você também!

Apoio: Cáritas Arquidiocesana da Paraíba
Comissão Pastoral da Terra (CPT)
Mandato Popular do Frei Anastácio

Feira Agroecológica

BOLETIM PROJETO GEA/CNPQ Nº 04 - JUNHO - 2020 DISTRIBUIÇÃO GRATUITA UFPB

Análises comprovam: os produtos da feira são limpos



A ausência de agrotóxicos foi comprovada por um conceituado laboratório brasileiro.

A retomada do Processo de Certificação da Feira Agroecológica da UFPB.

Consumidores poderão ajudar participando de eventos e opinando



O VENENO brasileiro de cada dia

Pimentão é o alimento que apresenta o maior risco de contaminação



PRODUTOS ORGÂNICOS COM PREÇO BAIXO?

Surpreenda-se com a comparação de preços entre supermercados e a Feira Agroecológica da UFPB



A retomada do Processo de Certificação da Feira Agroecológica da UFPB



Uma Certificação busca oferecer garantia aos consumidores sobre a natureza de um produto. No caso do alimento orgânico o processo de certificação, previsto pela Lei dos Orgânicos (10.831/2003), foi padronizado pela Instrução Normativa nº 64 de 18 de dezembro de 2008 do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA, que entrará em vigor em janeiro de 2011.

Antes mesmo desta medida governamental, os produtores da ECOVÁRZEA e um grupo de consumidores da Feira Agroecológica do Campus I da UFPB iniciaram, ainda em 2005, um processo de discussão para a certificação

dos produtos oferecidos, afim de que os clientes tivessem mais confiança na qualidade dos produtos. Essas discussões foram intermediadas pelo GEA (Grupo de Ergonomia Agrícola e Gestão Ambiental) através de um projeto apoiado pelo CNPq (Edital MCT/CNPq 22/2004 – CTAGRO). A partir de consultas diretas e reuniões, os consumidores apontaram os seguintes critérios:

1. não utilização de agroquímicos na produção, comprovada através de análise de resíduos (veja os resultados de 2006 e 2010);
2. boas condições sanitárias, comprovadas através de análise bioquímica;
3. rotulagem dos produtos manipulados contendo composição e valor nutritivo;
4. livre acesso dos consumidores às áreas de produção.

Esse tipo de certificação participativa está prevista na norma atual para situações de venda direta de produtores organizados por entidades que prevêem a prática agroecológica como padrão de produção. Desta forma, pretende-se retomar o processo já iniciado para certificar até o final do ano os produtos da Feira da UFPB, para isso espera-se contar com a colaboração dos consumidores. Proximamente serão realizados eventos e palestras sobre o tema. Fique atento e participe!



A feira Agroecológica da UFPB fica localizada junto à caixa d'água do RU, no caminho para a Caixa Econômica Federal do Campus I da UFPB. Visite-a, colabore com a sua saúde e com um mundo livre de agrotóxicos!

• **Expediente:** Boletim Projeto Feira Agroecológica - UFPB - GEA/CNPQ
 • **Textos:** Paulo José Adissi, Mariana Borba e Thiago Santos
 • **Pesquisa:** Equipe GEA: Paulo José Adissi, Mariana Borba, Thiago Santos, Maria Brasil, André Duarte
 • Lucena, Inocêncio Soares e Lineide

Rachel Lucena
Diagramação: Cida Alves
Impressão: Sal da Terra
Contatos: (83)3216-7808
 adissi@producao.ct.ufpb.br
 padissi@hotmail.com
<http://www.prac.ufpb.br/feira>



RELATÓRIO DE ENSAIO Nº 46886

Brasão da UFPB

Brasão do CNPQ

Brasão do ITPB

NATUREZA DO TRABALHO: Análise de Resíduos de Agrotóxicos
MATERIAL: 01 amostra de folhas, ref. 21/05/10, colhida e remetida pelo cliente.

RESULTADO

Os compostos acima relacionados não foram encontrados na amostra analisada

De acordo com o resultado da análise, a amostra analisada não contém resíduos de agrotóxicos acima dos limites estabelecidos pela legislação brasileira.

Assinatura do responsável técnico: _____

Assinatura do cliente: _____

Local e data: _____

Análises comprovam: os produtos da feira são limpos

Se para os alimentos convencionais, oriundos da agroquímica, existem limites de aceitação para a presença de resíduos de agrotóxicos, para os alimentos orgânicos é inaceitável a presença de qualquer quantidade de veneno. Para testar os produtos da feira foram coletadas amostras compostas por pequenas quantidades de alimentos retirados, aleatoriamente, de todas as barracas de verduras e frutas. Tais amostras foram enviadas para o LABTOX do ITPB, que é um dos três laboratórios que prestam serviço ao Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA) da ANVISA (ver matéria: O veneno brasileiro de cada dia). Os resultados das análises realizadas em 2006 e em maio deste ano atestam a ausência de agrotóxicos nos produtos da Feira Agroecológica da UFPB. Para acessar na íntegra os laudos acesse: <http://www.prac.ufpb.br/feira/interatividade.html> ou <http://www.faciltecnologia.com.br/resultados.zip>

O veneno brasileiro de cada dia

Diferentemente do que ocorre com os mercados europeus, o consumo alimentar dos brasileiros não conta com um sistema de garantia mínima de não contaminação por agrotóxicos. O monitoramento existente realiza amostragens de alguns produtos comercializados por supermercados através do Programa de Avaliação de Resíduos de Agrotóxicos (PARA) da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Esse programa, iniciado em 2001, vem progressivamente alargando-se em termos de número de alimentos e capitais monitoradas. Atualmente são monitorados 20 produtos em praticamente todos os estados brasileiros, já que apenas Alagoas ainda não aderiu ao Programa. Embora a Paraíba tenha entrado no Programa desde 2009, ainda não foram divulgados os resultados. Isso por si só, demonstra a fragilidade do PARA, ou seja, o quanto estamos distantes de uma verdadeira segurança alimentar. Veja ao lado quais são os campeões da copa e da cozinha envenenadas.



2º



1º



3º



4º

Resultados negativos	Culturas	Amostras rejeitadas
Maio de 50%	Pimentão	64,4%
Entre 30 e 50%	Morango	36,1%
	Uva	32,7%
	Cenoura	30,4%
Entre 10 e 30%	Alface	19,8%
	Tomate	18,3%
	Mamão	17,3%
	Laranja	14,9%
Entre 5 e 10%	Abacaxi	9,5%
	Repolho	8,8%
Abaixo de 5%	Arroz	4,4%
	Cebola	2,9%
	Batata	2,0%
	Banana	1,0%
	Manga	1,0%



Produtos orgânicos com preço baixo?

A consciência dos diversos males causados pela produção e consumo de produtos com agrotóxicos tem levado a um aumento na procura por alimentos orgânicos (sem agrotóxicos) em torno de 30% ao ano, segundo estimativas do Instituto de Biodinâmica (IBD), um dos órgãos certificadores desse tipo de produção.

PRODUTO	PÃO DE AÇÚCAR	BOM PREÇO	EXTRA	FEIRA AGROECOLÓGICA
Alface americana	2,83 (Hid)	2,38 (Org)	2,83 (Hid)	1,00 (Org)
	2,59 (Conv)	1,98	1,90	
Coentro (molho)	1,90 (Hid)	-	1,90	1,00 (Org)
	1,29	1,08	-	
Cenoura (kg)	2,85	2,88	1,59	3,75 (Org)
Banana comprida	3,19	2,94	3,19	2,00 (Org)
Banana Prata (kg)	2,58	2,68	2,58	1,50 (Org)
Mamão papaia (kg)	4,39 (G)	3,68	4,19	1,20 (Org)
	2,99	-	-	
Pimentão (kg)	7,29 (Cor)	-	5,92 (Cor)	4,00 (Org)
	3,98	3,98	3,98	
Rúcula (molho)	1,96 (Hid)	-	1,96 (Hid)	1,00 (Org)
	-	0,98	-	
Espinafre (molho)	-	2,14	-	1,00 (Org)
Feijão verde (kg)	7,99	-	7,79	5,00 (Org)
Inhame (kg)	(Do norte) 2,35	-	(Do norte) 2,35	2,50 (Org)
	-	-	(Da costa) 4,69	
Couve folha (molho)	1,63	0,98 (Org)	1,50	1,00 (Org)
	-	1,28 (Org)	-	

Conv - convencional, Hid - hidropônica, G - golden, Org - orgânica
Fonte: Pesquisa realizada em 20/05/2010.

Entretanto, é lugar comum a idéia de que esses produtos, com qualidade diferenciada, são exclusividade para os ricos. Diante disto, decidimos pesquisar os preços dos alimentos orgânicos e "convencionais" em alguns dos principais supermercados de João Pessoa para comparar com os preços da feira agroecológica da UFPB. Os resultados foram surpreendentes! Com exceção da cenoura, todos os produtos da feira agroecológica possuem um preço mais baixo do que os alimentos orgânicos dos supermercados consultados, mesmo quando comparados com produtos convencionais, ou seja possuidores de resíduos de agrotóxico. Assim, quando adquirimos nossos alimentos na feira agroecológica fazemos um excelente negócio. Sabemos, entretanto, que as vantagens não param por aí. A possibilidade de comprar produtos diretamente de quem plantou é uma grande conquista: trata-se do resultado de uma luta diária empenhada por produtores, técnicos e assessores em prol da manutenção de uma relação que supera aquela meramente comercial, típica dos supermercados. Temos, na feira agroecológica, um vínculo consolidado de amizade, respeito e confiança com os homens e mulheres responsáveis por aquilo que nos nutre. **Isso não tem preço!**

